

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA RITA CHAVES AYALA BRENHA

**AS CORTES DO SIGMA E SEU PAPEL NO ESTADO INTEGRAL:
UMA ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DE SEUS MEMBROS**

MARINGÁ

2023

MARIA RITA CHAVES AYALA BRENHA

**AS CORTES DO SIGMA E SEU PAPEL NO ESTADO INTEGRAL:
UMA ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DE SEUS MEMBROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História Política.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B837c	<p>Brenha, Maria Rita Chaves Ayala</p> <p>As Cortes do Sigma e seu papel no Estado Integral : uma análise prosopográfica de seus membros / Maria Rita Chaves Ayala Brenha. -- Maringá, PR, 2023. 205 f.: il. color., figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha. Coorientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.</p> <p>1. História política - Brasil. 2. História contemporânea. 3. História do Brasil República. 4. Ação integralista brasileira . I. Bertonha, João Fábio, orient. II. Dias, Reginaldo Benedito, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 981.05</p>
-------	--

MARIA RITA CHAVES AYALA BRENHA

**AS CORTES DO SIGMA E SEU PAPEL NO ESTADO INTEGRAL:
UMA ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DE SEUS MEMBROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História Política.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Rafael Athaides
Membro convidado (UFMS)



Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori
Membro Corpo Docente (UEM)

MARINGÁ

2023

AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão a todos os que fizeram parte da minha história e da história deste trabalho. Agradeço em especial:

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Fábio Bertonha, que desde nossa primeira conversa, ainda em meu primeiro semestre da graduação em 2017, tem me ensinado com excepcional zelo, gentileza, esmero e paciência o “ofício do historiador”. *Ohne Ihre Unterstützung könnte ich es nicht schaffen bis hier.*

Aos professores Dr. Rafael Athaides e Dr. Angelo Aparecido Priori, por aceitarem o convite para compor a Banca Examinadora e pelas significativas contribuições para a elaboração desta dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por seu financiamento, e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPH-UEM), por constituir um ambiente de excelência, através dos quais esta pesquisa foi desenvolvida e concluída.

Aos meus pais, Claudinei Ayala Brenha e Marta Chaves, e avós, Armindo Francisco da Silva, Maria Helena Maliuk da Silva, João Ayala Garcia (*in memoriam*) e Antônia Brenha Ayala (*in memoriam*), por possibilitarem e apoiarem meus estudos, desde tão cedo, com tanto carinho e dedicação.

À minha tia Dalva Sueli Ayala (*in memoriam*); meus padrinhos, Nilso Gabriel, Jelcira Gabriel e Eloiza Elena da Silva; e a meu irmão, João Alexandre Chaves Ayala Brenha.

À minha família do coração, Letícia Bertuchi, Isabelle dos Reis, Samantha Fecho, Amanda Fecho Bayer e Matheus Bayer.

Às amigas para uma vida toda, Daniele Kolln, Giovanna Dutra, Gisely Midding, Lyanne Goto, Luana Crozatti, Ana Carolina Mendes, Luana Nakano, Jeane Rosa, Amanda Nanni e Mariana Boralli.

Aos amigos da época da escola, Danielle Eguchi, Lucas Camargo, Guilherme Pablho Vieira, Pedro Victor Virgilio e Igor Fernandes.

Ao meu “grupinho de sete”, com quem dividi a graduação, Augusto Tonelli, Letícia Leite, Lucas Cairê Gonçalves, Maria Gabriela Moreira, Marcio Augusto Macella e Sabrina Sanches.

Aos colegas do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo) e do Programa de Pós-Graduação em História, principalmente Vanessa de Castilho, Nicole Babugia e Cristiano Correia.

Aos professores Dr. Roger D. Colacios e Dr. Márcio José Pereira, de quem tive a imensa alegria de ser aluna e hoje também conto com sua amizade.

RESUMO

O fato de a Ação Integralista Brasileira (AIB) se instituir enquanto primeiro partido político com implantação nacional e reunir, em seu auge, centenas de milhares de aderentes demonstra sua notoriedade para a compreensão da vida política subsequente à Revolução de 1930. Inserido no universo fascista mundial, especialmente vinculado à matriz italiana, o integralismo, embora não tenha conquistado o Estado, foi capaz de transformar seu âmbito interno em uma pré-figuração do Estado Integral através da organização profundamente burocrática, autoritária e com pretensão totalitária. Isto posto, utilizando essencialmente a imprensa integralista, o presente trabalho enfoca o objeto de pesquisa, a AIB, a partir de duas perspectivas: em um primeiro momento, compreender como tal prefigura do Estado Integral foi desenvolvida e no segundo momento uma detida análise prosopográfica das corporações constituintes do órgão descrito como “auxiliar na suprema direção do movimento”, isto é, as Cortes do Sigma.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Cortes do Sigma; prosopografia.

ABSTRACT

The fact of the Brazilian Integralist Action (AIB) has established itself as the first nationally structured party and assemble, at its peak, approximately hundreds of thousand adherents, evidence its significance to comprehend the political circumstances after the 1930's Revolution. Inserted in the global fascist universe, notably related to the Italian model, Integralism, although it had not reached power, was able to mold its internal sphere in a prefiguration of the Integral State, through a deeply bureaucratic, authoritarian, with totalitarian aspirations organization. In light of this, utilizing, essentially, the Integralist press, this work examines its research object, from two perspectives: in the first place, aimed to perceive the development of the Integral State. After that, a broad prosopographical analysis was made regarding the group described as "assisting in the supreme direction of the movement", also known as the Sigma Courts.

Keywords: Brazilian Integralist Action; Sigma Courts; prosopography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Câmara dos Quarenta, parte 1. Monitor Integralista, abril/1937	112
Ilustração 2 – Câmara dos Quarenta, parte 2. Monitor Integralista, abril/1937	112
Ilustração 3 – Secretários Nacionais, parte 1. Monitor Integralista, dezembro/1937.....	113
Ilustração 4 – Secretários Nacionais, parte 2. Monitor Integralista, dezembro/1937.....	113
Ilustração 5 – Supremo Conselho, parte 1. Monitor Integralista, outubro/1936	114
Ilustração 6 – Supremo Conselho, parte 2. Monitor Integralista, outubro/1936	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homens e mulheres nomeados para a Câmara dos Quatrocentos, junho/1937	45
Tabela 2 – Homens e mulheres nomeados para a Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	45
Tabela 3 – Blusas-verdes e suas profissões. Câmara dos Quatrocentos, junho/1937	46
Tabela 4 – Blusas-verdes e suas profissões. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	46
Tabela 5 – Atividade nas Cortes do Sigma. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	46
Tabela 6 – Profissões. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	48
Tabela 7 – Estados de atuação. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	49
Tabela 8 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	49
Tabela 9 – Atuação política durante a militância na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	50
Tabela 10 – Atuação política após a militância na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937	50
Tabela 11 – Raça. Câmara dos Quarenta	51
Tabela 12 – Naturalidade. Câmara dos Quarenta	52
Tabela 13 – Profissões. Câmara dos Quarenta	52
Tabela 14 – Estados de atuação. Câmara dos Quarenta	53
Tabela 15 – Estados de atuação, especificados. Câmara dos Quarenta	53
Tabela 16 – Atividade nas Cortes do Sigma. Câmara dos Quarenta	54
Tabela 17 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Câmara dos Quarenta	54
Tabela 18 – Atuação política durante a militância na AIB. Câmara dos Quarenta	55
Tabela 19 – Atuação política após a militância na AIB. Câmara dos Quarenta	55
Tabela 20 – Profissões. Chefes Provinciais	56
Tabela 21 – Estados de atuação. Chefes Provinciais	56
Tabela 22 – Atividade nas Cortes do Sigma. Chefes Provinciais	57
Tabela 23 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Chefes Provinciais	57

Tabela 24 – Atuação política durante a militância na AIB. Chefes Provinciais	57
Tabela 25 – Atuação política após a militância na AIB. Chefes Provinciais	58
Tabela 26 – Homens e mulheres nomeados. Secretários Nacionais.....	58
Tabela 27 – Raça. Secretários Nacionais.....	58
Tabela 28 – Naturalidade. Secretários Nacionais.....	58
Tabela 29 – Profissões. Secretários Nacionais	59
Tabela 30 – Estados de atuação. Secretários Nacionais	59
Tabela 31 – Atividade nas Cortes do Sigma. Secretários Nacionais.....	60
Tabela 32 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Secretários Nacionais	60
Tabela 33 – Atuação política durante a militância na AIB. Secretários Nacionais.....	60
Tabela 34 – Atuação política após a militância na AIB. Secretários Nacionais	60
Tabela 35 – Naturalidade. Supremo Conselho	61
Tabela 36 – Profissões. Supremo Conselho	61
Tabela 37 – Estados de atuação. Supremo Conselho	61
Tabela 38 – Estados de atuação, especificados. Supremo Conselho.....	62
Tabela 39 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Supremo Conselho	62
Tabela 40 – Atuação política durante a militância na AIB. Supremo Conselho.....	63
Tabela 41 – Atuação política após a militância na AIB. Supremo Conselho.....	63
Tabela 42 – Homens e mulheres nomeados. Conselho Nacional de Belas Artes	63
Tabela 43 – Atividade nas Cortes do Sigma. Conselho Nacional de Belas Artes.....	64
Tabela 44 – Profissões. Chefes Arqui-Provinciais	64
Tabela 45 – Estados de atuação. Chefes Arqui-Provinciais	65
Tabela 46 – Atividade nas Cortes do Sigma. Chefes Arqui-Provinciais.....	65
Tabela 47 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Chefes Arqui-Provinciais	66
Tabela 48 – Atuação política após a militância na AIB. Chefes Arqui-Provinciais	66

Tabela 49 – Profissões. Conselho Jurídico.....	67
Tabela 50 – Atividade nas Cortes do Sigma. Conselho Jurídico.....	67
Tabela 51 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Conselho Jurídico.....	67
Tabela 52 – Atuação política após a militância na AIB. Conselho Jurídico	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Cultura
AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
C.A.P.	Chefe Arqui-Provincial
CJ	Conselho Jurídico
CCCJ	Confederação dos Centros Culturais da Juventude
CNBA	Conselho Nacional de Belas Artes
C.P.	Chefe Provincial
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DOPS-ES	Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo
DOPS-SP	Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
Ex.	Exoneração em
IHG	Instituto Histórico e Geográfico
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LCT	Legião Cearense do Trabalho
LEC	Liga Eleitoral Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
N.	Nomeação em
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Liberal
PL	Partido Libertador
PPS	Partido Popular Sindicalista
PR	Partido Republicano
PRM	Partido Republicano Mineiro

PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PRT	Partido Rural Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
S.D.E.	Sem data de exoneração
SEP	Sociedade de Estudos Políticos
S.N.	Secretário Nacional
SNAPP	Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará
UDN	União Democrática Nacional
UMC	União dos Moços Católicos
URN	União de Resistência Nacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O ESTADO INTEGRAL SOB O PRISMA BUROCRÁTICO	17
1.1 “A MORTE DE UMA CIVILIZAÇÃO E O ADVENTO DE UMA NOVA ETAPA HUMANA”: UM RETROSPECTO DE 1932 A 1938.....	17
1.1.1 Os Princípios da Organização Burocrática Integralista	21
1.2 1936: O ANO DO ESTADO INTEGRAL E DAS CORTES DO SIGMA.....	32
2 UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO QUANTITATIVO	44
2.1 CÂMARA DOS QUATROCENTOS	45
2.2 CÂMARA DOS QUARENTA.....	50
2.3 CHEFES PROVINCIAIS	55
2.4 SECRETÁRIOS NACIONAIS	58
2.5 SUPREMO CONSELHO	60
2.6 CONSELHO NACIONAL DE BELAS ARTES	63
2.7 CHEFES ARQUI-PROVINCIAIS	64
2.8 CONSELHO JURÍDICO E PROCURADORIA NACIONAL.....	66
3 UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO QUALITATIVO	70
3.1 GÊNERO, RAÇA E NATURALIDADE.....	70
3.2 PROFISSÃO.....	78
3.3 ESTADOS DE ATUAÇÃO	81
3.4 POSIÇÃO HIERÁRQUICA E ATUAÇÃO POLÍTICA	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
BIBLIOGRAFIA E FONTES	89
PERIÓDICOS.....	89
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	89
ARTIGOS CITADOS SEM AUTORIA	90
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	111
ANEXO A – ILUSTRAÇÕES	112
ANEXO B – LISTAGEM GERAL	115
ANEXO C – BIOGRAFIAS	157

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho foi consequência de algumas indagações que ocorreram pouco antes do final de meu segundo Projeto de Iniciação Científica, no qual analisei o II Congresso Nacional Integralista de Petrópolis (1935) e a constituição do Estado Integral como uma de suas decorrências. A ideia inicial, aliás, era um estudo voltado, unicamente, para a Câmara dos Quatrocentos. Deparei-me, desse modo, com as Cortes do Sigma ao buscar informações sobre os Quatrocentos, e levando em consideração que as Cortes não são frequentemente mencionadas na bibliografia, por que não expandir o escopo da pesquisa e analisar todos os seus membros?

Isto posto, talvez alguém possa argumentar que a pesquisa aqui empreendida muito se assemelha à caracterização crítica realizada por Jacques Julliard na década de 1970, na qual o historiador afirmava que a História Política (de outrora) ignorava os condicionamentos e a análise, era narrativa, biográfica, elitista, de objetivo particular e parcial¹.

Contudo, tomei como ponto de partida as tradicionais contribuições que, a partir da mesma década de 1970, trouxe a Terceira Geração da Escola dos *Annales* e, por conseguinte, a nova abordagem da História Política e das biografias, que absorveu as críticas realizadas à sua antiga forma de pesquisa, implementando a ampliação de suas fontes e seus objetos, o diálogo com outras disciplinas e a proposição de uma história-problema sem deixar de ser narrativa².

Em adição a isso, para a análise do perfil dos membros da alta administração integralista, a metodologia da prosopografia era imperativa. Essa técnica de sistematização de informações sobre grupos foi desenvolvida por volta do século XVI, e por muito tempo se ateuve aos períodos da História Antiga e Medieval. No entanto, quando se trata de trabalhos de pesquisa sistemáticos, estes foram aperfeiçoados a partir da segunda metade do século XIX; e para a História Contemporânea, particularmente, os trabalhos prosopográficos se iniciaram na segunda metade dos anos 1960.

Lawrence Stone, intelectual base para o estudo da prosopografia (ou método das biografias coletivas), salienta que com esse método se atingem alguns dos mais básicos problemas na História:

¹ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 180-196.

² Cf. RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36; LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de *status* específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [*recruits*] de um certo *status* político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior. Inventada como um instrumento da história política, ela é agora crescentemente empregada pelos historiadores sociais³.

Compreendo, à vista do exposto, a importância da apreensão do papel histórico desempenhado por determinadas coletividades. Posso afirmar que, de maneira geral, o estudo das estruturas políticas e sociais de certos grupos, bem como de certos fenômenos (como continuidade e descontinuidade, ascensão e declínio de sistemas, instituições e tantos outros) não pode ser analisado com precisão sem o conhecimento prévio dos indivíduos⁴.

Dados tais parâmetros, meu propósito ao realizar um estudo prosopográfico das Cortes do Sigma foi, em síntese, compreender quem eram os homens (e mulheres) que compuseram os órgãos de direção nacional e regional da AIB. Esta dissertação, portanto, foi dividida em três capítulos: no primeiro, apresento o histórico e a caracterização do integralismo, desde sua fundação em 1932 ao malsucedido *putsch* de 1938, com especial ênfase à sua estrutura burocrática, hierárquica e com pretensão totalitária. Para tanto, utilizei-me das contribuições de fontes primárias, como o Manifesto de Outubro, o Manifesto-Programa para as Eleições, além dos periódicos *Monitor Integralista* e *A Offensiva*.

Já o segundo capítulo constitui a primeira parte da análise prosopográfica das corporações constituintes das Cortes, a saber: Supremo Conselho, Secretariado Nacional, Procuradoria Nacional, Conselho Jurídico, Conselho de Belas Artes, Câmara dos Quarenta,

³ STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 115-116.

⁴ BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociologia**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

Câmara dos Quatrocentos, Chefes Arqui-Provinciais e Chefes Provinciais. Com essa finalidade, busquei informações de cada membro, nominalmente, utilizando as ferramentas de pesquisa *online*⁵, além de menções nos jornais de circulação nacional *Monitor Integralista*, *A Offensiva* e a *Revista Anauê!* Além disso, com base em parâmetros pré-estabelecidos⁶, efetuei os cálculos de porcentagem de cada critério para cada órgão a fim de contrapor os resultados obtidos com as afirmações tradicionais da historiografia acerca do integralismo e de seus militantes.

No terceiro e último capítulo, realizei estudo qualitativo da cúpula da AIB alicerçada nas informações obtidas na investigação “membro a membro”. Vale sublinhar que trabalhei esses dados qualitativos em duas frentes: tanto em relação ao discurso produzido pelo movimento (e, mais tarde, partido), quanto pelas contribuições da historiografia.

Segmento os anexos, também, em três partes: na primeira, com fins ilustrativos, trago os retratos do Supremo Conselho, da Câmara dos Quarenta e dos Secretários Nacionais, veiculados pelo *Monitor Integralista*. Na segunda, constituo uma listagem geral dos dirigentes de cada órgão das Cortes, citando seus nomes, profissões, bem como as respectivas datas de nomeação e exoneração dos cargos. Na terceira parte, encerro com biografias dos camisas e blusas-verdes que compuseram os quadros das Cortes.

⁵ Tais ferramentas de pesquisa *online* correspondem, basicamente, aos artigos, dissertações e teses já publicados e aos verbetes biográficos advindos dos Dicionários Histórico-Biográficos, iniciativa do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para mais informações, ver: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios>. Acesso em: 10 set. 2023.

⁶ Foram eles: gênero, raça, naturalidade, profissão, estado de atuação, posição hierárquica nos quadros do Sigma, militância anterior, durante e posterior ao integralismo.

1 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O ESTADO INTEGRAL SOB O PRISMA BUROCRÁTICO

Um dos maiores desafios à investigação de um campo de pesquisa tão consolidado como o integralismo, que já conta com significativas contribuições, iniciadas em princípios da década de 1970 com o cientista político Héglio Trindade, é, justamente, explorá-lo sob uma nova perspectiva, que permita a renovação historiográfica. Tradicionalmente, uma dissertação sobre o tema se inicia com um capítulo introdutório focado na reconstituição dos passos da Ação Integralista Brasileira e de seu fundador, Plínio Salgado, desde 1932 aos anos finais, de 1937 e 1938. Parece-me desnecessário fazer novamente esse exercício e, portanto, após breve apresentação do tema, marco o ponto focal desta dissertação, ou seja, a estrutura organizacional e a burocracia do movimento.

1.1 “A morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana”: um retrospecto de 1932 a 1938

Os primeiros anos da década de 1930 foram assinalados pela imprevisibilidade no campo político. Entre a crise da hegemonia oligárquica da Primeira República e o fechamento político que originou o Estado Novo, houve “[...] o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a ideia de mudança”⁷.

A receptividade para ideias autoritárias e, por conseguinte, a expansão fascista, bem como a convergência de movimentos precursores, tornou a fundação da Ação Integralista, em 1932, não um fato isolado, mas uma consequência de tal conjuntura.

De fato, desde o início de 1930, Plínio Salgado já defendia a “[...] impossibilidade de fazer algo de novo dentro dos velhos quadros partidários e sociais do país”⁸. Fracassada sua participação na renovação do Partido Republicano Paulista, dirigiu-se para a Europa, financiado por Alfredo Egídio de Souza Aranha Júnior, como preceptor de seu sobrinho,

⁷ MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney (org.). Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2, p. 40.

⁸ SALGADO, 1935, p. 15 *apud* TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1979, p. 74. Adapte para as normas gramaticais atuais as citações diretas dos documentos.

Joaquim Egídio de Souza Aranha. Lá, escrevendo para seus amigos Menotti del Picchia e Mário Graciotti, prometeu: “voltarei para fazer a nossa revolução”⁹.

Essa ideia revolucionária não surgiu durante a viagem, mas se desenvolveu em contato com os países que visitou, segundo demonstram cartas e testemunhos da época:

Ele próprio confessa o efeito que lhe causa a “renovação política da Turquia”, o “fascismo da Itália”, a “leitura de uma ampla literatura comunista que circulava em Paris”, o “estudo da social democracia da Alemanha”, a “anarquia dos espíritos na Espanha”, a “nova ordem de Portugal” e as reflexões sobre o “imperialismo inglês no Egito”. Todo esse conjunto de experiências serve para lhe confirmar “a morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana”¹⁰.

Indubitavelmente, o clímax da jornada pelo velho continente foi a passagem pela Itália e a influência que sobre Salgado passara a exercer o fascismo de Mussolini, especialmente após uma curta audiência com o *Duce*¹¹. Assim sendo, em julho de 1930, o futuro Chefe Nacional escreveu a um de seus colegas do interior de São Paulo:

Estou hoje convencido de que o Brasil não pode continuar a viver na comédia democrática. Aí, eu já era um descrente em relação ao sufrágio. A eleição, que juntos fizemos, inspirou-me uma profunda repulsa pelo regime [...]. De há tempos que me impressiona o enfraquecimento do poder central [...], o espírito de regionalismo que se acentua dia a dia e que nos leva a caminho do separatismo; a questão social, que nos arrastará, de um momento para o outro, ao bolchevismo [...]. O Império legou à República um país unido, homogêneo [...], a República, com mais vinte ou trinta anos, terá completado a sua obra de dissociação¹².

E continua:

É necessário agirmos com tempo de salvarmos o Brasil. Tenho estudado muito o fascismo; não é exatamente esse regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante. O fascismo, aqui, veio no momento preciso, deslocando o centro da gravidade política, que passou da metafísica jurídica às instituições das realidades imperativas [...]. O fascismo não é propriamente uma ditadura (como está sendo o governo da Rússia enquanto não chega à prática pura do Estado Marxista), e sim um regime. Penso que o Ministério das Corporações é a máquina mais preciosa. O trabalho é perfeitamente organizado. O capital

⁹ SALGADO, 1935, p. 15 *apud* TRINDADE, 1979, p. 74.

¹⁰ SALGADO, 1936a, p. 19 *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 74.

¹¹ No dia 14 de junho de 1930, acompanhado de Mário Graciotti e Manuel Mendes, Salgado foi recebido por Mussolini em uma audiência que durou cerca de quinze minutos. Para o *Duce*, o contato parece não ter sido excepcional; para o futuro Chefe Nacional, sim. Cf. BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado**: biografia política (1895-1975). São Paulo: Edusp, 2018a, p. 85.

¹² SALGADO, *op. cit. apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 74-75.

é admiravelmente bem controlado [...]. Volto para o Brasil disposto a organizar as forças intelectuais esparsas, coordená-las, dando-lhes uma direção, iniciando um apostolado¹³.

Todavia, a intenção de organização de um novo movimento de ideias não pôde ser instantaneamente realizada, pois, em outubro de 1930, a Revolução havia eclodido. Observo, nesse momento, um exemplo da (continuamente) dúbia relação do futuro Chefe Nacional com o poder revolucionário, passando da hostilidade à colaboração. Após o primeiro impulso de condená-la, sua atitude é alterada ao reconhecer que lhe “prestou ao menos um serviço”: “poupou-nos o trabalho de derrubarmos uma velha fachada que escondia os dramas sociais do país”¹⁴.

Finalmente, em meados de 1931, um passo determinante foi dado para a formação da AIB: criou-se, sob orientação política de Plínio Salgado e Francisco Clementino de San Thiago Dantas, o jornal *A Razão*. Naquele contexto, a partir de julho do mesmo ano, Salgado redigia, em cada edição, uma nota política na qual fixava as bases de suas ações futuras. Ademais, nos primeiros meses do ano seguinte, havia sido constituída, em São Paulo, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que reunia jovens intelectuais e estudantes sob inspiração de Salgado. Assim, pela ação jornalística, ele difundia suas ideias, e na SEP, centro de reflexões, nasceria o Manifesto de Outubro¹⁵.

Efetivamente, em maio de 1932, na terceira sessão da Sociedade, propôs-se a criação de “[...] uma campanha de ação prática, no sentido de se infiltrar em todas as classes sociais o programa político da S.E.P. decorrente de seus princípios fundamentais”¹⁶. Tal campanha chamar-se-ia Ação Integralista Brasileira.

O estágio final para a formação do integralismo se baseou na redação do Manifesto para publicamente divulgar a Ação Integralista. Logo, a iniciativa de organizar o movimento, como assinala, data de maio; mas somente cinco meses mais tarde a expectativa se concretizou. Sob uma atmosfera de conturbação ideológica e de tendências políticas polarizadas, como registrou Barbosa Lima, era “a hora das tendências fascistas”¹⁷. Desse modo, em 7 de outubro de 1932, cumpriu-se no Teatro Municipal de São Paulo a leitura solene do Manifesto de Outubro que deu início, formalmente, à AIB.

¹³ SALGADO, 1936a, p. 19-20 *apud* TRINDADE, 1979, p. 74-75.

¹⁴ SALGADO, 1935, p. 17 *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 76-77.

¹⁵ TRINDADE, *op. cit.*

¹⁶ SALGADO, 1958, p. 17 *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 122.

¹⁷ LIMA SOBRINHO, 1968, p. 497 *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 97.

Nasceu, assim, a primeira geração do integralismo, cujas características centrais eram o autoritarismo com pretensão totalitária – esta se refletia em um cuidado particular com a burocracia. Exploro a questão do autoritarismo e totalitarismo via contribuições de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino¹⁸, empregados no contexto da estrutura das ideologias e dos sistemas políticos.

Destarte, são autoritários os regimes que, por um lado, favorecem a autoridade governamental, condensando o poder político nas mãos de um só indivíduo, e, por outro lado, secundarizam as instituições representativas, reduzindo a oposição e subsistemas à expressão mínima. Enfatiza-se no pensamento autoritário o princípio hierárquico, de comando e obediência incondicional, que nega também a igualdade dos homens com o propósito de alcançar a ordem – visto que, sem o ordenamento rígido e hierárquico, a sociedade cairia na desagregação e no caos.

As ideologias autoritárias diferenciam-se daquelas que visam à transformação integral da sociedade, incluindo, aqui, as ideologias totalitárias. O totalitarismo, no que lhe concerne, configura um modo extremo de fazer política, mobiliza a sociedade e lhe destrói a autonomia. Constitui-se pela ideologia, pelo partido único, pelo terror e pelo ditador. Pelo totalitarismo, “[...] o Estado, ou melhor, o aparelho do poder, tende a absorver a sociedade inteira”¹⁹. Encerra-se, assim, tanto o pluralismo partidário quanto a autonomia dos grupos de pressão, como o exército, a polícia e os magistrados, que são assimilados à estrutura totalitária de poder e a ela subjugados.

Isto posto, no que concerne à tal pretensão e ao totalitarismo, em si, cito as considerações de Ricardo Benzaquen de Araújo acerca do tema. Em sua visão, a proposta totalitária implica na defesa da totalização absoluta, disposta a eliminar todos os conflitos, todas as particularidades e diferenças através de uma ideologia unificadora²⁰.

Para além disso, dessa dimensão resulta também o desejo de transformação, por meio da ideologia, dos indivíduos em militantes. O militante seria um novo tipo de agente social, sendo, em si mesmo, um representante do partido encarnado²¹. Outrossim, a perspectiva

¹⁸ Ver BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1997; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2007. v. 2.

¹⁹ BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 101.

²⁰ ARENDT, 1979 *apud* ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987; LEFORT, Claude. **L’Invention Démocratique**: Les limites de la domination totalitaire. Paris: Fayard, 1981.

²¹ LEFORT, 1974, p. 39.

totalitária distingue no chefe não somente quem deve ser obedecido, mas, sobretudo, um símbolo vivo da ideologia, um exemplo a ser imitado e a cristalização da doutrina²².

Por fim, dado esse caráter autoritário com pretensões totalitárias do integralismo, a cautela com a burocracia era algo esperado. É possível, assim, interpretar que, desde o início, utilizavam-se de uma estrita burocracia a fim de que o ideal do Estado Integral se encaminhasse para a prática. Em vista disso, o objetivo, agora, é justamente compreender de que modo se deu a trajetória organizacional do movimento.

1.1.1 Os princípios da organização burocrática integralista

O Manifesto de Outubro, em síntese, concentrava os ideais e as propostas para a instauração de uma nova ordem social e, por conseguinte, uma nova nação, que deveria ser “[...] organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz”²³. Opunha-se ao liberalismo, ao socialismo e aos partidos políticos e pregava a união entre os grupos que compunham a sociedade, sendo o elo da Nação, o sentimento de brasilidade, sua suprema finalidade.

É possível perceber que, desde seus primeiros momentos, uma de suas maiores premissas já estava estabelecida e ligada ao ideal da nova proposta de Estado, isto é, o princípio da autoridade:

Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio da Autoridade. Precisamos de uma Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos, exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordens²⁴.

Sem embargo, o princípio da autoridade e da hierarquia só podiam ser garantidos por um sistema burocrático. Entre 1932 e 1933, o integralismo caminhou devagar nessa direção, compondo sua estrutura e seus rituais, e organizando suas forças internas. Naquele momento,

²² Assim, após acenar a existência desses três aspectos, comuns ao totalitarismo e ao integralismo, indico que estes serão melhor analisados no decorrer do texto.

²³ SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, out. 1932, p. 2.

²⁴ *Ibid.*, p. 3.

a direção dos poucos grupos regionais e locais foram confiados a Triunviratos e Departamentos de Estudos.

Encontram-se, na documentação e na historiografia, restritas menções aos rituais e protocolos da AIB nos seus dois anos iniciais de existência. Utilizo as páginas do jornal e diário-oficial dos camisas-verdes, *Monitor Integralista*, para tentar recuperar o possível sobre esse período inicial.

Em seu número final, em 1937, o *Monitor* fez um compêndio das realizações do Sigma²⁵. Nele, registra-se que pouco após o lançamento do Manifesto, Plínio Salgado, auxiliado por Miguel Reale, buscou intensificar as atividades, realizando diversas conferências, principalmente na sala de armas do Clube Português de São Paulo. De modo conjunto, na região nordeste, Helder Câmara e Jeová Motta iniciavam a articulação com o operariado em Fortaleza.

O dia 23 de abril de 1933 marcou a primeira manifestação nas ruas. Salgado, à frente de quarenta filiados, marcharam pelo centro de São Paulo. Naquele contexto, já havia sido criada a bandeira azul e branca do Sigma, alguns já trajavam a simbólica camisa verde-oliva e faziam a saudação erguendo o braço direito.

Tal demonstração pública angariou mais inscrições na sede nacional. Ali, trabalhavam junto ao futuro Chefe futuras lideranças como Miguel Reale, Ulisses Paranhos, Raymundo Padilha, Loureiro Júnior e Rolland Corbisier. Coincidentemente, Ulisses Paranhos foi nomeado o primeiro Chefe Provincial de São Paulo e Eurico Guedes começara a organizar as primeiras “decurias” da milícia local – o futuro mártir integralista, Caetano Spinelli, figurava nessa primeira entidade milicianiana.

A participação feminina começava, também, a despontar: vestindo pela primeira vez a blusa-verde estavam Ida e Regina Reale, Maria Amelia Salgado e Beatriz Guedes de Araujo. Outrossim, o hino “Ergue-te Mocidade”, embora não oficializado, era entoado em todas as solenidades.

Sublinha-se que “os primeiros tempos da AIB foram difíceis, devido à pobreza do Movimento”, no qual “uma simples viagem de trem em segunda classe, uma expedição de correspondência, a impressão de um folheto, criava um caso financeiro, obrigando os companheiros a coletas de dinheiro”²⁶.

²⁵ Cf. O MOVIMENTO do Sigma. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, 7 out. 1937. p. 13-16.

²⁶ *Ibid.*, p. 14. Não obstante a má situação financeira, em julho do referido ano o Núcleo Central de São Paulo publicou a primeira obra do movimento, intitulada Estudos Integralistas. Esta reunia o Manifesto de Outubro, a Cartilha do Integralismo, os primeiros Estatutos, além de alguns estudos de Plínio Salgado, Miguel Reale e Olbiano de Mello.

Em fins de abril de 1933, na antiga capital da República, instalou-se a sede provincial do Distrito Federal sob a chefia de Madeira de Freitas. Dentre as primeiras inscrições destacavam-se Everaldo Leite e Francisco San Thiago Dantas. Paralelamente, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral autorizou o registro da “Acção Integralista Brasileira” como partido²⁷ sediado em São Paulo.

Não muito depois de sua adesão, após ter assistido a uma conferência de Salgado na União dos Empregados do Comércio, Gustavo Barroso partiu para a região norte, responsável pela primeira Bandeira Integralista. De fato, as Bandeiras configuravam uma das estratégias de divulgação e conquista de novos membros, e eram, em essência, expedições lideradas ora pelo Chefe, ora por Barroso ou Reale.

Aquelas que rumaram às regiões norte e nordeste foram conduzidas por Barroso, sendo bem recebido por sua popularidade. Valendo-se do prestígio de presidente da Academia Brasileira de Letras, de “[...] camisa verde e uma postura elevada, discursava e angariava militantes para o movimento”²⁸. Os derradeiros meses do referido ano trouxeram a adoção da expressão “Anauê!”, e para as fileiras do Sigma, notáveis como Arquimedes Memória, Mansueto Bernardi e Belmiro Valverde, além de vindouras lideranças, tais como Arthur Thompson Filho, Carvalho Cardoso, Rodolfo Josetti e Ordival Gomes.

Além disso, a Milícia Integralista iniciou a articulação em nível nacional sob o comando direto do Chefe Nacional e seu 1º Chefe de Estado Maior, Capitão Olímpio Mourão Filho. Enquanto no Distrito Federal colaboravam Everaldo Leite, Capitão Edmundo Cavalcante e Arthur Thompson Filho.

Dois anos após a sua fundação, o movimento finalmente começou a ter um formato mais definitivo e preciso, em termos burocráticos. Em 1934, forjou-se a primeira estrutura organizacional, implantada no I Congresso Integralista de Vitória (ES). Realizado entre 28 de fevereiro e 1º a 3 de março de 1934, o Congresso foi descrito pelo futuro Chefe como “[...] uma demonstração esplêndida da unidade nacional e de força de idealismo da nossa raça”, “[...] além de sua alta significação moral representa uma necessidade imediata para a efetiva coordenação do movimento integralista em toda a vastidão do território brasileiro”²⁹.

Constato que, em seus dois primeiros anos de existência, a AIB apresentava-se enquanto uma associação nacional de direito privado, cujo propósito era o de servir como

²⁷ Saliento que, apesar disso, somente dois anos mais tarde, em 1935, a AIB se anunciaria oficialmente como partido em decorrência da promulgação da Lei de Segurança Nacional.

²⁸ GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2020, p. 26.

²⁹ 1º CONGRESSO Integralista de Victoria. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 2ª quinzena fev. 1934, p. 3.

centro de estudos de cultura sociológica e política a fim de desenvolver uma propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro. Almejavam, enfim, implantar “[...] um regime político-social, tão somente baseado na concepção do Estado Totalitário, ou Estado Integral”³⁰ – sendo estes, portanto, tratados como sinônimos pelo próprio *Monitor*.

É interessante observar como tal designação foi transmitida até a realização do Congresso de Vitória. Na edição da primeira quinzena de maio do *Monitor Integralista*, imediatamente após Vitória, o termo “Totalitário” foi eliminado da primeira página do periódico, na seção “Denominação – Sede – Fins”, constando apenas: “implantar no Brasil o Estado Integral”.

Além dessa alteração estratégica, que foi a primeira das repercussões do conclave no âmbito interno do integralismo e espelhada no uso da terminologia, também a partir do Congresso a estrutura burocrática foi consolidada. É possível avaliar que, entre 1932 e 1933, a preocupação maior baseava-se em cooptar forças e aproximar militantes, transferindo ao segundo plano a complexa estruturação burocrática³¹. Tanto que, até o número da primeira quinzena de maio, veiculava-se no *Monitor*, único em circulação nacional e de aquisição obrigatória por parte dos núcleos, somente comunicados sobre reuniões privadas, atividades públicas, movimentações nas províncias e até mesmo a sistematização da milícia.

Em Vitória, foram redigidos e, mais tarde, publicizados os estatutos, diretivas e rituais – muitos, até então, inexistentes. A título de exemplo, originaram-se os primeiros Departamentos Nacionais de Doutrina, Finanças, Propaganda, Organização Política, Cultura Artística e Milícia. Destacamos que parte significativa do conjunto de diretrizes inexistia até o I Congresso, pois a aprovação, expedição e o “cumpra-se imediatamente” datam, precisamente, dos dias 28 de fevereiro a 3 de março de 1934.

Em adição a isso, houve a avaliação de que as únicas chances de atingir o poder seriam pela via eleitoral ou por um golpe de Estado:

Os integralistas podiam ter seus planos de longo prazo de mudar a mentalidade nacional, e, no caso de Plínio Salgado, com seu romantismo e seu idealismo, não seria absurdo dizer que ele acreditava realmente em uma revolução espiritual de longo prazo. Mas a conquista do poder, do Estado, sempre foi um objetivo essencial para que a ‘revolução espiritual’ de longo

³⁰ DENOMINAÇÃO. Séde. Objectivos e Fins. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 1ª quinzena dez. 1933, p. 1.

³¹ Vale apontar que, nesse primeiro momento, existiam e divulgavam-se estatutos, mas ainda eram limitados se comparados ao extenso corpo que derivaria de Vitória.

prazo pudesse acontecer [...] e as recusas integralistas em assumir isso se encaixavam muito bem no velho ditado “quem desdenha, quer comprar”³².

Essa tese pode ser confirmada ao lembrarmos das tiragens de agosto de 1934 de *A Offensiva*, nas quais há uma matéria intitulada “O integralismo e as próximas eleições”. A participação, desse modo, nas eleições para as Constituintes Estaduais e Câmara Federal foram determinadas por Salgado e possuíam um propósito essencialmente tático, de propaganda das ideias e agitação da massa popular. Isso, apesar da não aprovação do sufrágio universal pelos integralistas.

Por outro lado, com relação à utilização da força para chegar ao poder, embora dispusesse de uma milícia relativamente bem estruturada, despontou no discurso integralista certa relutância em apelar às vias de fato, em exercerem “[...] uma abnegação cristã que, se não chegava ao pacifismo absoluto, não o permitia agir com a força necessária para superar seus inimigos”³³. Além dessa abnegação cristã integralista, vale mencionar, por fim, que a ascensão fascista ao poder através de um golpe é pouco concebível em um estado moderno – ora, não é possível valer-se das vias de fato sem arriscar o confronto e pôr em xeque a relação com futuros aliados, como a polícia e o exército³⁴.

Uma das mudanças mais expressivas no Congresso de Vitória foi a consolidação do poder central do Chefe na ideologia e organização da AIB: Plínio Salgado foi aclamado como o perpétuo e insubstituível Chefe Nacional do movimento. Na sessão solene de abertura, ele renunciou à sua posição de Chefia afirmando que, como fundador, não o criara para chefiá-lo, mas para entregá-lo à nação. Declarara ainda que um líder somente o é quando compelido pela unanimidade dos companheiros, permanece sem seu posto – praticando um ato de obediência e fazendo cumprir a disciplina perfeita.

O ato de aclamação foi “[...] um dos momentos em que a política adquiriu características de um verdadeiro espetáculo de poder”³⁵. O juramento serviu para autenticar dois inconfundíveis traços do integralismo: a fidelidade ao Chefe e o repúdio às dissidências.

Toda a teatralidade da cena teve como finalidade sepultar o pretérito modelo de direção colegiada e criar a figura do Chefe Nacional que, posteriormente, adquiriria a

³² BERTONHA, João Fábio. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014, p. 118-119.

³³ *Ibid.*, p. 119.

³⁴ PAXTON, Robert Owen. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 70, n. 1, p. 1-23, mar. 1998.

³⁵ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas no estado do Espírito Santo (1933-1938). **Revista Ágora**, Vitória, n. 13, p. 1-16, 2011, p. 3.

onipresença. A onipresença, nesse sentido, exprime o desejo de fazer com que Plínio estivesse, de forma indireta, em todos os lugares ao mesmo tempo, a observar as ações de cada camisa-verde. Um exemplo disso é a obrigatoriedade de um retrato do Chefe em todas as sedes integralistas:

CAPÍTULO V

AS SEDES INTEGRALISTAS

Art. 21º – Todas as sedes da A.I.B. deverão ter na sala principal unicamente o retrato do Chefe Nacional, entre as bandeiras nacional e integralista, cruzadas.

Art. 23º – Quando a sede tiver só uma sala poderá nela existir outros retratos, porém, sempre de dimensões menores ao do Chefe Nacional³⁶.

Na análise dos regulamentos aprovados então destaco o nível de controle exercido pelo Chefe Nacional, por exemplo: “ARTIGO 5º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar qualquer ato do Chefe Nacional, relativo ao exercício de seu cargo”, ou ainda: “ARTIGO 8º - Para os integralistas a pessoa do Chefe Nacional é intangível”³⁷. Sua estratégia consistia, justamente, em utilizar uma tática aparentemente democrática no plano de ação, resguardando a possibilidade de evocar a fidelidade à doutrina para reformular um ponto de vista contraditório³⁸.

Por conseguinte, temos um Chefe cioso com seu poder, dispendo de uma ritualística extremamente cuidadosa para garantir a elevação de sua figura – entretanto, apesar de todos os seus esforços em demonstrar sua autoridade absoluta, ele não era imune a questionamentos. Vale ressaltar que tal esforço em proteger a sua liderança juridicamente foi tão nítido que, talvez, revele mais sua fraqueza do que força:

Um verdadeiro líder tem condições, pela sua própria coragem e ação, de impor a sua vontade e não necessita fundar seu poder em um texto legal. Não era esse o caso de Plínio, cuja própria timidez e sentimento de inferioridade o impediam de ser esse líder. Seu poder absoluto escondia, assim, uma falta de comando que o obrigava a utilizar outros instrumentos para manter a sua posição, como a negociação e a articulação internas³⁹.

Ademais, uma das particularidades do fascismo, enquanto movimento político, foi a criação de forças paramilitares constituídas para proteger seus líderes e intimidar os

³⁶ PROTOCOLLOS e Directivas da Acção Integralista Brasileira. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 1ª quinzena maio 1934, p. 9.

³⁷ *Ibid.*, p. 3.

³⁸ TRINDADE, 1979.

³⁹ BERTONHA, 2018a, p. 185.

adversários. O integralismo desenvolveu sua própria milícia, como pontuei, administrada por Gustavo Barroso a partir justamente do I Congresso. A análise dos regulamentos presentes no *Monitor Integralista* e *A Offensiva* indica uma estrutura militarizada e bem-organizada – visando a estabelecer uma unidade de método na formação técnico-militar.

Diante do exposto, identifico o I Congresso Nacional Integralista como a primeira das significativas manifestações externas da AIB, responsável por conceber a sua estrutura burocrática e ritualística, além de marcar o início do frequente amoldamento às circunstâncias políticas nacionais.

Isto posto, caminhamos em direção a 1935, ano da realização e das repercussões do II Congresso Nacional Integralista de Petrópolis (RJ)⁴⁰, ocorrido entre 7 e 10 de março. Nas reflexões anteriores, compreendemos que os Congressos Nacionais representaram expressivos momentos que marcaram profundamente as bases do movimento tanto pela modificação de estatutos, quanto por redefinições nas estratégias para conquista do poder.

O Congresso de Petrópolis, efetivamente, modificou alguns dos Estatutos basilares de Vitória. Em primeiro lugar, a Ação Integralista permaneceu como associação civil, sediada em São Paulo; contudo, daquele momento em diante era também um partido político, com sede onde quer que se encontrasse o Chefe Nacional. Logo, enquanto partido, objetivava a reforma do Estado por meio da formação de uma nova cultura filosófica e jurídica.

Tal alteração, tão significativa, foi justificada pelo próprio Chefe Nacional em uma carta-circular enviada aos chefes provinciais. Nela, relatava que em face da situação criada pela Lei de Segurança Nacional, proclamada em abril do mesmo ano, proibiam-se organizações militares com quadros e hierarquia. À vista disso, para que o integralismo continuasse a executar seus “superiores objetivos” agindo livremente, os Regulamentos seriam adaptados e, cautelosamente, articulados à Constituição de Julho e à Lei Eleitoral.

Naquele cenário, noto um especial cuidado por parte da AIB em mostrar-se como “[...] um movimento que objetiva a felicidade do Povo Brasileiro, dentro da Justiça social, dos princípios verdadeiramente democráticos, garantida a intangibilidade dos grupos naturais e assegurada, de maneira definitiva, a grandeza da Pátria [...]”⁴¹. Destarte, sendo agora o integralismo “uma concepção filosófica que engendra um novo sistema salvador de princípios democráticos”, pretendia alcançar o poder “pela conquista gradual, firme, alicerçada, sem

⁴⁰ É essencial mencionar que uma importante obra, como a de Trindade (1979), sugere que o Congresso de Petrópolis tenha acontecido em 1936, sendo incorporada essa data a outros escritos posteriores, de diferentes autores. Entretanto, observamos que o Congresso ocorreu, de fato, no ano de 1935.

⁴¹ SALGADO, Plínio. **Obra coletiva**. São Paulo: Ed. Revista Panorama, 1936a, p. 1.

pressa, de consciência do povo brasileiro, de modo que, um dia, este se manifeste livremente”⁴².

Por essa nova roupagem aprovaram-se novas resoluções relativas à adoção de uma nova tática para atingir seus objetivos estratégicos: a participação nas disputas eleitorais. Assim sendo, uma postura mais incisiva foi adotada no que se refere à participação no sufrágio universal, que foi sempre exposto com muitas ressalvas por seus dirigentes e militantes. A redação do *Manifesto-Programa* e de uma cartilha intitulada *Meios de Propaganda para a Campanha Eleitoral* é exemplo da diligência para a efetiva participação nas eleições.

É curioso observar como nos *Meios* listam-se e valorizam-se possibilidades de demonstrações coletivas; de propaganda individual e material; de custeio baixo ou dispendioso; frases de efeito como “Plínio Salgado é o candidato dos que amam o Brasil”⁴³, “O integralismo está construindo uma grande nação. Os liberais e comunistas estão destruindo a Nação”⁴⁴, “O integralismo é a verdadeira democracia. A camisa-verde nivela os seus adeptos”⁴⁵.

Os camisas-verdes aproveitaram o clima anticomunista instalado após a tentativa de golpe em 1935 utilizando-a como instrumento de mobilização de massas a fim de crescer e fortalecer o corpo de eleitores. Não obstante seu combate à democracia liberal, participaram das eleições tanto nos âmbitos municipal e estadual quanto federal, lançando a candidatura do Chefe Nacional para as eleições previstas para 1938. Isso foi feito com a finalidade de alavancar o partido, tornando-o mais conhecido e facilitando a propaganda. A notoriedade e os resultados da empreitada no processo eleitoral dependeram da localidade: na região sul, por exemplo, o integralismo obteve certo êxito, elegendo alguns vereadores. Por outro lado, nas demais regiões, os resultados foram modestos devido ao getulismo local e aos remanescentes da Primeira República.

A dissolução da Milícia, em algumas localidades, também foi outra das iniciativas tomadas para resolver a reestruturação imposta pela nova Lei de Getúlio Vargas. Nessa circunstância, a Secretaria Nacional de Moral e Física substituiu a organização paramilitar tendo o propósito de funcionar tanto como instituição de educação física e moral quanto um órgão aliciador à disposição do Exército Nacional.

⁴² O INTEGRALISMO e o Extremismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1935, p. 7.

⁴³ ACCÇÃO Integralista Brasileira. **Meios de Propaganda para a Campanha Eleitoral**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, [s.d.], p. 27.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 28.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 30.

Vale mencionar uma perspectiva complementar que concorre para compreendermos o fato do redimensionamento da Milícia, da exoneração de seu Secretário Nacional, Gustavo Barroso, e sua realocação enquanto Secretário Nacional da nova organização:

[...] parte das alterações burocráticas promovidas por Plínio no Congresso de Petrópolis [...] visaram justamente diminuir os espaços de poder de Gustavo Barroso. Nesse Congresso, o papel das milícias (comandadas por Barroso e essenciais numa via revolucionária ao poder) foi redimensionado e enfraquecido e tradicionalmente se avalia essa ação como uma tentativa de adaptação ao novo contexto político brasileiro (a Lei de Segurança Nacional) e ao novo caráter eleitoral da AIB. Não há como discordar disso, mas talvez estivesse aí, igualmente, uma ação para enfraquecer Barroso e suas propostas⁴⁶.

Essa, contudo, não foi a primeira vez que uma liderança alternativa tentou sobrepujar a de Salgado. A primeira das dissidências foi a de Severino Sombra, um dos membros expoentes do movimento em seus primeiros anos. O embate, que teve seu auge no Congresso de Vitória, foi muito mais intenso do que a memória integralista recorda, com Sombra deixando o movimento e, depois, lançando fortes críticas ao Chefe. Ora, Gustavo Barroso, enquanto chefe da Milícia, menos interessado em compromissos e mais radical, poderia ter cobiçado a liderança para uma ação direta pelo Estado. Em ambas as situações, a arma para anular as dissensões foi a emocional, com ameaças de renúncia por parte de Salgado – porém, apenas Barroso cedeu.

A reestruturação da burocracia, em si, foi outro resultado de Petrópolis. Com a Resolução nº 165, de outubro de 1936, há a criação das Cortes do Sigma, constituída, naquele primeiro momento, pelo Supremo Conselho, pelo Secretariado Nacional, pela Câmara dos Quarenta e pelos Chefes Provinciais. Ressalto que os efeitos do II Congresso e da conjuntura política do período ressoaram não somente em seu ano de realização. A instituição de tais órgãos encontra-se justificada na necessidade de criação de um órgão auxiliar na direção da AIB e é aprofundada no item e capítulos seguintes.

Ao passo que, em 1934, a primeira estrutura do movimento foi definida, configurando uma organização de natureza burocrática e autoritária, com pretensões totalitárias, nos dois anos seguintes aperfeiçoaram-se as determinações de Vitória e em Petrópolis consolidou-se o caráter pré-estatal da AIB. O Estado Integral, assim, se configurava em um Estado paralelo, com um aparelho burocrático interno, com seus rituais, diretivas, procedimentos, censura e

⁴⁶ BERTONHA, 2018a, p. 190.

ideologia bem como forças armadas, mesmo que enfraquecidas e encobertas, e, finalmente, um corpo de magistrados.

Sendo assim, é importante assinalar que uma característica peculiar do fascismo é, justamente, o sistema pré-estatal, ou ainda, um partido paralelo ao Estado. Em outras palavras, quando se trata de regimes fascistas, o partido corresponde a um “[...] canal de transmissão ideológica do líder para o povo, a corporificação de uma ideologia que justifica a presença daquele grupo no poder e canal para a remodelação da sociedade”⁴⁷. Nessa conjuntura, quando o poder é conquistado pelo partido, logicamente o Estado passa a ser controlado e permeado pela sua ideologia. A partir disso, estariam lançados os pilares para o futuro totalitário almejado, no qual uma nova elite assumiria o controle da sociedade, as antigas estruturas estatais seriam extintas e, por conseguinte, haveria a fusão completa entre Estado e sociedade⁴⁸.

Não obstante,

Na prática, a concepção totalmente hierarquizada e totalitária de sociedade não se concretizou, em boa medida pela própria resistência dos ditadores em criar estruturas que poderiam, a princípio, prescindir deles próprios. No lugar, formou-se uma muito mais complexa, na qual conviviam os antigos órgãos do Estado, os novos que vinham do partido e ainda outros, oriundos da própria figura do líder único. Uma estrutura caótica, com interpenetrações, conflitos e alianças e cuja contradição central, ainda que não a única, era a entre o partido e o Estado⁴⁹.

Tal relação conflituosa, pela qual os partidos atuavam em volta e dentro do Estado, coexistindo e oscilando, pode ser ilustrada pelos casos italiano e português. No primeiro, o controle sobre o Estado foi menor, sem contar que o regime não conseguiu suprimir a monarquia e a Igreja, fontes de poder paralelo. Já o partido único português, a União Nacional, foi instrumentalizado pelo Estado de tal modo que mesmos os organismos de perspectivas fascistas eram subordinados não ao partido, mas aos ministérios. É possível, então, questionar: teriam os camisas-verdes se inspirado nisso?

Ao levar em conta o exposto acerca da estrutura organizacional e da possível inspiração em regimes fascistas que “conquistaram o Estado”, pode parecer surpreendente

⁴⁷ BERTONHA, João Fábio. Quem guardará os guardiões? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 317-337, 2021, p. 318-319.

⁴⁸ *Ibid.*; BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020)**. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

⁴⁹ BERTONHA, *op. cit.*, p. 319.

como um partido amplo e consolidado tenha falhado em suas tentativas de assumir o poder. O ano de 1937 demonstrava a crescente força do Sigma, mas revelava também seus limites. Um golpe, por conta própria, era considerado inviável havia cerca de dois anos; e os resultados eleitorais de 1938 não seriam suficientes para garantir o comando integral do Estado.

Fato é que os camisas-verdes, sobretudo suas lideranças, viviam tempos incertos. De um lado, conquistaram cargos políticos ao elegerem dezenas de vereadores, prefeitos e dois deputados estaduais. Ocupavam também espaços sociais: Mansueto Bernardi era diretor da Casa da Moeda; e Gustavo Barroso membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional. Além disso, dispunham de uma imprensa de alcance nacional, com os jornais *Monitor Integralista* e *A Offensiva* e as revistas *Anauê!* e *Panorama*.

Posto isso, na história da AIB talvez nenhuma relação política tenha sido mais notável do que aquela empenhada com Getúlio Vargas. Foi pelo vínculo com o regime varguista que os integralistas depositaram suas esperanças de atingir o poder – e foi justamente este que os eliminou.

A 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas fez um discurso pelo rádio, nacionalmente transmitido, suspendendo as eleições gerais de 3 de janeiro de 1938, anunciando uma nova Constituição e convocando, em torno de si, uma união nacional. Esse era o golpe do Estado Novo – apoiado, aliás, pelo Chefe Nacional, que esperava ter um papel importante no novo regime. No mês seguinte, um decreto foi expedido, fechando formalmente todos os partidos políticos, tolerando, porém, sua transformação em organizações culturais ou esportivas. Naquele cenário, como de praxe, à AIB foi conferido um novo caráter, e o Chefe a converteu na Associação Brasileira de Cultura (ABC) – alegando que “[...] a mudança seria meramente de nomenclatura, pois o integralismo teria sido sempre um movimento de ‘caráter cultural’, mais do que político”⁵⁰.

Até 1938, noto a ambígua posição integralista (ora de aproximação, ora de desconfiança) estabelecida com Vargas e o profundo ódio dedicado a ele desde então. A relação dos camisas-verdes com o golpe é clara: as reuniões entre Salgado e os líderes do governo garantindo o apoio da AIB ao golpe, a promessa varguista que teriam representatividade no novo regime e a quebra dessa promessa pelo Presidente, que logo utilizou o seu poder para eliminar o integralismo⁵¹.

⁵⁰ DOTTA, Renato Alencar. **Elementos verdes**: os integralistas na mira do DOPS (1938-1981). São Paulo: Todas as Musas, 2021, p. 58.

⁵¹ BERTONHA, João Fábio. **O Integralismo e sua história**: memória, fontes, historiografia. Salvador: Pontocom, 2016.

Nesse cenário, antigas sedes da AIB foram fechadas pelos próprios militantes, o uso público da camisa verde-oliva, a exibição do Sigma ou a pronúncia de um “Anauê!” motivariam a prisão de qualquer correlegionário⁵².

Com o passar dos primeiros meses de 1938, a ABC, presidida pelo antigo Chefe, desempenhava algumas atividades, contando com a circulação de alguns jornais, mesmo sob intensa censura. Em março de 1938, os camisas-verdes empreenderam, aliados a outras personalidades descontentes com o Estado Novo de Vargas, ligadas a Flores da Cunha e aos liberais paulistas, a primeira tentativa de levante – com o conhecimento de Salgado e outras lideranças.

A ideia inicial era tomar, primeiro, a capital da República e, com o seu sucesso, comandos seriam expedidos para que outros estados fizessem o mesmo. No Rio de Janeiro, houve a tentativa de tomar a Rádio Mayrink Veiga, a Escola Naval, o Edifício dos Correios e Telégrafos, e as usinas geradoras de eletricidade. A isso seguiu uma série de prisões, cuja maior parte dos retidos foi liberta alguns dias depois.

Dois meses mais tarde, em 11 de maio, alguns inflamados partidários, como Belmiro Valverde, invadiram o Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente. Eles acreditavam que ainda podiam contar com um grande apoio da opinião pública e das Forças Armadas. Os militares, contudo, permaneceram fiéis ao governo. Alguns atribuem a Salgado o conhecimento do *putsch*; ele, por sua vez, negou. O levante, rapidamente debelado, resultou no aprisionamento e fuzilamento de alguns.

A partir daí, e durante todo o Estado Novo, a Ação Integralista passou a ser vista como inimiga do Estado, tal como a iniciativa comunista. O Estado autoritário de Getúlio colocava-se, então, como um moderado regime, afastado dos radicalismos de direita e de esquerda.

Finalmente, o Chefe Nacional tornou-se uma figura indesejada na nova ordem. Por isso foi detido e exilado em Portugal, partindo em maio de 1939. Lá, foi recebido pelo Estado Novo, de António de Oliveira Salazar, permanecendo em terras lusitanas até 1946.

1.2 1936: o ano do Estado Integral e das Cortes do Sigma

No item anterior, empreendi uma retrospectiva, tal como um filme, da trajetória da Ação Integralista, a começar por suas bases, elaboradas no alvorecer da década de 1930, ao seu crepúsculo, com o exílio do Chefe Nacional, de 1939 em diante. Sugiro agora, partindo da

⁵² SILVA, 1971, p. 15 *apud* DOTTA, 2021, p. 58.

linha de raciocínio do “filme”, fazer uma fotografia do ano de 1936, ocasião da instituição, propriamente dita, do Estado Integral.

Como enunciei, no início dos anos 1930, no jornal *A Razão*, Salgado questionava: “Para onde vamos?”. E prossegue:

Para uma república democrática parlamentar? Para um regime republicano presidencialista? Para o fascismo, para o comunismo? Para um regime unitário ou para um sistema federativo? Para uma orientação socialista, ou um rumo capitalista? Para o liberalismo agnóstico, ou para o confessionalismo?⁵³

Tal pergunta baseava-se, de um lado, na indecisão ideológica do Governo Provisório de Vargas; e de outro, pelo fato de o autor estar a idealizar as bases de um novo modelo político através das páginas do periódico em questão⁵⁴. Em sua acepção, a luta entre materialismo e espiritualismo, representada pela oposição entre comunismo e regimes nacionalistas, seria vencida não por democracias, mas através de ditaduras, uma vez que o mundo moderno não admitiria situações intermediárias. Ora, desde antes da fundação do integralismo Salgado refletia sobre a necessidade de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduzisse a sua finalidade histórica, sintonizado com os pensadores autoritários brasileiros do início do século XX.

Desse modo, sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o Estado Integral almejava a unidade nacional ante o controle autoritário, com pretensão totalitária, sobre os indivíduos e a sociedade. Aliás, desde seus primeiros romances o desejo ideológico do futuro Chefe era transparente:

[...] a defesa de uma política nacionalista baseada no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, e a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista. A rejeição da democracia liberal revela-se nas críticas existentes às instituições, de maneira que o *Estado integral* teria sua organização diferenciada, negaria o pluralismo, e nele, as pessoas seriam organizadas em classes, em modelo corporativo⁵⁵.

⁵³ SALGADO, 1931, p. 3 *apud* OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 124.

⁵⁴ OLIVEIRA, *op. cit.*

⁵⁵ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)**. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010, p. 134.

Vale destacar que outros significativos nomes dos primórdios do Sigma também se dedicavam a dissertar e legitimar a constituição desse novo Estado. Gustavo Barroso, em 1933, na obra *O integralismo em marcha*, defendia a construção que exprimiria a Nação Total. Para tanto, organizar-se-iam corporações provinciais, cujos representantes elegeriam o Chefe da Nação, ao qual seria dada completa autoridade. Organizado assim, o Estado não permitiria que se formassem, fora de seu círculo de ação e vigília, quaisquer forças que o pudessem ameaçar.

Em caso análogo, Olbiano de Mello, em *Concepção do Estado Integralista*, redigido em 1934 e publicado no ano seguinte, afirmava a imprescindibilidade de uma Revolução Integralista e a consequente instauração de um Estado Totalitário:

Reconhecendo que as revoluções só são justificáveis quando intervêm na vida social como uma reação de legítima defesa contra uma malfadada situação social, tendente à conquista de um novo equilíbrio – a filosofia integralista proclama, neste triênio de nosso século, a necessidade da transformação do *Estado Liberal*, em franca decadência moral e orgânica, como do *Estado Socialista*, polo oposto do primeiro sistema – e desfralda a bandeira verde da Revolução Integralista que quer reorganizar, de acordo com os imperativos da hora que passa, o mundo, a sociedade pela implantação do *Estado Totalitário*⁵⁶.

Monopartidário, Corporativo, Nacionalista e Sindical são os atributos expressos na *Concepção* que complementam as considerações de Barroso. É importante sublinhar que, naquele contexto, o sindicalismo refere-se à criação de um sindicato profissional único em cada município para cada categoria de produção, com suas respectivas federações nas capitais das províncias e confederações na capital da União. Estes, ao lado das corporações, regeriam as relações do trabalho com o Capital – nesse regime, greves e *lockouts* seriam interditados e abolidos pelo Estado.

À vista do exposto e das reflexões anteriores com base na trajetória da AIB, compreendemos que da mesma forma que o movimento e, posteriormente, o partido, alterava sua estruturação com base na realidade política, naturalmente a apresentação da proposta do Estado Integral também era modificada.

Fato é que a criação do Estado (abertamente totalitário ou não) sempre foi uma aspiração, não somente do próprio Chefe Nacional, mas da cúpula de seus ideólogos. Talvez esse desejo, somado às insígnias proporções que a AIB alcançou, viabilizou que, em seu âmbito interno, fosse criado, realmente, um Estado Paralelo.

⁵⁶ MELLO, Olbiano de. *Concepção do Estado Integralista*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935, p. 50.

Consideramos, portanto, que o Congresso de Petrópolis proporcionou que, no ano seguinte, após a instituição das Cortes do Sigma, a prefiguração do Estado Integral fosse consolidada. Essa perspectiva pode ser justificada pelo que indica Hélió Trindade:

[...] no Congresso de Petrópolis, a estrutura é remanejada e novos órgãos são incorporados. A resolução nº 165 (janeiro de 1936) cria dois novos órgãos de representação: a Câmara dos Quarenta e o Supremo Conselho e, simultaneamente, institui o órgão máximo de representação da AIB: as Cortes do Sigma. Este conjunto de novos órgãos de cooperação com a chefia nacional permite caracterizar a evolução do integralismo para uma forma de organização pré-estatal. **Nesta perspectiva, estava formado o Estado Integralista em potencial**, que era muito mais do que um “contragoverno” ou gabinete da oposição. Ele funciona como um verdadeiro Estado totalitário que possui não somente uma ideologia de Estado, mas utiliza-se de meios estatais como de um aparelho burocrático interno, de Forças Armadas paralelas (Milícia), de uma política de socialização e reeducação dos militantes e de uma legislação própria (resoluções, regulamentos, medidas de censura, etc.), assim como de um tribunal e de um corpo de “magistrados” para julgar as ações de seus membros⁵⁷.

Destarte, o corpo de magistrados era a peça que faltava para o Estado Integral. As Cortes do Sigma, descritas como a “máxima autoridade coletiva”, foram instituídas considerando a necessidade da criação de um órgão auxiliar na suprema direção do partido. Naquele primeiro momento, compunham-na: o Supremo Conselho, a Câmara dos Quarenta, o Secretariado Nacional e os Chefes Provinciais – estes dois últimos já faziam parte da AIB desde três anos antes.

É interessante mencionar que a primeira referência à Resolução de número 165 data sua redação de janeiro de 1936; já em uma segunda menção, assinalam o mês de julho. A divulgação, por sua vez, traz a consonância de outubro do referido ano.

Assim sendo, o *Monitor*, a fim de cumprir sua função como um veículo de propagação da organização integralista, publicou as incumbências da corporação retratada como a depositária da pureza da Doutrina, cujos membros, sob juramento, eram responsáveis por transmitir e garantir a perpetuidade dos ideais do Sigma.

O que surpreende é a reduzida quantidade de páginas dedicadas, especificamente, ao regimento das Cortes – isto, se compararmos aos demais órgãos que a constituíam, como o Supremo Conselho, o Secretariado Nacional etc. Isso se explica, quiçá, ao considerar que as demais organizações, por já serem tão rigidamente regularizadas, não seria necessário preocupar-se tanto com um órgão que reunia diversos líderes e notáveis.

⁵⁷ TRINDADE, Hélió. **A tentação fascista no Brasil**: imaginário de dirigentes e militantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016, p. 82-83, grifos meus.

Nesse sentido, a maior parte de suas diretivas e seus relatos tratava de um assunto em particular: suas reuniões. Logicamente, tendo em vista que do Chefe Nacional advinha toda a autoridade, e sob sua responsabilidade estavam a definição da doutrina, o arbítrio e o domínio da ação, as reuniões seriam convocadas e presididas somente por ele – ordinariamente, uma vez ao ano e, extraordinariamente, em momento grave para deliberar sobre algum assunto de suma importância.

Saliento uma ressalva feita pelo regulamento: em caso de exílio ou prisão do Chefe, as Cortes deveriam ser imediatamente convocadas pela mesa da Câmara dos Quarenta e presididas por um membro previamente designado por Salgado ou, na falta deste, pelo mais antigo em inscrição do Supremo Conselho. Notamos, assim, que começaram a serem tomadas todas as precauções, analisando todos os cenários possíveis em virtude do contexto da Lei de Segurança.

Ademais, vale apontar que ao ano que se transcorreu, da sua instauração à última edição do jornal, isto é, de outubro de 1936 a outubro de 1937, novos círculos foram somados à estrutura original da corporação. Eram eles: os Chefes Arqui-Provinceis, a Câmara dos Quatrocentos, o Conselho Jurídico, a Procuradoria Nacional, o Conselho de Belas Artes⁵⁸.

Isso posto, é notório que o esforço em copilar as funções e nuances de cada entidade com o passar dos anos da AIB não fora, até o momento, empreendido. Ora, com os avanços da Ação Integralista e, acima de tudo, após tornar-se partido em 1935, novos órgãos de poder faziam-se necessários para melhor sistematizar sua atuação com vistas a vencerem as eleições e, conseqüentemente, a implantação do Estado Integral.

Desde os primeiros momentos de existência do movimento, os Chefes Provinceis configuravam uma importante esfera de poder (cada um, responsável por um Estado da Federação, designados Províncias⁵⁹). Vale realçar que na maioria das vezes em que eles são mencionados, normalmente, se trata de nomeações e exonerações – logo, identificamos nessa função uma mobilidade mais acentuada do que entre as demais lideranças. Nomeados pelo Chefe, os Chefes Provinceis eram responsáveis pela vida política, moral e financeira, bem como pela direção dos Departamentos (mais tarde, Secretarias) e das Forças Paramilitares dos estados.

⁵⁸ Há também, uma única menção à adição dos prefeitos, vereadores e deputados eleitos, bem como o chamado Quadro de Veteranos. Devido à sua singular menção, optamos por não incluí-los neste estudo.

⁵⁹ Para além dessas, havia a Província do Mar, criada em março de 1934 e formada por todos os camisas-verdes que faziam parte das tripulações e comandos dos navios brasileiros.

Ao analisar a questão da autoridade central *versus* Provinciais, dois aspectos, quase paradoxais, se apresentam: em primeiro lugar, eles aceitavam o poder quase absoluto de Salgado, enquanto signatários do documento que o proclamara Chefe Perpétuo:

A “Ação Integralista Brasileira”, pela voz autorizada das Delegações de suas vinte e duas Províncias presentes neste Congresso e signatárias deste documento, reconhece e proclama a absoluta insubstituibilidade de PLINIO SALGADO na Chefia Nacional e em caráter perpetuo, da Revolução Integralista e jura-lhe solenemente, sob o SIGMA, obediência e fidelidade formais diante da vida ou da morte. Pelo Bem do Brasil: Anauê!⁶⁰

Por outro prisma, é possível identificar uma autoridade absoluta também no tocante aos Chefes Provinciais:

ARTIGO 18º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista comentar qualquer ato do **Chefe Provincial** relativo ao exercício de seu cargo.

ARTIGO 19º - É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assumpto da competência exclusiva do Chefe Provincial, bem como na de Departamentos que não lhe digam respeito⁶¹.

Esse artigo constitui exatamente uma cópia daquele que concedia poderes especiais ao Chefe Nacional:

ARTIGO 5º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar qualquer ato do **Chefe Nacional**, relativo ao exercício de seu cargo.

ARTIGO 6º - É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assumpto da competência exclusiva do Chefe Nacional, bem como na de Departamentos de competência de outra autoridade⁶².

Não obstante, sublinhamos que, apesar disso, para os integralistas, a pessoa do Chefe Nacional era intangível e irrefutável, conforme destaquei. Nessa direção, o princípio da autoridade fascista, em alemão *Fuhrerprinzip*, instituindo que a autoridade é sempre absoluta, em um nível hierárquico de cima para baixo, configura uma importante questão a ser elucidada posteriormente.

⁶⁰ RECONHECIMENTO e Proclamação pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro de Victoria. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 1ª quinzena maio 1934, p. 1.

⁶¹ SALGADO, 1934, p. 3, grifos meus.

⁶² *Ibid.*, grifos meus.

O Secretariado Nacional, por seu turno, foi instituído em maio de 1934, pouco após o Congresso de Vitória. Aliás, essa organização já existia sob outro nome: Departamentos. A modificação foi justificada ao considerar o aumento de atividade de cada um dos antigos departamentos e o volume de seus serviços, de maneira a tornar imperativa a ampliação de suas atribuições. Somavam-se sete Secretarias nesse primeiro momento: Milícia, Propaganda, Organização Política, Finanças, Doutrina, Cultura Artística e Justiça.

De 1934 em diante, as Secretarias, presididas por Salgado, passaram por numerosos rearranjos estruturais e de comando, com exonerações e nomeações noticiadas muitas vezes entre 1935 e 1937. Ademais, desperta a curiosidade a atribuição aos Secretários imporem penas disciplinares, faculdade esta exclusiva a eles, concedida, claramente, pela Chefia Nacional.

No ano seguinte ao II Congresso, e levando em conta que a necessidade de ampliar o conjunto para atender às demandas da atuação no novo contexto político, novas instâncias do Secretariado foram criadas – dez, ao total, entre novas e antigas. Eram elas: Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais; de Doutrina e Estudos; Educação; de Cultura Artística; de Imprensa; de Arregimentação Feminina e dos Plinianos; de Assistência Social; de Finanças; das Relações com o Exterior e de Propaganda.

Outrossim, é possível que, em face da necessidade de adequação frente à Lei de Segurança Nacional, Plínio possa ter estabelecido um Conselho Jurídico. Salientamos que, nos anos de existência legal da AIB, houve dois Conselhos Jurídicos: um, criado em 1935, e outro, no ano seguinte. Apenas o segundo foi parte das Cortes do Sigma.

O primeiro foi fundado sob a justificativa de que não somente a amplitude do programa da AIB continha muitas questões de ordem puramente jurídica e por isso um estudo especializado seria útil, mas também porque a Ação Integralista, como sociedade civil e partido político, poderia se beneficiar de orientações e sugestões de juristas. Inicialmente, suas incumbências eram de dar pareceres às matérias submetidas pelo Chefe e pela Secretaria Nacional de Organização Política, bem como oferecer sugestões de ordens e medidas. Contudo, suas conclusões seriam de caráter estreitamente informativo.

O segundo Conselho, este sim parte das Cortes, foi institucionalizado em 1936, juntamente com a Procuradoria Nacional. O pretexto para fundação não era tão diferente do anterior, uma vez que constituía um órgão consultivo nas questões jurídicas que demandavam um estudo técnico especializado. Eram sete juristas filiados de reconhecido mérito, subordinados à Chefia Nacional, atuando sob um estrito regulamento, não muito distinto do anterior.

Entre ambos, chamo a atenção para duas sutis questões. Uma relacionada a quem os Conselhos estariam subordinados, e outra relacionada às reuniões. Os juristas de 1935 respondiam à Secretaria Nacional de Propaganda, como também eram nomeados pelo seu Secretário – mas sujeitos à aceitação posterior de Salgado.

Por outro lado, seguindo o costume, os de 1936 foram escolhidos pelo próprio Chefe, que se preocupou também em estabelecer um cronograma de reuniões que até o momento para essa instância não existia: reuniões ordinárias, a cada quinze dias, e extraordinárias, quando convocados. Além disso, é importante observar que as reuniões teriam um caráter quase confidencial, com alguns poucos convidados aptos a assistirem.

Para além disso, 1936, em particular, foi o ano de instauração da maior parte dos órgãos que compunham as Cortes do Sigma. Foram eles: o Supremo Conselho; o Conselho de Belas Artes; a Procuradoria Nacional e a Câmara dos Quarenta. Já em 1937, foi criada a Câmara dos Quatrocentos e surgem os Chefes Arqui-Provinceis.

A Câmara dos Quarenta, “constituída de personalidades de projeção social, moral e de valor intelectual”⁶³, era, internamente, dividida em cinco comissões permanentes e especializadas: política, propaganda, cultural, financeira e administrativa. Em suas reuniões secretas, tratavam de questões suscitadas por Plínio Salgado, seu Presidente perpétuo. Com relação a essa, assim como os demais órgãos criados entre 1936-1937, verifico especial atenção para seus protocolos, sua regulamentação (de reuniões e de funções) e até mesmo veiculação de fotografias de seus membros.

À vista disso, observo que os regulamentos da Câmara dos Quarenta eram meticulosos, de forma a deixar claro seus deveres, sendo o modo de realizar seus conclaves meticulosamente descrito. Eram deveres, por exemplo, não discutir fora do recinto da sessão as matérias ponderadas; considerar assunto secreto tudo quanto fosse trazido ao conhecimento da Câmara, seja pelo Chefe ou por algum outro membro; e obedecer à diretiva, que determinava não silenciar, sob a pena de faltar ao juramento de bem servir a Pátria, sua opinião privada, só pelo fato de esta ser contrária ao ponto de vista do Chefe Nacional. É interessante notar que, possivelmente, esta última diretiva, de não calar a opinião contrária, não era seguida pela cúpula. Além disso, constitui uma postura inédita diante dos regulamentos dos demais regimes fascistas, sendo tal diretriz o “suprassumo do totalitarismo”.

⁶³ SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 3 out. 1936b, p. 3.

Era-lhes vetado, igualmente, faltar às sessões sem justificção escrita. Trs faltas consecutivas, no justificadas, determinariam excluso automtica; oito faltas consecutivas, mesmo justificadas, equivaliam a pedido de demisso.

J as reunies do Supremo Conselho no foram to regulamentadas. Tambm este foi reorganizado, com seu quadro ampliado, sob o pretexto de exercer suas funes com maior eficcia. Para alm dos especficos nomeados em junho de 1936, a partir de junho do ano seguinte, os membros perpтуos seriam ainda os Secretrios Nacionais, os Chefes Arqui-Provinciais, e os Vice-Presidentes das Cmara dos Quarenta e dos Quatrocentos.

A Procuradoria Nacional, sem embargo, muito se assemelhava a um rgo de ao jurdica, principalmente por ser constituıda por juristas de relevo, por sua capacidade, probidade e reconhecimento, inscritos no Quadro da Ordem dos Advogados Brasileiros. Mais uma vez, superintendida pelo prprio Plnio Salgado, e com ramificaes nos âmbitos provinciais e municipais, a instituio se configurava um rgo de representao e defesa da Ao Integralista diante dos poderes pblicos.

Como explicitarei, possvel que a motivao para criar tais instituies tenha sido a de garantir que a AIB tivesse seus direitos assegurados. Embora a questo bsica para escaparem do fechamento foi a transfigurao da milcia, uma nova configurao garantiria, igualmente, a sobrevivncia do partido.

Para exemplificar, isso consta no captulo quarto da regulamentao dos Procuradores do Sigma:

Art. 8 - Aos Procuradores, como mandatrios, por outorga do Chefe Nacional, em instrumento pblico, compete:

I - de um modo geral - a representao nos tribunais ou onde quer que ela seja necessria, pleiteando ou defendendo os direitos e interesses da A.I.B., como autora ou r; e

II - particularmente:

a) representa-la na justia eleitoral, como Delegados do Partido;

b) no foro competente - requerer, reclamar e impetrar os meios jurdicos idneos tendentes a manter e proteger os direitos assegurados a A.I.B., em toda a sua esfera de atividade, pela Constituio Federal, pelas Constituies e Leis Orgnicas dos Estados e dos Municpios da Federao Brasileira, e demais leis em vigor, federais, estaduais e municipais, desistir, ratificar e assignar todos os atos e termos inerentes ao mandato⁶⁴.

Ademais, apesar de a questo da Arte no configurar uma das centrais preocupaes do Sigma, desde a regulamentao de Vitria havia um Departamento Nacional de Cultura

⁶⁴ SALGADO, Plnio. Procuradoria Nacional. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937b, p. 13.

Artística – mas não dispndia de uma marcada normatização ou frequentes menções de atividades.

Intriga-nos, por isso, a necessidade da instituição do Conselho Nacional de Belas Artes, mais um órgão consultivo composto de autoridades especializadas, parte da Secretaria Nacional de Cultura Artística e das Cortes do Sigma. De fato, a sua criação, em outubro de 1936, é a primeira e única menção a ele dedicada. Quiçá o Conselho seria mais um dos artifícios para a defesa do partido, uma “distração” complementar, na teoria, ao programa de educação moral, uma vez que o *Manifesto-Programa* trata a Arte enquanto medida do prestígio dos povos, uma das mais belas expressões do espírito humano e dignificadora de existência⁶⁵.

Em adição a isso, é possível mensurar a relevância de uma entidade das Cortes do Sigma pela normatização de suas reuniões; em outras palavras, se havia a perspectiva de sua realização e quão precisos eram seus regimentos. À Câmara dos Quarenta e ao Conselho Jurídico, por exemplo, se fixaram reuniões periódicas e profundamente normatizadas, com disposição de lugares marcados. Já ao Conselho de Belas Artes, em sua primeira e única menção, não houve tais alusões, reforçando, assim, seu possível caráter mais aproximado a uma fachada que a uma entidade verdadeiramente contribuinte.

Finalmente, as chamadas Circunscrições Nacionais, por seu turno, idealizadas a partir de fevereiro de 1937, tinham por objetivo estreitar os laços entre os Chefes Provinciais e o Chefe Nacional, tornando a transmissão de ordens, diretivas e propaganda mais eficaz. Dirigidas por um Chefe Arqui-Provincial, e congregando determinado número de Províncias, somavam-se sete Circunscrições. Eram elas: a Primeira (Acre, Amazonas, Pará e Maranhão); a Segunda (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte); a Terceira (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe); a Quarta (Bahia e Espírito Santo); a Quinta (Rio de Janeiro e Minas Gerais); a Sexta (São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás); e a Sétima (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

As funções dessas lideranças, em síntese, baseavam-se em organizar um serviço rápido e seguro de comunicação entre o Chefe Nacional e as Províncias a ele confiadas. Notamos, aqui, certa mobilidade no cargo com nomeações e transferências constantes nas poucas edições que ainda restavam ao *Monitor*.

⁶⁵ Cf. ACÇÃO Integralista Brasileira. **Manifesto-Programma com que a Acção Integralista Brasileira comparecerá ás eleições de Presidente da República**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 23 jan. 1936, p. 8-9.

Finalmente, a Câmara dos Quatrocentos foi a última adição às Cortes, datada de maio de 1937. Com a Resolução nº 294, a Câmara é instituída e prescrevem-se suas funções e sua organização:

O Chefe Nacional da A.I.B., usando dos poderes que lhe foram reconhecidos e proclamados pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro de Victoria e reafirmados no 2º de Petrópolis e nas Cortes do Sigma e,

Considerando que a Resolução nº 165, de 16 de Janeiro de 1936, que criou as Côrtes do Sigma, dispõe no seu nº III, letra e, que dessas Côrtes deverão fazer parte, além de outros órgãos, os Integralistas especialmente convocados pelo Chefe Nacional;

Considerando que os Integralistas convocados para as Côrtes do Sigma, não o devem ser isoladamente, mas integrados num órgão coletivo que melhor atende aos objetivos visados;

RESOLVE:

I - Criar a **Câmara dos Quatrocentos**, à qual competira:

- a) Integrar as Côrtes do Sigma,
- b) Reunir-se conjuntamente com as Côrtes do Sigma, uma vez ao ano, e sempre que estas forem convocadas,
- c) Reunir-se, isoladamente, quando convocada pelo Chefe Nacional;
- d) Responder, coletivamente e cada um de seus membros pessoalmente, pela pureza e perpetuidade da Doutrina do Sigma.

II - A **Câmara dos Quatrocentos** será constituída de Integralistas com relevantes serviços prestados ao Movimento e que estejam no gozo de todos os direitos civis e políticos.

III - Cada Provincia designará dez (10) membros para a **Câmara dos 400**, sendo os demais membros da escolha do Chefe Nacional.

IV – Aos membros da **Câmara dos 400**, não será exigida residência no Rio de Janeiro⁶⁶.

Verificamos a nomeação dos membros em duas publicações diferentes – a primeira, em junho de 1937; e a segunda, em julho do mesmo ano. Por fim, devido ao fato de a fundação da Câmara ter ocorrido nos últimos números do *Monitor*, encontramos poucas menções, não indo além de sua presença nas reuniões das Cortes.

Por intermédio das análises realizadas, é possível compreender que a projeção pré-Estatal e a importância adquirida pela AIB no cenário nacional tornaram necessária a criação de mais órgãos intermediários entre o Chefe e os militantes. De modo efetivo, as Cortes do Sigma, mesmo que não significassem uma liderança autônoma dentro do partido, mostram a relevância e o espaço ocupados pelo integralismo dentro do círculo de notáveis do Brasil da

⁶⁶ SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, 12 maio 1937a, p. 6.

década de 1930, uma vez que boa parcela de seus membros eram personalidades de prestígio social e intelectual.

Isso posto, noto que a cooptação das elites traz benefícios para governos ditatoriais, mesmo aqueles “nominalmente democráticos”. Nas palavras de António Costa Pinto:

Para evitar que a sua legitimidade seja destruída e a sua autoridade usurpada, os ditadores precisam cooptar elites e criar ou adaptar instituições que constituam o *locus* de negociação e decisão [...]. Por outro lado, como observa Amos Perlmutter, nenhum regime autoritário pode sobreviver politicamente sem o apoio de elites modernas, como burocratas, gestores, tecnocratas e militares [...]⁶⁷.

De fato, as Cortes tinham seu papel e sua importância, caso contrário, não haveria reuniões e a presença de seus membros tanto nos conclaves ordinários quanto nos grandes eventos e Congressos não seria obrigatória. E a sua ausência, aliás, era motivo de desligamento da função.

Em suma, a iniciativa da criação das Cortes do Sigma pode ser interpretada como a consequência de três circunstâncias: devido à popularização AIB e ao aumento de seus aderentes; à transição de movimento para partido, em 1935; e ao refinamento do projeto do Estado Integral.

Sublinho que a estrutura burocrática e autoritária (com pretensões totalitárias) esteve presente desde os primeiros momentos de existência da Ação Integralista e desenvolvia-se proporcionalmente ao crescimento do partido. Seguiu, portanto, o modelo fascista de se tornar um futuro Estado/Partido.

Destarte, considerando que a estrutura a ser analisada já foi apresentada na trajetória de sua formação e em seu clímax, entre 1936 e 1937, proponho, a partir de agora, a realização de um estudo proposográfico de seus membros, identificando, da forma mais aprofundada possível, os atores. Em outras palavras, quem compunha a direção executiva nacional e regional integralista? De qual classe advinham? Quais eram suas atividades profissionais? Qual sua ascendência? Havia uma atuação no jogo político nacional? Busco responder essas e outras questões, e contraponho os resultados obtidos com as afirmações tradicionais da historiografia acerca do integralismo e de seus militantes.

⁶⁷ PINTO, António Costa (org.). **Governar em Ditadura**: elites e decisão política nas ditaduras na era do fascismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 12.

2 UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO QUANTITATIVO

Nos estudos sobre o integralismo, vale apontar que a abordagem prosopográfica não constitui uma iniciativa recente. Possivelmente, Héglio Trindade foi seu pioneiro quando afirmou que “uma das dimensões cruciais para definir a natureza da AIB é o estudo da composição social dos aderentes do movimento”⁶⁸.

Sendo assim, através de documentos oficiais, destacando-se o *Monitor Integralista*, e de informações obtidas de uma centena de antigos membros da primeira geração por meio de questionário e entrevistas realizadas no curso de dois anos, o cientista político pôde examinar tanto a origem social de dirigentes e militantes quanto distinguir suas movimentações para adesão à ideologia do Sigma.

Para tal fim, a análise foi empreendida mediante parâmetros como: identificação da origem social (média ou pequena burguesia, média burguesia militar, camadas populares); faixa etária; filiação e assiduidade religiosa; origem étnica materna e paterna; e motivação de adesão (anticomunismo, nacionalismo, simpatia pelos fascismos europeus, entre outros).

Próximo de quatro décadas mais tarde, Rodrigo Christofolletti, em sua tese de doutoramento, propôs como parte final de seu trabalho demonstrar como se constituíram as três gerações de militantes que participaram ativamente da publicação do compêndio intitulado *A Enciclopédia do Integralismo*, lançado no mês de outubro de 1957, simultaneamente às festividades dos vinte e cinco anos de fundação da Ação Integralista⁶⁹.

Destarte, fontes como biografias, autobiografias, memórias, diários e correspondências foram empregadas para produzir um retrato coletivo desses camisas-verdes baseadas em certos critérios de análise, tais como origem social; escolaridade; trajetória profissional; produção intelectual e correlações enquanto membros de um grupo.

De fato, a produção auxiliou na execução da análise prosopográfica das Cortes do Sigma que aqui proponho. Friso, no entanto, que uma investigação, membro a membro, dos mais de quinhentos integralistas partícipes das Cortes não foi, até o momento, realizada.

Desse modo, neste segundo capítulo, empreendo um estudo quantitativo decrescente, do maior órgão ao menor, em número de membros, com base nos seguintes parâmetros pré-estabelecidos: gênero; raça; naturalidade; atividade profissional; estado de atuação; posição hierárquica nos quadros das Cortes; e atuação na política nacional ou regional antes, durante e após a filiação ao integralismo.

⁶⁸ TRINDADE, 1979, p. 129.

⁶⁹ Ver CHRISTOFOLETTI, 2010.

2.1 Câmara dos Quatrocentos

A Câmara dos Quatrocentos, conforme anteriormente observei, foi a última adição às Cortes do Sigma e, naturalmente, sua maior organização. É interessante mencionar que houve duas nomeações, um tanto quanto distintas, para a Câmara. Ambas, sem incidência de exonerações e veiculadas pelo *Monitor*, a primeira data de junho de 1937 e a segunda, de julho de 1937⁷⁰.

No primeiro mês, somam-se 385 nomeados; no posterior, totalizam-se 400. A maioria dos militantes designados no primeiro permaneceu no segundo – 324, em números absolutos. Por questões práticas, optei por analisar mais detidamente os Quatrocentos camisas e blusas-verdes de julho.

No entanto, previamente à análise quantitativa destes, realço alguns aspectos mensurados a partir da “confrontação das duas Câmaras”.

Tabela 1 – Homens e mulheres nomeados para a Câmara dos Quatrocentos, junho/1937

Gênero	Indivíduos	Porcentagem
Homens	378	98,2%
Mulheres	7	1,8%
Total	385	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 2 – Homens e mulheres nomeados para a Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Gênero	Indivíduos	Porcentagem
Homens	391	97,8%
Mulheres	9	2,3%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Percebo, facilmente, o predomínio masculino – não apenas nesse órgão, mas no partido como um todo. Isso posto, como há a possibilidade de citar, nome a nome, as blusas-verdes, e levando em conta que este não é, necessariamente, um exercício frequente na análise historiográfica da AIB, proponho esse registro.

⁷⁰ Em adição, há o verbete biográfico redigido por Trindade para um dos dicionários histórico-biográficos do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), intitulado Câmara dos Quatrocentos. Todavia, neste verbete, encontramos algumas divergências de nomes, se comparado às fontes. A título de exemplo, a maioria dos membros de junho de 1937 encontram-se listados; no entanto, deixa de elencar alguns, como Ida e Regina Reale; além de haver nomes que constam apenas no verbete, como América Padilha e Alencar Viana. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/camara-dos-quatrocentos>. Acesso em: 1 set. 2023.

Tabela 3 – Blusas-verdes e suas profissões. Câmara dos Quatrocentos, junho/1937

Nome	Profissão
Dona Caetano Spinelli	Não consta
Ida Reale	Não consta
Maria Telles Ferreira	Não consta
Marília da Rocha Vaz Bernadelli	Não consta
Nilza Peres	Estudante universitária
Regina Reale	Não consta
Santa Guerra	Professora

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 4 – Blusas-verdes e suas profissões. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Nome	Profissão
Adelina Silva Prado	Não consta
Dona Caetano Spinelli	Não consta
Dulce Thompson	Não consta
Iveta Ribeiro	Jornalista
Maria Bernadette Romeiro	Professora
Maria Telles Ferreira	Não consta
Marília da Rocha Vaz Bernadelli	Não consta
Nilza Peres	Estudante universitária
Santa Guerra	Professora

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Ademais, fato é que na cúpula do integralismo, considerável parte dos militantes desempenhavam mais de uma função, simultaneamente, em mais de um órgão. Alguns foram apontados como partícipes da Câmara em junho, mas sem uma razão explícita, não compuseram a lista dos Quatrocentos, de julho. Eram eles os Chefes Provinciais: Aristobolo de Melo; Arnaldo Magalhães e Luiz Leite Oiticica. Esse também foi o caso de personalidades como Afrânio Salgado Lages; Dario Bittencourt e Luís da Câmara Cascudo.

Por outro lado, os Procuradores Nacionais Gaston Luiz do Rêgo e Orlando Ribeiro de Castro; o Secretário Nacional Ernani da Silva Bruno, bem como José Madeira de Freitas, do Supremo Conselho e Marcos E. P. Villela Júnior, da Câmara dos Quarenta, foram elencados tanto em junho quanto em julho de 1937.

Tabela 5 – Atividade nas Cortes do Sigma. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
C400, apenas	395	98,75%
C400 e outro	5	1,25%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

O estudo da composição da Câmara dos Quatrocentos, a partir dos parâmetros antes citados, demonstra algumas oscilações: considero o indicador “profissões” o mais acessível para mensurar, dispondo de uma análise com maior exatidão, uma vez que, ao lado do nome dos camisas e blusas-verdes nomeados, listava-se também sua atividade profissional.

Em contrapartida, calcular “raça” e “naturalidade”, com precisão, não foi possível. Diferentemente da Câmara dos Quarenta, do Supremo Conselho e do Secretariado Nacional, não foi divulgada (e nem poderia ser) uma fotografia que contemplasse todos os Quatrocentos.

Dessa maneira, com base na observação dos sobrenomes e nas poucas fotografias individuais disponíveis, é possível atestar a tradicional afirmação de que as fileiras do Sigma eram compostas, majoritariamente, por homens brancos, de origem luso-brasileira. Nesse ínterim, apenas um homem negro foi identificado: o líder da Revolta da Chibata João Cândido.

Não obstante, é possível ainda encontrar sobrenomes que indicam ascendência italiana, como Passarelli, Contrucci e Matrangola; alemã, a título de exemplo Henzelmann, Metzler, Weicker e Greenwaldt; e até mesmo britânica, como Snell.

Isso posto, para além desses fatores de identificação que considero mais intuitivos, vislumbrados por meio de informações de fácil acesso, como fotografias, listagem de profissões e verificação de sobrenomes, disponho de informações biográficas mais detalhadas de apenas 122 camisas-verdes da Câmara, ou seja, um percentual de 30,5%.

Ao retornar à avaliação das profissões, constato o elevado número de profissionais liberais: 69 médicos (17,3%); 58 advogados (14,5%); 54 comerciantes (13,5%). Em seguida, destaco os 28 militares (7%) de diversas patentes da Marinha e do Exército, dentre os quais há apenas três casos de oficiais superiores: coronel Frederico Socrates, general Marcos E. P. Vilella Junior e almirante Francisco de Souza e Mello. Os demais correspondem a oficiais inferiores: 10 capitães (2,5%); 7 tenentes (1,8%) e 3 majores (0,8%).

Para além disso, percebo a presença de 23 professores (5,8%); 22 engenheiros (5,5%) e alguns representantes de classes populares: 11 operários (2,8%); 2 agricultores (0,5%); 1 motorista (0,3%); e 1 trabalhador em transporte (0,3%). Provavelmente, esse grupo das classes populares correspondia à minoria da organização da Câmara dos Quatrocentos que, apesar de apresentar a composição socioprofissional mais diversificada das Cortes do Sigma, a maioria de seus membros advinha da média burguesia e parte das elites.

Tabela 6 – Profissões. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Médico	69	17,3%
Advogado	58	14,5%
Comerciante	54	13,5%
Militar	28	7,0%
Professor	23	5,8%
Engenheiro	22	5,5%
Funcionário federal	18	4,5%
Estudante universitário	12	3,0%
Industrial	11	2,8%
Operário	11	2,8%
Funcionário público	10	2,5%
Contador	8	2,0%
Farmacêutico	7	1,8%
Fazendeiro	7	1,8%
Sacerdote	7	1,8%
Bancário	6	1,5%
Cirurgião-dentista	5	1,3%
Funcionário	4	1,0%
Jornalista	3	0,8%
Magistrado	3	0,8%
Tabelião	3	0,8%
Desembargador	3	0,8%
Agricultor	2	0,5%
Cônsul	2	0,5%
Ferrovário	2	0,5%
Livreiro	1	0,3%
Agrônomo	1	0,3%
Artista teatral	1	0,3%
Banqueiro	1	0,3%
Motorista	1	0,3%
Cinegrafista	1	0,3%
Construtor	1	0,3%
Promotor	1	0,3%
Corretor	1	0,3%
Escritor	1	0,3%
Trabalhador em transporte	1	0,3%
Sem informação	21	5,3%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Com relação aos Estados de atuação, embora 284 (71%) seja o número de militantes que não contam com registro, as regiões que possuem maior incidência de membros seguem a ordem: Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Neste cenário, Rio de Janeiro, com 17 camisas-verdes (4,3%); Espírito Santo, com 11 (2,8%); São Paulo, com 10 (2,5%); Paraná, Santa Catarina e Bahia, com 9 (2,3%) e Pernambuco, com 7 (1,8%) configuram os locais de maior agrupamento de membros da Câmara dos Quatrocentos.

Tabela 7 – Estados de atuação. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	17	4,3%
Espírito Santo	11	2,8%
São Paulo	10	2,5%
Minas Gerais	10	2,5%
Paraná	9	2,3%
Santa Catarina	9	2,3%
Bahia	9	2,3%
Pernambuco	7	1,8%
Maranhão	5	1,3%
Paraíba	5	1,3%
Rio Grande do Sul	4	1,0%
Ceará	4	1,0%
Alagoas	4	1,0%
Mato Grosso	3	0,8%
Goiás	2	0,5%
Rio Grande do Norte	2	0,5%
Piauí	2	0,5%
Amazonas	2	0,5%
Pará	1	0,3%
Sem informação	284	71,0%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Por fim, os dados sobre a “Atuação política” mostraram-se a categoria de maior possibilidade de reflexão. Na análise das fontes e da bibliografia identifiquei que, dos Quatrocentos, em um primeiro momento, apenas 12 (3,0%) têm um histórico na política que precedeu a trajetória nas fileiras do Sigma. Entre eles sobressaem-se Antônio Pompeu de Camargo, líder da Organização Nacional Dopolavoro, ligada ao Fascio Italiano de São Paulo; e Carlos Crisci, chefe dos camisas-pretas, também de São Paulo⁷¹.

Tabela 8 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Não	16	4,0%
Sim	12	3,0%
Sem informação	372	93,0%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A partir de 1932, o coeficiente sofreu uma significativa alteração, somando-se 35 partidários que, durante o período de existência da AIB, participaram (e até mesmo, elegeram-se) da política tanto no âmbito regional, quanto nacional. Vale apontar, nesse quadro, Eduardo

⁷¹ DITZEL, 2004; DOTTA, 2021.

Graziano que, em 1935, foi um dos candidatos eleitos à Assembleia Constituinte; Júlio Ferreira Caboclo, o primeiro e único vereador eleito pela AIB em Nova Friburgo (RJ), no ano de 1936; e o padre Ponciano Stenzel, eleito em 1934 vereador na cidade de Vitória (ES).

Tabela 9 – Atuação política durante a militância na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Atuação política durante	Indivíduos	Porcentagem
Sim	35	8,8%
Sem informação	365	91,3%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Após 1938, há uma pequena redução na quantidade dos que permaneceram a ocupar cargos na política. Dos 35 (8,8%), de outrora, somente 30 (7,5%) prosseguiram; enquanto 9 (2,3%) afastaram-se definitivamente. Presumivelmente, houve aqueles que permaneceram ao lado do antigo Chefe Nacional, no Partido de Representação Popular (PRP), como foi o caso de Wolfram Metzler; Zeferino Contrucci; Celestino Cardoso e Fernando Cochrane. Paralelamente, nomes como Dantas Motta; Ivan Bichara e Abdul Sayol de Sá Peixoto filiaram-se à União Democrática Nacional (UDN).

Finalmente, com a instauração da Ditadura de 1964, observo considerável participação na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ao lado novamente de Salgado. Ali, encontravam-se Franklin Chaves; José Fleury e Ivan Bichara.

Tabela 10 – Atuação política após a militância na AIB. Câmara dos Quatrocentos, julho/1937

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	30	7,5%
Não	9	2,3%
Sem informação	361	90,3%
Total	400	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.2 Câmara dos Quarenta

Como indiquei, a Câmara dos Quarenta, junto com o Supremo Conselho, o Secretariado Nacional e os Chefes Provinciais, foram os primeiros dirigentes que integraram as Cortes do Sigma. Sublinho que sua composição já foi, em partes, examinada por Trindade em meados dos anos 1970.

No último ano da AIB, período de existência das Cortes⁷² e, por conseguinte, da Câmara dos Quarenta, 45 camisas-verdes passaram por ela. Ao lançar luz sobre essa corporação específica, percebo que sua composição não foi estática: dos 40 originalmente nomeados em setembro de 1936, cujos nomes foram publicizados na edição do *Monitor* de outubro do mesmo ano, 5 foram desligados no primeiro semestre de 1937, e 1 no segundo semestre. Estes, portanto, foram substituídos logo em seguida – assim, escolhi analisar todos os que passaram pela Câmara, uma vez que, até o momento, não há citação na bibliografia que aponte tais exonerações e os “45 membros da Câmara dos 40”.

Nominalmente, Augusto Eduardo da Silva, Marcos E. P. Villela Junior, Paulo Santos e Oswaldo Rocha Miranda foram destituídos em janeiro de 1937 sob o pretexto de não cumprirem os deveres de não faltar às reuniões sem justificativa escrita e, após três faltas seguidas, ocorrer a exclusão imediata. Seus lugares foram, então, preenchidos por Sylvio Rego, Maurício Augusto da Silva Telles, Thiers Martins Moreira e J. da Rocha Vaz.

Para José Vieira da Rosa, embora sua exoneração tenha ocorrido no mês seguinte à dos demais, registro uma colocação que não constou nos outros informes de afastamento: um elogio do Chefe por seus serviços prestados ao integralismo. Vieira da Rosa, por sua vez, foi sucedido por Antonio Telles Ferreira. Já Othon de Barros não possui sucessor e nem lhe é atribuída uma justificativa pelo desligamento ou elogio algum da chefia nacional.

Isso posto, assim como o Supremo Conselho e o Secretariado Nacional, a Câmara dos Quarenta dispõe de uma fotografia de seus membros originais, divulgada pelo *Monitor Integralista*. Com essa premissa, é possível confirmar que, de fato, a maioria (se não a totalidade) de seus membros eram homens brancos.

Tabela 11 – Raça. Câmara dos Quarenta

Raça	Indivíduos	Porcentagem
Branco	41	91,1%
Sem informação	4	8,9%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Para além dos 40 retratados, foi também possível localizar uma fotografia de Thiers Martins Moreira, disponibilizada pelo *website Correio IMS*. Desse modo, a somatória de homens brancos partícipes da Câmara corresponde a 41 (91,1%), enquanto 4 (8,9%) não possuem confirmação.

⁷² Trago isso tendo em conta que a primeira convocação data de outubro de 1936 e a última edição do *Monitor* é de outubro de 1937, e Vargas promulgou a Constituição do Estado Novo em novembro daquele ano.

Para o indicador “naturalidade”, o banco de dados confirma 12 brasileiros (26,7%) e 2 estrangeiros (4,4%) – sendo eles: Amaro Lanari, natural da Argentina e Mansueto Bernardi, nascido na Itália. Embora 31 camisas-verdes (68,9%) não possuam confirmação de sua nacionalidade, a partir de seus sobrenomes, como Carvalho, do Nascimento e Silva, é possível aferir a prevalência luso-brasileira.

Tabela 12 – Naturalidade. Câmara dos Quarenta

Naturalidade	Indivíduos	Porcentagem
Brasileiro	12	26,7%
Estrangeiro	2	4,4%
Sem informação	31	68,9%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Novamente, da mesma forma que na Câmara dos Quatrocentos, a ocupação profissional dos Quarenta foi listada junto à cada nomeação. Este, aliás, foi o único órgão das Cortes em que foi possível apurar todas as profissões.

Tabela 13 – Profissões. Câmara dos Quarenta

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Professor	13	28,9%
Militar	9	20,0%
Advogado	5	11,1%
Médico	5	11,1%
Industrial	4	8,9%
Comerciante	4	8,9%
Engenheiro	3	6,7%
Jornalista	3	6,7%
Funcionário federal	2	4,4%
Músico	1	2,2%
Arquiteto	1	2,2%
Diplomata	1	2,2%
Escritor	1	2,2%
Funcionário público	1	2,2%
Sem informação	0	0,0%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Pela Tabela 13 é possível apreender o predomínio de professores, 13 (28,9%), no total. Vale observar que todos eram docentes do ensino superior, em sua maioria da Faculdade de Direito ou Medicina: Arthur Nunes da Silva, Maurilio de Melo e Artidonio Pamplona. Nesse cenário, distingo o caso de Lucio José dos Santos, único docente da Câmara especificado

como lente, isto é, catedrático, da Escola de Engenharia de Belo Horizonte e de Ouro Preto, e membro do Conselho Superior de Ensino de República.

Ao dar continuidade à impressão do “bacharelismo” presente, assinalo 5 advogados (11,1%), como Othon de Barros e Sylvio Rego; e 5 médicos (11,1%), dentre eles Belisário Pena, Carvalho Cardoso e Ordival Cardoso.

Além disso, os militares configuram mais um grupo de agentes predominantes, com um total de 9 (20%), de diferentes patentes, sobretudo generais, tais como Jerônimo Furtado do Nascimento, Abreu Salgado e Jorge Pinheiro; e almirantes, tais quais Trajano de Carvalho e Frederico Vilar – ambos oficiais superiores do Exército e da Marinha.

Tabela 14 – Estados de atuação. Câmara dos Quarenta

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro, apenas	39	86,7%
Rio de Janeiro e outro	6	13,3%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Dito isso, e levando em conta que a Resolução nº 165, que instituiu tanto as Cortes do Sigma quanto o Supremo Conselho e a Câmara dos Quarenta, traz um parágrafo prescrevendo que os membros da Câmara e do Conselho devem ter residência fixa no Rio de Janeiro, então capital da República, naturalmente a atuação dos Quarenta se concentrou em tal estado.

Tabela 15 – Estados de atuação, especificados. Câmara dos Quarenta

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	45	100,0%
São Paulo	2	4,4%
Minas Gerais	2	4,4%
Espírito Santo	1	2,2%
Santa Catarina	1	2,2%
Rio Grande do Sul	1	2,2%
Bahia	1	2,2%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Os resultados do estudo das biografias coletivas atestam, contudo, o fato de que alguns camisas-verdes cumpriam funções em outros locais além do Rio de Janeiro. A título de exemplo, a família dos irmãos Renato e Oswaldo Rocha Miranda era proprietária de empresas e companhias agrícolas e industriais no Rio de Janeiro e em São Paulo; enquanto Olbiano de Mello desenvolveu sua militância nas fileiras do Sigma também em Minas Gerais.

De todo modo, efetivamente, a atuação dos Quarenta restringia-se à região sudeste, com somente uma ocorrência no sul e nordeste, devido a José Vieira Rosa e Othon de Barros serem também Chefes Arqui-Provinciais da 7ª e 4ª Circunscrições Nacionais, respectivamente.

Tabela 16 – Atividade nas Cortes do Sigma. Câmara dos Quarenta

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
C40, apenas	38	84,4%
C40 e outro	7	15,6%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Ademais, há a premissa de os Quarenta não ocuparem outros cargos nas Cortes do Sigma, especificamente. Dos 45 examinados, 38 (84,4%) integraram apenas a Câmara, enquanto 7 (15,6%) cumpriram outras funções. A título de exemplo, além dos previamente citados, há Arquimedes Memória, Custódio de Viveiros e Guilherme Fontainha, que compuseram o Conselho Nacional de Belas Artes; e Arthur Nunes da Silva, conselheiro jurídico.

Por fim, ao tratar da atuação política, tanto anterior, quanto durante e após a militância integralista, verifico certa inconstância. Enquanto 7 (15,6%) possuíam uma vida política anterior à sua inserção às fileiras do Sigma, como foi o caso de Amaro Lanari na Legião de Outubro; Belisário Pena como Ministro da Saúde e Lucio dos Santos no Partido Republicano Mineiro; houve um declínio nas ocorrências de participação durante a AIB: registrando apenas 2 (4,4%). Eram eles: Vitor Pujol que, em julho de 1935, foi um dos candidatos eleitos para a Assembleia Constituinte; e Thiers Moreira que, em outubro de 1934, candidatou-se a Deputado Federal, sem sucesso.

Houve, findos os dias da AIB, um aumento do coeficiente, quando 11 ex-membros do partido (24,4%) permaneceram na atuação política. Destes, mais especificamente 10 integraram o PRP; enquanto isso, Marcos de Sousa Dantas, Diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, permaneceu ligado ao Governo Vargas mesmo após o Estado Novo. Vale também mencionar o único caso de opção de ausência do cenário político: Belisário Pena, que após o integralismo, escolheu abster-se de qualquer militância.

Tabela 17 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Câmara dos Quarenta

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Sim	7	15,6%
Sem informação	38	84,4%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 18 – Atuação política durante a militância na AIB. Câmara dos Quarenta

Atuação política durante	Indivíduos	Porcentagem
Sim	2	4,4%
Sem informação	43	95,6%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 19 – Atuação política após a militância na AIB. Câmara dos Quarenta

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	11	24,4%
Não	1	2,2%
Sem informação	33	73,3%
Total	45	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.3 Chefes Provinciais

Ao investigar o perfil das lideranças provinciais do integralismo, o primeiro aspecto que identifiquei é a alta rotatividade do cargo se comparado aos demais órgãos das Cortes – embora o recorte temporal proposto contemple apenas os dois últimos anos de legalidade do integralismo, e nesse período apenas 7 exonerações foram contabilizadas, é importante mencionar que, desde as primeiras Chefias Provinciais, ainda em 1933, vários camisas-verdes foram instituídos e destituídos desse cargo.

Dito isto, dos 30 Chefes analisados, somente 17 (56,6%) possuem, até o momento, dados biográficos que ultrapassem o conhecimento de seu nome e estado de atuação. Apesar de raça e naturalidade não terem sido definidas com precisão, é possível mensurar, ainda assim, que tais homens eram, majoritariamente, luso-brasileiros, sem uma incidência perceptível de imigrantes.

Com relação às ocupações profissionais, há, seguindo o padrão reconhecido, profissionais liberais, sobretudo da área judiciária: os advogados Luiz Leite Oiticica e Ubirajara Índio do Ceará; o juiz, professor e jurista Manoel Barreto Vieira de Alencar; e o promotor Attila Sayol de Sá Peixoto.

Devo ainda destacar a presença dos 3 militares (19,0%) de diferentes hierarquias: o Capitão da Marinha Mercante Aristobolo de Melo, o Brigadeiro Agnaldo Alves Celestino e o Capitão Jeová Mota.

Tabela 20 – Profissões. Chefes Provinciais

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Militar	3	10,0%
Professor	3	10,0%
Advogado	2	6,7%
Engenheiro	2	6,7%
Juiz	2	6,7%
Jornalista	1	3,3%
Cirurgião-dentista	1	3,3%
Jurista	1	3,3%
Economista	1	3,3%
Poeta	1	3,3%
Farmacêutico	1	3,3%
Promotor	1	3,3%
Técnico-agrícola	1	3,3%
Sem informação	14	46,7%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em adição a isso, naturalmente, cada dirigente atuava em uma Província, isto é, um estado; contudo, realço duas questões: a primeira seria a possibilidade de um Provincial cumprir sua função em mais de um estado, como foi o caso de Everaldo Leite, no Mato Grosso e em São Paulo, e Jeová Mota, em São Paulo e Ceará. O segundo ponto refere-se às regiões da federação que contaram com maior número de Provinciais; em ordem decrescente nordeste, sudeste, sul, centro-oeste e norte.

Tabela 21 – Estados de atuação. Chefes Provinciais

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	4	13,3%
São Paulo	4	13,3%
Alagoas	3	10,0%
Paraná	2	6,7%
Mato Grosso	2	6,7%
Goiás	2	6,7%
Maranhão	2	6,7%
Pernambuco	2	6,7%
Paraíba	2	6,7%
Ceará	2	6,7%
Sergipe	2	6,7%
Piauí	2	6,7%
Pará	2	6,7%
Do Mar	2	6,7%
Espírito Santo	1	3,3%
Minas Gerais	1	3,3%
Santa Catarina	1	3,3%
Rio Grande do Sul	1	3,3%
Bahia	1	3,3%
Rio Grande do Norte	1	3,3%
Amazonas	1	3,3%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Como enunciei, não era incomum um dirigente das Cortes desempenhar mais de um cargo na organização. Todavia, verifiquei que a maior parte Chefes Provinciais, 25 (83,3%), cumpriram apenas esse posto; enquanto a minoria, 5 (16,7%), atuou em mais de uma frente. Nesse cenário, os que não eram Arqui-Provinciais – Alves Celestino e Silva Telles – compunham o Supremo Conselho – Leite, Mota e Padilha.

Tabela 22 – Atividade nas Cortes do Sigma. Chefes Provinciais

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
CP, apenas	25	83,3%
CP e outro	5	16,7%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Ao observar as tabelas do parâmetro das atividades políticas, percebo, em um primeiro momento, o declive da atuação política anterior para o durante. Enquanto 7 camisas-verdes (23,3%) possuíam um histórico político anterior, como Nestor Contreiras Rodrigues, na chamada Coluna Contreiras; Ubirajara Índio do Ceará, na Legião Cearense do Trabalho; identifiquei apenas 3 casos (10,0%) como atuantes durante a militância. A título de exemplo, cito o Índio do Ceará, eleito, em 1934, deputado estadual, exercendo mandato até 1937; e Francisco Sampaio, que concorreu às eleições de outubro de 1934 para deputado estadual pelo Pará.

Tabela 23 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Chefes Provinciais

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Sim	7	23,3%
Sem informação	23	76,7%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 24 – Atuação política durante a militância na AIB. Chefes Provinciais

Atuação política durante	Indivíduos	Porcentagem
Sim	3	10,0%
Sem informação	27	90,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Finalmente, identifico um elevado número de antigos camisas-verdes que permaneceram, de uma forma ou de outra, no cenário político. Antônio Benedito Machado Florence, Joaquim Araújo de Lima, José Mayrinck de Souza Mota, Raymundo Barbosa de Lima, entre outros, integraram as fileiras do PRP.

Tabela 25 – Atuação política após a militância na AIB. Chefes Provinciais

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	12	40,0%
Sem informação	18	60,0%
Total	30	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.4 Secretários Nacionais

Ao lançar luz sobre o perfil dos dirigentes das secretarias nacionais, é possível identificar, antes de tudo, a constante da administração partidária ser realizada, primordialmente, por homens, brancos e brasileiros. Vale evidenciar, nesse caso, a presença de uma blusa-verde, a Secretária Irene de Freitas Henriques, responsável pela Arregimentação Feminina e das crianças, isto é, dos Plinianos – não surpreende, no entanto, que dela poucas informações encontrei.

Tabela 26 – Homens e mulheres nomeados. Secretários Nacionais

Gênero	Indivíduos	Porcentagem
Homens	12	92,3%
Mulheres	1	7,7%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 27 – Raça. Secretários Nacionais

Raça	Indivíduos	Porcentagem
Branco	7	53,8%
Sem informação	6	46,2%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 28 – Naturalidade. Secretários Nacionais

Naturalidade	Indivíduos	Porcentagem
Brasileiro	7	53,8%
Sem informação	6	46,2%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Dito isso, no que diz respeito às profissões dos Secretários Nacionais, percebo a significativa presença de advogados, 5 no total (38,5%): Antônio Gallotti, Ernani da Silva Bruno, Francisco Luiz de Almeida Salles, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Em seguida, noto

a presença de 2 jornalistas (15,4%) e 2 médicos (15,4%), sendo exemplo dos primeiros o próprio Silva Bruno, e dos segundos Belmiro Valverde. O número elevado de partidários atuando no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais reflete a preeminência da AIB na região sudeste.

Tabela 29 – Profissões. Secretários Nacionais

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Advogado	5	38,5%
Jornalista	2	15,4%
Médico	2	15,4%
Gestor cultural	1	7,7%
Historiador	1	7,7%
Crítico de cinema	1	7,7%
Economista	1	7,7%
Musicólogo	1	7,7%
Professor	1	7,7%
Sem informação	6	46,2%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 30 – Estados de atuação. Secretários Nacionais

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	4	30,8%
São Paulo	3	23,1%
Minas Gerais	1	7,7%
Rio Grande do Sul	1	7,7%
Piauí	1	7,7%
Maranhão	1	7,7%
Rio Grande do Norte	1	7,7%
Ceará	1	7,7%
Pará	1	7,7%
Amazonas	1	7,7%
Acre	1	7,7%
Sem informação	5	38,5%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

No indicador “Atividade nas Cortes”, por sua vez, constato uma divisão quase equivalente. Por um lado, dos 13 secretários, 6 (46,2) cumpriram somente essa função nas Cortes do Sigma; por outro lado, 7 (53,8%) desempenharam atividades paralelas. Em sua maioria, os secretários também compuseram o Conselho Supremo, como foi o caso de Barroso, Reale e Valverde. Há também a incidência de participação na Câmara dos Quatrocentos, com Silva Bruno; e Arqui-Provinceais, com João Carvalhêdo.

Tabela 31 – Atividade nas Cortes do Sigma. Secretários Nacionais

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
SN e outro	7	53,8%
SN, apenas	6	46,2%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Finalmente, pelas tabelas das atuações políticas, é possível averiguar, mais uma vez, uma divisão quase equivalente. Previamente ao ingresso na AIB, 2 dos dirigentes possuíam um histórico político: Valverde, na Revolução Constitucionalista e Barroso, como partícipe na delegação na Conferência de Versalhes. No intervalo de 1932 a 1937, apenas dois: Galotti e Reale. E, no contexto pós-Estado Novo, a despeito da abstenção de Galotti, Silva Bruno e Silva Salles, é de referir a continuidade no jogo político por parte de Reale e Valverde.

Tabela 32 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Secretários Nacionais

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Não	3	23,1%
Sim	2	15,4%
Sem informação	8	61,5%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 33 – Atuação política durante a militância na AIB. Secretários Nacionais

Atuação política durante	Indivíduos	Porcentagem
Sim	2	15,4%
Sem informação	11	84,6%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 34 – Atuação política após a militância na AIB. Secretários Nacionais

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Não	4	30,8%
Sim	3	23,1%
Sem informação	6	46,2%
Total	13	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.5 Supremo Conselho

Com base na investigação prosopográfica do Supremo Conselho, é possível ponderar que quanto mais próximos do Chefe os dirigentes estavam, mais fácil é localizar e, por

consequente, analisar seus aspectos biográficos. Nesse enquadramento em particular, a totalidade de seus camisas-verdes que dispõem de informações biográficas aprofundadas desempenharam funções paralelas ao Conselho e correspondem também a homens brancos, e acompanhando a característica geral, eram luso-brasileiros.

Tabela 35 – Naturalidade. Supremo Conselho

Naturalidade	Indivíduos	Porcentagem
Brasileiro	7	77,8%
Sem informação	2	22,2%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

As ocupações profissionais também não são surpreendentes ao levar em consideração a hegemonia da média burguesia e a ausência das camadas populares. Nessa condição, percebo a presença de 4 médicos (44,4%), como Belmiro Valverde, José Madeira de Freitas e Rodolpho Josetti; e 2 advogados (22,2%), Gustavo Barroso e Miguel Reale. Vale sublinhar que há sempre a possibilidade de um dirigente desempenhar mais de uma profissão: Josetti é referenciado como médico e musicólogo; Barroso, advogado e jornalista; Reale, advogado e professor.

Tabela 36 – Profissões. Supremo Conselho

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Médico	4	44,4%
Professor	2	22,2%
Advogado	2	22,2%
Economista	1	11,1%
Militar	1	11,1%
Musicólogo	1	11,1%
Jornalista	1	11,1%
Sem informação	1	11,1%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Além disso, em se tratando dos estados de atuação, há, logicamente, o predomínio do Rio de Janeiro, visto que a residência fixa na então capital da República era um dos imperativos para pertencer ao Conselho.

Tabela 37 – Estados de atuação. Supremo Conselho

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro e outro	5	55,6%
Rio de Janeiro, apenas	4	44,4%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Sem embargo, verifiquei a ocorrência da área de influência desses membros da cúpula ser estendida para além da região sudeste, chegando ao sul, norte e nordeste. Era esse o caso de Everaldo Leite, Chefe Provincial de São Paulo e do Mato Grosso; e Jayme Regalo Pereira, Chefe Arqui-Provincial da 1ª Circunscrição Nacional.

Tabela 38 – Estados de atuação, especificados. Supremo Conselho

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	9	100,0%
São Paulo	4	44,4%
Rio Grande do Sul	1	11,1%
Mato Grosso	1	11,1%
Maranhão	1	11,1%
Ceará	1	11,1%
Amazonas	1	11,1%
Acre	1	11,1%
Pará	1	11,1%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em conclusão, chamo a atenção para o declínio observado na atuação política antes, durante e após a militância nas fileiras do Sigma. Efetivamente, o maior número se concentra na participação do cenário político nacional ou regional anterior ao ingresso na AIB, somando 6 indivíduos (66,7%), como Jeová Mota, na Revolução de 1930 e Legião Cearense do Trabalho; Raymundo Padilha, na SEP e Madeira de Freitas, também na SEP e Centro Dom Vital.

Tabela 39 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Supremo Conselho

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Sim	5	55,6%
Sem informação	4	44,4%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Mais tarde, no intervalo entre 1932 e 1937, dos 6 anteriormente ativos, somente 2 (22,2%) permaneceram: Mota e Reale. O primeiro foi eleito Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, com o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC); o segundo, em julho de 1935, esteve entre os camisas-verdes eleitos e proclamados pelo tribunal regional à Assembleia Constituinte.

Findos os dias da AIB, posso enunciar que houve uma desagregação: alguns mantiveram-se no jogo político, seja no PRP, como Valverde e Padilha, ou em outro agrupamento partidário, como Reale, nos partidos Popular Sindicalista e Trabalhista Nacional; outros, abstiveram-se, como foi o caso de Barroso, Josetti e Regalo Pereira.

Tabela 40 – Atuação política durante a militância na AIB. Supremo Conselho

Atuação política durante	Indivíduos	Porcentagem
Sim	2	22,2%
Sem informação	7	77,8%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 41 – Atuação política após a militância na AIB. Supremo Conselho

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	3	33,3%
Não	3	33,3%
Sem informação	3	33,3%
Total	9	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.6 Conselho Nacional de Belas Artes

Conforme declarei anteriormente, intriga a instauração do Conselho Nacional de Belas Artes, uma vez que, divergente dos demais órgãos, a única menção a ele dedicada é a de sua fundação, em outubro de 1936. Por conseguinte, restritas são as informações que lhe são possíveis apreender. Em primeiro lugar, como apontei, essa foi uma das três organizações que contou com uma mulher em sua composição, a atriz Maria Castro.

Tabela 42 – Homens e mulheres nomeados. Conselho Nacional de Belas Artes

Gênero	Indivíduos	Porcentagem
Homens	7	87,5%
Mulheres	1	12,5%
Total	8	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em adição, percebo a impossibilidade de análise de sua formação de modo mais aprofundado, pois os únicos membros que dispõem de dados biográficos passíveis de estudo são 3 camisas-verdes (37,5%) que pertenceram também à Câmara dos Quarenta: o arquiteto e professor Arquimedes Memória; o jornalista Custódio de Viveiros; e o músico e professor

Guilherme Fontainha. Destes, os parâmetros naturalidade e raça, estado de atuação, militância anterior e posterior não são novidades, visto que configuram informações previamente indicadas.

Tabela 43 – Atividade nas Cortes do Sigma. Conselho Nacional de Belas Artes

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
CNBA, apenas	5	62,5%
CNBA e outro	3	37,5%
Total	8	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

2.7 Chefes Arqui-Provinciais

Diferentemente dos Chefes Provinciais, após a investigação membro a membro, verifiquei a baixa rotatividade dos Arqui-Provinciais, sem incidência de exoneração do cargo e maior facilidade de localizar informações biográficas.

Tabela 44 – Profissões. Chefes Arqui-Provinciais

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Advogado	2	28,6%
Militar	2	28,6%
Médico	1	14,3%
Professor	1	14,3%
Sem informação	2	28,6%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Pela Tabela 44, é possível observar a constante do predomínio das profissões liberais, nesse caso específico, de 2 advogados (28,6%), Herberto Dutra e Othon de Barros; além da presença de 2 militares (28,6%), o Brigadeiro e, mais tarde, Tenente Agnaldo Alves Celestino e o General José Vieira da Rosa. Vale apontar que a atividade profissional de Jayme Regalo Pereira foi enquadrada tanto como médico quanto como professor – por isso, se a somatória da coluna “indivíduos” for realizada, o coeficiente se distinguirá do total de Arqui-Provinciais.

Tabela 45 – Estados de atuação. Chefes Arqui-Provinceais

Estados de atuação	Indivíduos	Porcentagem
Rio de Janeiro	4	57,1%
São Paulo	2	28,6%
Maranhão	2	28,6%
Amazonas	2	28,6%
Acre	2	28,6%
Pará	2	28,6%
Rio Grande do Sul	1	14,3%
Paraná	1	14,3%
Santa Catarina	1	14,3%
Espírito Santo	1	14,3%
Minas Gerais	1	14,3%
Mato Grosso	1	14,3%
Goiás	1	14,3%
Ceará	1	14,3%
Sergipe	1	14,3%
Piauí	1	14,3%
Rio Grande do Norte	1	14,3%
Alagoas	1	14,3%
Bahia	1	14,3%
Pernambuco	1	14,3%
Paraíba	1	14,3%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Ademais, a pluralidade verificada no tocante aos estados de atuação é procedente do fato de um Chefe Arqui-Provincial ser responsável por mais de um estado. Por exemplo, João Carvalhêdo, chefe da 2ª Circunscrição Nacional, era responsável por considerável parte das regiões nordeste e norte – Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Acre, Amazonas, Pará e Maranhão.

Tabela 46 – Atividade nas Cortes do Sigma. Chefes Arqui-Provinceais

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
C.A.P. e outro	6	85,7%
C.A.P., apenas	1	14,3%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

No tocante aos cargos nas Cortes, percebo que quase a totalidade dos Arqui-Provinceais desempenharam funções paralelas. Dos 7, 6 (85,7%) ocuparam outros cargos na cúpula do movimento: José Vieira da Rosa e Othon de Barros, na Câmara dos Quarenta e Procuradoria Nacional; Agnaldo Alves Celestino e Marcel da Silva Telles, Chefes Provinceais; Jayme Regalo Pereira, Supremo Conselho; João Carvalhêdo, Secretário Nacional; sendo Herberto Dutra o único camisa-verde a atuar somente enquanto Arqui-Provincial.

Tabela 47 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Chefes Arqui-Provinceais

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Sim	1	14,3%
Sem informação	6	85,7%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 48 – Atuação política após a militância na AIB. Chefes Arqui-Provinceais

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	3	42,9%
Não	1	14,3%
Sem informação	3	42,9%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Por fim, embora não ocorrendo atuação política durante a militância da AIB, houve certo aumento no intervalo antes *versus* depois. Em um primeiro momento, apenas Vieira da Rosa possui registro, atuando na Revolução Federalista; posteriormente, tanto ele quanto Silva Telles e Alves Celestino permaneceram no cenário político ao lado do antigo Chefe Nacional no PRP.

2.8 Conselho Jurídico e Procuradoria Nacional

Ao considerar que o Conselho Jurídico e a Procuradoria Nacional foram instituídos pela mesma Resolução, estavam de certa forma associados e dispunham de poucos membros, sem ocorrência de exoneração. Proponho que sua análise seja feita de forma conjunta, na mesma subseção.

A iniciar pelos Conselheiros Jurídicos Nacionais, de um total de 7 nomeados, 5 (71,4%) possuem dados que ultrapassam a informação de suas profissões. Assim, seguindo a prescrição de Salgado, eram, obrigatoriamente, juristas. No entanto, verifiquei também a incidência de outras funções, paralelas ao Direito: Alcebiades Delamare Nogueira da Gama, Arthur Nunes da Silva, Demosthenes Madureira de Pinho e Francisco Clementino San Thiago Dantas também eram professores e este último jornalista; já Didimo Amaral Agapito da Veiga foi ainda fiscal de bancos.

Tabela 49 – Profissões. Conselho Jurídico

Profissão	Indivíduos	Porcentagem
Advogado e outra	5	71,4%
Advogado, apenas	2	28,6%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

No que diz respeito às ocupações nas Cortes, a maioria atuou apenas no Conselho, totalizando 5 (71,4%), enquanto 2 (28,6%) cumpriram outros cargos: Nunes da Silva, na Câmara dos Quarenta, e San Thiago Dantas, na Secretaria Nacional.

Tabela 50 – Atividade nas Cortes do Sigma. Conselho Jurídico

Atividade nas Cortes	Indivíduos	Porcentagem
CJ, apenas	5	71,4%
CJ e outro	2	28,6%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Os fatores raça, naturalidade, estado de atuação e atuação política durante a militância não foram analisados por, até o momento, configurarem lacunas em suas biografias.

Noto, contudo, um crescimento nas atividades políticas desses camisas-verdes. Enquanto, antes da AIB, apenas Nogueira da Gama participou de uma organização, nesse caso, como sócio fundador Centro Dom Vital e depois vinculado à Ação Imperial Patrionovista; 3 (42,9%) dos antigos Conselheiros, findos os dias da AIB, continuaram ativos no cenário político. Eram eles: Nunes da Silva e Nogueira da Gama no PRP, e San Thiago Dantas, no Partido Trabalhista Brasileiro e Ministério das Relações Exteriores.

Tabela 51 – Atuação política anterior ao ingresso na AIB. Conselho Jurídico

Atuação política anterior	Indivíduos	Porcentagem
Sim	1	14,3%
Sem informação	6	85,7%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Tabela 52 – Atuação política após a militância na AIB. Conselho Jurídico

Atuação política após	Indivíduos	Porcentagem
Sim	3	42,9%
Sem informação	4	57,1%
Total	7	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Enfim, da Procuradoria Nacional com seus 3 componentes pouco consegui analisar e por isso a inviabilidade de incluir tabelas em seu caso. Novamente, segundo sua regulamentação, os Procuradores eram advogados.

Por mais que todos os Procuradores desempenhassem funções paralelas – Gaston Luiz do Rêgo Monteiro e Orlando Ribeiro de Castro, na Câmara dos Quatrocentos; e Othon de Barros, na Câmara dos Quarenta e Chefia Arqui-Provincial – apenas deste último foi possível aferir os estados de atuação, no caso, Rio de Janeiro, por integrar a Câmara dos Quarenta; além do Espírito Santo e Bahia, que compreendia a Circunscrição Nacional a ele designada.

Por fim, apenas Rêgo Monteiro possui confirmação de atividade política posterior ao integralismo, ao integrar as fileiras do PRP, bem como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em suma, como observei no decorrer da discussão, analisar o integralismo via método das biografias coletivas não é uma iniciativa recente graças aos trabalhos de Trindade e Christofolletti, desenvolvidos, respectivamente, em meados da década de 1970 e dos anos 2000.⁷³

Vale reforçar, mais uma vez, o fato de que uma pesquisa, membro a membro, dos mais de 500 camisas-verdes que compuseram as Cortes, não foi, até o momento, produzida. A partir dela, foi possível traçar um perfil, na medida do possível detalhado e, assim, confirmar algumas conclusões tradicionais acerca da AIB.

Por exemplo, os dirigentes do partido realmente eram, de modo majoritário, homens de origem luso-brasileira que atuavam, especialmente, nas regiões sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo), sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e nordeste (Bahia e Pernambuco). Vale apontar, não obstante, a incidência de sobrenomes que indicam ascendência italiana, alemã e inglesa. A participação feminina, por sua vez, corresponde a uma parcela minoritária, que não dispõe de dados biográficos que ultrapassem a menção de sua profissão, unicamente.

Além disso, não surpreende o “bacharelismo” da época refletido nas profissões da maioria desses integralistas: advogados, médicos, jornalistas e professores, estes, sobretudo,

⁷³ TRINDADE, 1979; CHRISTOFOLETTI, 2010.

do ensino superior. É de referir também a considerável presença de militares de patentes inferiores, como majores e capitães.

Isso posto, com o intuito de aprofundar e comentar o estudo quantitativo realizado, dedico o próximo capítulo a uma análise qualitativa, alicerçada nas informações aqui obtidas através de números e porcentagens.

3 UM ESTUDO PROSOPOGRÁFICO QUALITATIVO

Neste terceiro e último capítulo, busco analisar, em termos qualitativos, os resultados obtidos e apresentados no capítulo precedente acerca dos partícipes das Cortes do Sigma. Ao contrário do procedimento anterior, em que examinei órgão a órgão, neste momento empreendo o estudo a partir da reflexão de cada parâmetro estabelecido para investigação: gênero, raça, naturalidade, profissão, estados de atuação, atividade nos quadros integralistas, participação e militância na política. Dessa forma, com o intuito de não trazer uma mera repetição do que auferi antes, intento agora correlacionar os dados com o afirmado pelo movimento e pela historiografia.

3.1 Gênero, raça e naturalidade

Ao iniciar um estudo prosopográfico, os critérios gênero, raça e naturalidade são, provavelmente, os primeiros a serem listados na base de dados. Isso posto, fato é que não surpreende a comprovação de que, hegemonicamente, os membros da cúpula do Sigma eram homens. Tenciono, desse modo, à luz dos dados logrados empiricamente, apresentar reflexões a partir do diálogo entre o *Esquema das teses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos da A.I.B* e a bibliografia⁷⁴.

A edição de número 16 do *Monitor Integralista*, datada de 5 de dezembro de 1936, noticiou não apenas a instalação das Cortes do Sigma, ocorrida dois meses antes, mas também a realização do 1º Congresso Nacional Feminino:

⁷⁴ Para compreender melhor a inserção e atuação das mulheres nas fileiras do Sigma, ver: BULHÕES, Tatiana da Silva. Fotografias, gênero e autoritarismo: representações de feminino pela Ação Integralista Brasileira. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. Recife: Ed. da UFRPE, 2007b. p. 219-235; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. A ação feminina integralista no Maranhão. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 27-32; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. A educação no projeto integralista. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 89-106; FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-verdes à beira-mar: mulheres integralistas, Santos (1932-1937)**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018; POSSAS, Lídia Maria Vianna. O integralismo e a mulher. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 107-125.

Pela mesma época reuniu-se no Rio de Janeiro o 1º Congresso Nacional Feminino no qual tomaram parte delegações de todas as Províncias Integralistas. Esse Congresso que se efetuou sob a presidência do Chefe Nacional através da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, reuniu em torno da respectiva Secretária, D. Irene de Freitas Henriques para mais de cem “blusas-verdes”. Foi um dos grandes acontecimentos no Integralismo a reunião do 1º Congresso Nacional Feminino Brasileiro⁷⁵.

Oportunamente, no mesmo número, veiculou-se uma (quase) diretiva, de aproximadamente duas páginas, intitulada *Esquema das teses a serem desenvolvidas pelas blusas-verdes em todos os núcleos da A.I.B.* À semelhança das demais Secretarias, a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, era organizada de forma que dispunha de órgãos a nível nacional, provincial, municipal e distrital – e, todos os âmbitos, deveriam ser chefiados por mulheres.

Naquele cenário, por meio da determinação de que as teses e os assuntos desenvolvidos através de conferências e cursos fossem idênticos em todos os núcleos, ocorreria a uniformização de condutas das blusas-verdes. De modo especial, saliento o fragmento que trata da função feminina no Estado Integral:

Qual o papel da mulher no Estado Integral?

– Para responder a essa tese temos que afirmar preliminarmente, os seguintes princípios integralistas:

1º – a mulher não é nem superior, nem inferior ao homem, porém é diferente (sensibilidade, coração, intuição, etc.);

2º – o homem e a mulher biologicamente se completam; sentimentalmente se harmonizam; moralmente se identificam; intelectualmente se unem, por uma superior aspiração comum (explicar);

3º – suas tarefas se distinguem no lar, na sociedade e na Pátria; essas tarefas não se chocam, pois se originam da natureza própria de cada um (coisas que seria ridículo a mulher fazer; coisas que seria ridículo o homem fazer);

4º – a mulher tem deveres de seu sexo e direitos de sua vocação. A mulher pode ser, portanto, cientista, artista, escritora, técnica e representar politicamente a sua classe desde que tenha aptidões e vocação para tal, nunca, porém, deixando de cumprir os deveres inerentes ao seu estado⁷⁶.

E segue:

No Estado Integral, a mulher pode desempenhar, de acordo com a sua vocação e temperamento, atividades:

⁷⁵ 1º CONGRESSO Nacional Feminino. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937, p. 4. Na fonte há um erro de digitação que data a edição do jornal como 5 de dezembro de 1937. No entanto, o correto é 5 de dezembro de 1936.

⁷⁶ O PAPEL da mulher no integralismo. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937, p. 6.

- 1º – científicas;
- 2º – literárias;
- 3º – artísticas;
- 4º – técnicas (magistério, burocracia, medicina, direito, engenharia, etc);
- 5º – políticas.

Toda mulher tem o dever de elevar a sua virtude, o seu pudor, a sua dignidade, o seu espírito, e combater tudo o que pretende escravizá-la⁷⁷.

Diante disso, é possível afirmar que embora fossem arregimentadas e disciplinadas por diretivas e resoluções, tais quais os camisas-verdes, as blusas-verdes não assumiram a militância de forma idêntica. As atribuições da mulher integralista eram vinculadas, preeminentemente, às funções educacionais, uma vez que eram responsáveis pela família e educação dos filhos, devendo transmitir-lhes também a doutrina – tanto é que a divisão feminina de educação e estudos promovia cursos de alfabetização, pedagogia, filosofia, economia social e boas maneiras.

Tal prioridade da mulher integralista para com as funções educacionais pode ser ilustrada por um pronunciamento de Margarida Cavalcante de Albuquerque Corbisier, dirigente local e militante em São Paulo (SP), no supracitado I Congresso Feminino: “Cabe à Ação Integralista Brasileira utilizar ordenadamente a cooperação das inúmeras moças e senhoras inscritas em suas fileiras, dirigindo-as sempre, de preferência para os setores educacionais”⁷⁸.

Com efeito, é possível ponderar que “[...] para muitas mulheres, militar no integralismo, mesmo em uma posição menos importante, era uma forma de superar os limites impostos pela sociedade e agir nela, de forma ativa e não passiva”⁷⁹. A título de exemplo, Nair Nilza Perez de Rezende, da Câmara dos Quatrocentos, ao assumir a seção feminina da revista *Anauê!*, intitulada *Senhora*, passou a utilizar um discurso além dos padrões estabelecidos, ou seja, restritos à moda, beleza e saúde:

Nilza Peres defendeu o papel social da mulher, elevando sua importância não apenas como matriarca da família, mas também como ativa no sustento do lar. Ainda que proferisse discurso cerceador quanto às liberdades femininas, dentro das concepções integralistas, acabou fomentando posturas até mesmo revolucionárias, estabelecendo-as como partícipes do cenário político e social⁸⁰.

⁷⁷ O PAPEL da mulher no integralismo. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937, p. 6.

⁷⁸ CORBISIER, 1959, p. 69 *apud* CAVALARI, 1999, p. 56.

⁷⁹ BERTONHA, 2014, p. 29.

⁸⁰ FIORUCCI, 2014, p. 185 *apud* FERREIRA, 2018, p. 82.

Ademais, apesar de as “mulheres” compreender um conceito vasto – no qual várias mulheres, de distintas origens, assumiram a militância sob diversas justificativas – indico que a “trilogia Deus, Pátria e Família” e a restauração nacional foram motivos centrais para adesão. Em uma entrevista, a dirigente provincial do Rio Grande do Sul, Aurora Wagner, afirmou:

Eu me senti atraída pelo programa, porque a trilogia Deus, Pátria e Família me sensibilizou, e como eu vi que era um movimento nacionalista, em que nós estávamos exaltando o civismo, amor pátrio, ao qual havia um indiferentismo naquela época, foi que eu senti um chamamento, me senti entusiasmada pelo programa⁸¹.

A escolha pela militância nas fileiras do Sigma também poderia ser atribuída ao anticapitalismo, anticomunismo e tendências antissemitas, conforme Margarida Corbisier: “era a tendência dominante no integralismo. O próprio lema, o sigma, que é sinal de síntese, como o *fascio*, é uma luta contra a dispersão liberal, contra o individualismo. Era o sentido aglutinante. Nossa tese era a do Estado Integralista”⁸².

Ou ainda o recrutamento poderia ser consequência da adesão de outros membros familiares:

[...] outras eram irmãs ou noivas de integralistas. Aqui, por exemplo, nós éramos integralistas, havia a família Martins de Camargo, os Silva Telles, todos eram integralistas: o Goffredo, o Ignacio, os parentes, uma irmã da dona Carolina Silva Telles, dona Maresia, filha da dona Olívia Guedes Penteadó⁸³.

Por fim, vale apontar que, possivelmente, a abertura da AIB para a participação das mulheres também se relacionava “com a crise de poder e do sistema político e as chances reais de conquista do poder via eleições. Nesse contexto, as mulheres não podiam ser desprezadas como eleitoras, em um quadro diferente do de outros países latinos”⁸⁴.

Sem embargo, não devemos esquecer o dilema da história das mulheres integralistas, isto é, o conflito de afirmações: por um lado, o discurso da AIB, o qual declara que incorporaram, sim, as mulheres; de outro, a historiografia que diverge se vestir a blusa-verde

⁸¹ TRINDADE, 2016, p. 424.

⁸² *Ibid.*, p. 473.

⁸³ *Ibid.*, p. 480.

⁸⁴ DEUTSCH, 2004 *apud* BERTONHA, 2014, p. 30.

era, verdadeiramente, libertador ou uma nova prisão. Tendo em conta os dados auferidos, o leitor pode questionar: o discurso da AIB é vazio ou não?

A partir do embasamento empírico, da presença feminina nas Cortes do Sigma se limitar a 12 blusas-verdes, reforça que o espaço à ação feminina não apoiou sua luta de emancipação. O discurso hierárquico não foi velado, o próprio *Esquema das teses* não traz o *status* de igualdade e aconselha que sejam mencionadas “coisas que seria ridículo a mulher fazer” e “coisas que seria ridículo o homem fazer”. Logo, a participação feminina tinha demarcações, recolhendo-se ao lar e à formação dos plinianos e, quando necessário, exercendo a recém-conquistada possibilidade de voto.

O estudo prosopográfico dos, aproximadamente, quinhentos camisas e blusas-verdes trouxe a confirmação de um caso de homem negro nas Cortes do Sigma: o líder da Revolta da Chibata, João Cândido, membro da Câmara dos Quatrocentos. Isso, todavia, não significa que não tenha sido possível que mais afrodescendentes e pardos possam ter integrado os órgãos consultivos que compuseram as Cortes⁸⁵.

O repertório de imagens da época aliás, traz a comprovação de que muitos integralistas eram de origem africana ou indígena⁸⁶. A título de exemplo, é possível “[...] observar a presença de negros e mulatos em fotos divulgadas nas seções *Sociaes* de alguns números no jornal integralista *A Offensiva*, editado no Rio de Janeiro entre 1934 e 1938”⁸⁷. Sem contar que figuras simbólicas do movimento negro, como o próprio João Cândido e Abdias do Nascimento integraram as fileiras do Sigma.

Assim, é possível questionar: “se o integralismo era fascista e todos os fascismos são racistas, como é possível que houvesse negros militando nas hostes do Sigma?”⁸⁸. A resposta ao paradoxo dessa questão pode ser dada pela observação da combinação de elementos que justificavam a participação de afrodescendentes na Ação Integralista.

Em primeiro lugar, tal militância não se deu por conta da origem étnica ou em defesa da identidade, mas por origens culturais, religiosas (catolicismo), sociais (classe média) ou

⁸⁵ Vale acentuar a questão de Trindade pouco mencionar a participação afrodescendente nas fileiras do Sigma. A única alusão que pude localizar foi a referência a Dario Bittencourt como mulato, na entrevista do antigo dirigente, na obra de 2016. Como se sabe, todo o repertório da análise de Trindade tem por base aspectos de origem social e mobilidade social, faixa etária, filiação religiosa, motivação de adesão etc.

⁸⁶ BERTONHA, 2014.

⁸⁷ SENTINELO, 2010, p. 151.

⁸⁸ BERTONHA, *op. cit.*, p. 32.

posicionamento ideológico. O caso de Dario Bittencourt, tradicionalmente descrito como mulato, listado entre os Quatrocentos de junho de 1937, um dos pioneiros do movimento no Rio Grande do Sul e seu Chefe Provincial, entre 1934 e 1936, é um exemplo. Segundo suas próprias palavras em uma entrevista:

Qual o significado de sua opção pelo integralismo?

Com a Revolução de 32, os partidos praticamente desapareceram e eu estava em disponibilidade política. Certa tarde, vou à Livraria do Globo [...] e encontro uns prospectos que tinham recebido de São Paulo, como o “Manifesto Integralista” (1932) de Plínio Salgado. Então por curiosidade eu li uns três capítulos e me agradou aquele manifesto. Eu aderi àquela ideia desde o princípio porque eu estava entendendo que os partidos políticos como estavam estruturados naquela época eram superados, não criavam uma coisa nova. Era preciso uma Câmara Corporativa, dar atenção aos interesses econômicos, ao proletariado, aos estudantes. E o integralismo acenava com essa possibilidade⁸⁹.

E prossegue:

Na sua opinião, o que foi a Ação Integralista Brasileira?

Ela foi um benefício para o Brasil, porque procurou tirar a mocidade que estava em disponibilidade e trazer para uma coisa útil. O integralismo foi o primeiro movimento do Brasil que propugnou por moralidade e ética⁹⁰.

É possível interpretar também que algumas defesas integralistas, tais como a regeneração da raça pela educação, o reconhecimento de que os brasileiros eram um povo de cor e, por conseguinte, a tolerância e a identificação dos descendentes dos ex-escravizados como brasileiros separa, nesse aspecto, a ideologia do Sigma dos movimentos fascistas europeus⁹¹.

Registro ainda que a adesão negra às ideias conservadoras nos primeiros anos do século passado, apesar de, em um primeiro olhar, constituir uma “[...] aparente contradição com seu legado de lutas libertárias”⁹², “[...] representou uma estratégia pragmática na busca por inclusão social, econômica e política”⁹³.

⁸⁹ TRINDADE, 2016, p. 334.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 337.

⁹¹ BERTONHA, 2014.

⁹² JACINO, 2022, p. 3.

⁹³ *Ibid.*, p. 25.

Todavia, vale realçar o entendimento de que tal tolerância possuía limites:

Para arregimentar membros negros ao Integralismo, este teria utilizado o discurso da “integração” das raças, considerando o negro como um dos elementos primordiais da sociedade brasileira, por ser uma das três raças que a constituem. Esse argumento já foi demonstrado ligeiramente, ao apresentarmos, de acordo com Natália Cruz, que o negro seria “assimilável” e “branqueado” pela miscigenação, contribuindo para a formação da nacionalidade integral. Assim, a raça negra contribuiria para a consolidação da futura unidade nacional, de acordo com o projeto de nação da AIB, e com seu suposto objetivo de branquear a população brasileira⁹⁴.

No que tange à “defesa do branqueamento”, essa ideia era defendida, desde fins do século XIX, por instituições representativas da elite nacional, como as faculdades de direito e medicina, e os Institutos Históricos e Geográficos (IHGs)⁹⁵. O fato de significativa parte da cúpula da AIB advir das faculdades de medicina e direito não é novidade, entretanto vale apontar que alguns dos “notáveis” das Cortes fundaram ou então participaram dos Institutos de seus estados ou de suas cidades.

Edmundo Amaral (Câmara dos Quatrocentos) foi cofundador do IHG de Santos; Mansueto Bernardi (Câmara dos Quarenta) e José Vieira da Rosa (Câmara dos Quarenta e Chefia Arqui-Provincial), foram membros das sedes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente; Lúcio José dos Santos (Câmara dos Quarenta), sócio correspondente e conferencista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sem contar a participação de Demóstenes Madureira de Pinho (Conselho Jurídico) na Escola Nina Rodrigues, notório médico e eugenista.

Dito isso, em concordância com a asserção de Jaqueline Sentinelo⁹⁶, embora parte dos textos doutrinários da AIB buscassem validar a ideia de que a superioridade de uma raça estava superada, é possível “[...] verificar a presença de elementos que consideravam um povo (ou cultura), no caso a branca, como superior, em termos de civilização, aos demais”⁹⁷. Isso pode ser fundamentado, empiricamente, na diminuta participação negra nas camadas dirigentes do partido, justaposta por um número maior de dirigentes com um histórico de participação em instituições com traços eugenistas.

⁹⁴ SENTINELO, 2010, p. 151.

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*, 2011.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 152.

No que concerne à análise do parâmetro naturalidade, registrei apenas dois casos confirmados de imigrantes: o argentino Amaro Lanari e o italiano Mansueto Bernardi (ambos da Câmara dos Quarenta). Fora isto, há a dominante presença de luso-brasileiros – com sobrenomes como Castro, Pereira, Rocha, Silva e Tavares.

Não surpreende também a confirmação do envolvimento imigrantes e descendentes nas hostes da AIB, dado já conhecido na época. Nessa conjuntura, vale realçar que pouco se conhece a respeito da militância de imigrantes portugueses e espanhóis (e seus filhos) nas fileiras do Sigma, uma vez que seus sobrenomes podem ser facilmente confundidos com a maioria luso-brasileira.

Em contraponto, a quantificação da ascendência alemã (Metzler, Roubach, Van Erven.), italiana (Galotti, Giorgi, Matrangola, Meggiolaro, Reale) e até mesmo francesa (Corbisier, La Maison, Rennaux) é obtida com mais facilidade ao verificar as atas de uma seção ou a listagem de dirigentes nacionais ou regionais. Outrossim, desde a década de 1970, Trindade “[...] indicava como uma proporção substancial da militância integralista era de origem alemã e italiana, superando largamente a proporção desses imigrantes e seus filhos na população nacional”⁹⁸.

Na Província de São Paulo, por exemplo, encontrava-se expressiva presença de imigrantes italianos que vestiram a camisa-verde. Já nos estados do sul, os sobrenomes italianos e germânicos eram numerosos. Todavia, generalizações têm de ser evitadas. Em Santa Catarina, a título de exemplo, os teutos constituíam grande parte da militância, enquanto na Província do Rio Grande do Sul “[...] eram numerosos, mas não majoritários”⁹⁹, e na do Paraná, verificou-se a presença tanto de italianos, quanto de alemães.

Efetivamente, no tocante à questão da proporção de descendentes que integraram as hostes do Sigma, particularmente no Paraná e em Santa Catarina, vale evidenciar que:

[...] o termo *assustador* se aplica mais a Santa Catarina, onde a AIB, em uma população praticamente igual à do Paraná, tinha 100.000 militantes. Além disso, naquele Estado a concentração de descendentes de italianos e alemães que cerraram fileiras foi superior a de qualquer outra parte da federação. Nas ditas “áreas de colonização”, o partido obteve os melhores resultados eleitorais e logrou aos historiadores catarinenses do Integralismo as suas maiores dores de cabeça. Foi de Santa Catarina, a propósito, que opiniões

⁹⁸ BERTONHA, 2014, p. 23.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 24.

desavisadas importaram a ideia de que os teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros compunham a maioria dos filiados integralistas no Paraná – importação feita via ‘osmose metafísica de proximidade geográfica’[...]¹⁰⁰.

Ainda que o cuidado para não superestimar os dados deva ser tomado, é possível mensurar que os filhos e netos de italianos aparecem em maior medida em algum nível de liderança, seguidos, na colocação seguinte, pelos de ascendência germânica. Isso pode indicar que sua adesão à AIB pelo fator étnico. Mas devo ressaltar:

A historiografia [...] já conseguiu romper com a antiga ideia de que esses descendentes de imigrantes só aderiram ao integralismo por sua origem estrangeira ou por não se sentirem brasileiros. Na verdade, o que estava em jogo era também uma questão de identidade, mas pelo motivo oposto, ou seja, por um desejo de afirmação como brasileiros que a adesão a um movimento nacionalista como a AIB poderia reforçar. Tanto é assim que a maioria dos que militavam no integralismo com sobrenomes que não eram lusos eram brasileiros de origem estrangeira, enquanto os imigrantes alemães e italianos propriamente ditos optavam pelas seções dos partidos fascista e nazista instalados no país. A partir daí, sucediam-se aproximações e distanciamentos entre militantes e grupos – às vezes, dentro da mesma família e com militância dupla em alguns casos¹⁰¹.

Paralelamente a isso, outras motivações devem ser mencionadas como parte da constelação de justificativas para a adesão: luta política, origem social e de classe. Destarte, descendentes italianos e alemães compuseram as hostes do Sigma também como forma de manifestar suas expectativas de classe média e sua pretensão de aceitação na sociedade¹⁰².

Por fim, a ausência de sobrenomes poloneses e ucranianos é uma implicação curiosa e pode representar como havia integrações diferentes entre descendentes. Essa escassa presença foi enunciada na tese de Rafael Athaides¹⁰³ e pode ser corroborada ao examinar a lista de sobrenomes das Cortes – é provável que não o único caso, mas um dos pouquíssimos, seja o comerciante e camisa-verde Wenceslau Dytz (Câmara dos Quatrocentos).

3.2 Profissão

Uma das constantes na produção historiográfica é a tentativa de definir se havia um tipo ideal de fascista, isto é, um “fascista médio”. A historiografia foi, por muito tempo,

¹⁰⁰ ATHAIDES, 2012, p. 291.

¹⁰¹ BERTONHA, 2014, p. 24.

¹⁰² *Ibid.*

¹⁰³ ATHAIDES, *op. cit.*

marcada pelos trabalhos de autores marxistas e pela perspectiva sociológica e, a partir disso, forjou-se o argumento de que o fascismo correspondia, essencialmente, a uma questão das classes médias¹⁰⁴.

No entanto, estudos relativamente recentes têm demonstrado que a situação é mais complexa, de modo que, embora a posição social não possa ser descartada como uma variável, o pertencimento a uma determinada classe não geraria, automaticamente, um posicionamento político, uma adesão ou uma repulsa ao fascismo.

Nos diversos movimentos fascistas, realmente, considerável parte de seus militantes advém dos fluidos limites da classe média. Não obstante, aponto outras justificativas para aderência, além da posição de classe: medo do comunismo, oposição ao sistema político da época, influência religiosa e desejo de ascensão social.

Em relação às características socioprofissionais dos dirigentes integralistas aqui avaliados, constatei, utilizando a terminologia de Trindade, uma maioria da burguesia¹⁰⁵ média em ascensão (profissionais liberais, intelectuais e administradores do Estado), além da chamada pequena burguesia (pequenos proprietários rurais e urbanos, burocratas da esfera privada ou pública) e militares, sobretudo da marinha, geralmente motivados pelo movimento tenentista.

Vale mencionar, por exemplo, Marcos de Souza Dantas (Câmara dos Quarenta), ex-diretor do Banco do Brasil e do *National Coffee Council*; Raul Leite (Câmara dos Quarenta), presidente da Federação das Indústrias; os comerciantes Agostinho Serrano, Dioclécio Britto, Urbano de Souza Martins (todos da Câmara dos Quatrocentos); o promotor Attila Sayol de Sá Peixoto (Chefe Provincial do Amazonas); os médicos Belmiro Valverde (Secretaria Nacional de Finanças e Supremo Conselho) e Rodolfo Josetti (Secretaria Nacional de Cultura Artística e Supremo Conselho).

Com efeito, a percepção de que trabalhadores e operários foram completamente avessos à ideologia do Sigma foi, progressivamente, desfeita. Em meados de 1990, Yonne de Souza Grossi e Maria Auxiliadora Faria evidenciaram que “[...] o aceno integralista ao operário no sentido de resgatar sua dignidade humana como trabalhador, com direito à propriedade e a bens materiais, a fim de furtá-lo à influência comunista”¹⁰⁶.

¹⁰⁴ BERTONHA, 2014.

¹⁰⁵ Com relação ao termo burguesia, que como se sabe não possui um sentido e uma interpretação únicos, baseei-me na definição de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997), para os quais a burguesia corresponde à classe portadora do poder econômico e político.

¹⁰⁶ GROSSI, 1990, p. 170.

A afirmação das autoras pode ser comprovada ao deparar-me com a brochura de J. Venceslau Júnior, Chefe Municipal de Pedra Branca (MG), publicada em 1935 e intitulada *O integralismo ao alcance de todos*. Nela, o camisa-verde se dirige a distintos grupos sociais, dentre eles os “brasileiros da roça” e os “operários do Brasil”. A estes últimos, adverte:

Eu sei que andas entusiasmado ou pelo menos com simpatia pela aparentemente falecida Aliança Nacional Libertadora, que te promete tudo, inclusive transformar-te de empregado em patrão, de simples operário em grande industrial. Mas tu achas isso possível?¹⁰⁷

E segue:

Operário do Brasil! É o tempo de saberes quem te fala a verdade. O teu companheiro que frequenta as reuniões comunistas é um revoltado, fala mal de tudo e de todos, blasfema coisas horríveis. Entretanto, o integralista é homem de boas ideias, ponderado, equilibrado e tem confiança no dia de amanhã; ele compreende que o INTEGRALISMO precisa triunfar no Brasil e tomar conta do Governo, para que o trabalhador da fábrica e da oficina tenha dias de paz e prosperidade; o operário integralista sabe que a sua família terá garantias; sabe que terá um salário que lhe permitirá viver dignamente; sabe que será favorecido com uma percentagem nos lucros do patrão; sabe que o INTEGRALISMO o respeitará e o protegerá; sabe que o Brasil será uma grande Nação¹⁰⁸.

Isso posto, a despeito de que é preciso ter em conta que parte do discurso da AIB era voltado aos trabalhadores¹⁰⁹, com alguma repercussão e de forma ampla, não se restringindo unicamente aos operários ou aos trabalhadores manuais, sendo essa uma tentativa de atingir grupos sociais relativamente esquecidos e sair do campo operário, território da esquerda, a análise quantitativa demonstra que os ambientes das classes médias eram aqueles que o integralismo mais se difundia, principalmente quando se trata das camadas dirigentes. Em conformidade com as palavras de Trindade:

Dentro dessa interpretação, as observações de Lambert sobretudo sobre o comportamento das classes são pertinentes: “É sobretudo pela ascensão das classes médias que este novo Brasil difere profundamente do antigo que não deixava a essas classes nenhum lugar. Descendentes de imigrantes ambiciosos, filhos numerosos de uma aristocracia que não limitara sua reprodução, todos vêm se incorporar às profissões liberais, à função pública,

¹⁰⁷ VENCESLAU JÚNIOR, 1935, p. 75.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 79.

¹⁰⁹ Ver DOTTA, 2003, 2004.

ao comércio e aos quadros da indústria para formar uma sociedade individualista, que não concede nem aceita patronagem”¹¹⁰.

Contudo,

[...] é a análise de José Nun que se aproxima mais de nossa hipótese avançada sobre o comportamento das classes médias nos anos 30: sua instabilidade decorre do fato de que se trata de uma “classe média frustrada, enquanto que burguesia”. E ele justifica esta assertiva, observando que “o sistema de representação política de novos setores da classe média, articula-se no quadro da hegemonia oligárquica e as condições objetivas de seu desenvolvimento não o conduzem a entrar em conflito radical com esse quadro. Daí o caráter fundamentalmente conservador de sua consciência política”¹¹¹.

Em suma, a primazia das classes médias na cúpula do Sigma pode ser justificada pela visão dos integralistas e, particularmente, do Chefe Nacional dessa classe como “[...] a verdadeira expressão da alma nacional e as únicas capazes de regenerar o país frente aos operários infiltrados pelo comunismo e a burguesia cosmopolita”¹¹². Isso, portanto, “[...] tornava o seu discurso menos eficiente do que poderia na tarefa de atrair operários e trabalhadores”¹¹³.

3.3 Estados de atuação

Os resultados do estudo através do método das biografias coletivas indicaram que a maior concentração de membros da cúpula do Sigma restringia-se à região sudeste do Brasil: de modo especial, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Não obstante, cito a exceção do caso das Chefias Provinciais, das quais posso afirmar que o índice dos estados de atuação é disperso justamente pelo fato de cada estado da federação constituir uma Província. Ainda assim, foi possível mensurar que São Paulo e Rio de Janeiro foram as Províncias que mais tiveram ocorrência de nomeações e exonerações – verificando-se, desse modo, uma interessante rotatividade nesses postos específicos.

Além disso, devo levar em conta que o fato de esses estados possuírem maior concentração de dirigentes, não significava, necessariamente, um bom desempenho da AIB na

¹¹⁰ LAMBERT, 1953, p. 80 *apud* TRINDADE, 1979, p. 140.

¹¹¹ NUN, 1967, p. 297 *apud* TRINDADE, *op. cit.*, p. 140-141.

¹¹² BERTONHA, 2014, p. 41.

¹¹³ *Ibid.*

participação do jogo político local. Por exemplo, no caso paulista, há um desempenho relativamente baixo de votação dos camisas-verdes.

Isso apesar de o integralismo ter origens paulistas, além de configurar um estado no qual considerável parte da população ser de ascendência italiana e possuir numerosa classe média. Provavelmente, essa conjuntura seria consequência da manutenção das forças políticas estaduais tradicionais que, mesmo na década de 1930, obstruía a ação dos *outsiders* e conseguia cooptar tanto os italianos, quanto seus filhos e netos para a política¹¹⁴.

O Rio de Janeiro, por sua vez, inclui não apenas a chamada Província Integralista Fluminense, fundada em 1933 na região central de Niterói, mas também o antigo Distrito Federal, localizado na cidade do Rio. Invariavelmente, o estado fluminense foi uma das Províncias “[...] com maior número de militantes e núcleos organizados em nosso país”¹¹⁵.

Em números absolutos, por exemplo, havia:

[...] 220 núcleos municipais e distritais, que contava com 47 mil filiados; uma bancada de 30 vereadores; 12 postos de assistência médica; uma rede de escolas, que contava com 124 estabelecimentos de ensino; e uma imprensa local, que chegou a editar uma dezena de informativos¹¹⁶.

Vale sublinhar também o índice relativamente baixo de participação na cúpula da região nordeste. A título de ilustração, o caso do Ceará, conhecido por ter sido um “[...] dos poucos Estados do Brasil onde o integralismo desfrutou de maior popularidade e, provavelmente, um dos únicos onde a sua base popular conseguiu sair dos limites das classes médias e atingir o operariado de forma consistente”¹¹⁷.

3.4 Posição hierárquica e atuação política

Seria, de fato, muito interessante acompanhar a trajetória nos quadros da AIB de cada um dos “notáveis” que constituíram as Cortes do Sigma. Conseguiria, assim, averiguar, aproximadamente, o ano de adesão, qual a posição que primeiro ocupou e, a depender do caso, reconstituir o caminho que fez até alcançar o posto de Chefe Provincial ou parte de algum Conselho ou Câmara.

¹¹⁴ BERTONHA, João Fábio. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

¹¹⁵ FAGUNDES, Pedro Ernesto. A cruz-verde: a atuação das militantes femininas na “Província Integralista Fluminense”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 192-210, jan./jun. 2012, p. 193.

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ BERTONHA, 2014, p. 41.

Belisário Pena, Belmiro Valverde, Gustavo Barroso, Jeová Motta, José Madeira de Freitas, Miguel Reale, Olbiano de Mello, Raymundo Padilha, Renato e Oswaldo Rocha Miranda são exemplos de camisas-verdes a quem são dedicados estudos biográficos aprofundados. Sem embargo, buscar, um a um, dos aproximadamente quinhentos camisas e blusas-verdes partícipes das Cortes, suas respectivas menções em atas, autoria de artigos, nomeações e exonerações não apenas no diário oficial que foi o *Monitor Integralista*, mas na rede de periódicos que dispunha a Ação Integralista constitui uma tarefa quase impossível.

Alguns nomes, entretanto, se sobressaem pela frequência em que são citados e a partir deles é possível traçar um perfil geral dos empreendimentos políticos da cúpula do integralismo. Em primeiro lugar, logo é possível perceber que, quanto mais próximo ao Chefe Nacional determinada organização estava, com maior facilidade encontram-se informações biográficas acerca de seus membros.

Posto isso, conforme mencionei anteriormente, devido à diretiva que estabelecia a obrigatoriedade da residência dos membros da Câmara dos Quarenta e do Supremo Conselho na Capital da República, vejo que estes seriam os órgãos mais importantes na instância das Cortes – logo, localizar materiais sobre seus partícipes para compor o banco de dados foi uma tarefa mais descomplicada se comparada, por exemplo, à Câmara dos Quatrocentos.

Além disso, a ideia da relevância dos Quarenta e do Conselho pode ser confirmada ao recordar a breve análise sistemática realizada por Trindade¹¹⁸ de um dos subtópicos de sua segunda entrevista realizada com o Chefe Nacional, entre maio de 1969 e setembro de 1970. Nela, o autor afirma que nas diversas referências aos órgãos colegiados o Supremo Conselho e a Câmara dos Quarenta são caracterizados como os de maior hierarquia.

Tais órgãos são referidos não como instâncias deliberativas, mas consultivas, de modo que “[...] embora ouvidos em matérias fáticas e não doutrinárias (sobre estas considera que ‘não há discussão’), afirma que eles funcionam ‘democraticamente’, embora seja o Chefe que tome sempre a ‘decisão final’”¹¹⁹.

Dito isso e, tendo em conta todas as ressalvas que devem ser feitas ao tratar da história oral, julgo conveniente trazer alguns excertos da transcrição do diálogo com o antigo Chefe que trata, de modo específico, da Câmara dos Quarenta:

¹¹⁸ TRINDADE, 2016.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 167.

Vamos supor que o integralismo tivesse tomado o poder. Que papel teria a Câmara dos 40 na nova organização, não seria aquela Câmara Cultural que o integralismo previa?

Não, não. Talvez até desaparecesse. Porque a necessidade dela era ser um órgão consultivo. Quando nós tínhamos qualquer problema, reunia-se, expunha e debatia¹²⁰.

E continua:

Vamos supor o seguinte: havia um problema qualquer a ser discutido, então era enviado à câmara dos 40?

Não era enviado. Era convocada a Câmara dos 40 e eu ia lá e dizia: “Tem tal problema, os senhores resolvam”. A câmara se reunia em comissões e discutia ali mesmo.

Em público? Não havia comissões que funcionavam permanentemente?

É, não havia comissões permanentes.

Sim, mas era um sistema democrático então? Mas liberal, no caso?

Não, mais orgânico. Era democrático.

Qual a diferença formal?

A democracia não tem organicidade.

Sim, mas qual a diferença que teria entre uma decisão tomada por votos na Câmara dos 40 e uma decisão tomada por uma Assembleia?

Prova que nós éramos uma democracia orgânica, porque na Câmara dos 40 estava gente por categoria. O almirante, o general, o industrial, o comerciante.

Quer dizer que o recrutamento da Câmara era o que dava organicidade à representação?

É, a organicidade. Eu respeitava a opinião deles. Eles resolviam e eu executava.

E nunca houve conflito entre a sua posição e a deles?

Nunca¹²¹.

Com base no banco de dados desenvolvido, noto que a maior parte dos camisas-verdes que dispõe de dados biográficos aprofundados possui um histórico de militância política anterior ao ingresso nas fileiras do Sigma. Aliás, quanto mais acima na hierarquia estava, mais passível de ter uma atuação política prévia; do contrário, não teria sido selecionado por Salgado (ou Reale ou Barroso) para integrar a cúpula.

Não causa surpresa, portanto, a participação de Roland Corbisier e Ruy de Arruda (Câmara dos Quatrocentos), Raymundo Padilha (Chefia Provincial; Supremo Conselho) e José Madeira de Freitas (Câmara dos Quatrocentos; Supremo Conselho) na antiga Sociedade

¹²⁰ TRINDADE, 2016, p. 192.

¹²¹ *Ibid.*, p. 197-198.

de Estudos Políticos; Franklin Chaves e José Landim (ambos da Câmara dos Quatrocentos) na Liga Eleitoral Católica; ou ainda Jeová Motta (Chefia Provincial; Supremo Conselho) e Ubirajara Índio do Ceará (Chefia Provincial) na Legião Cearense do Trabalho.

Valeria destacar, porém, as figuras Manoel Vieira Barreto de Alencar (Chefia Provincial), que desde o Império até a Primeira República cumpriu as funções de juiz, deputado estadual, bem como fundador da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; e José Vieira da Rosa (Câmara dos Quarenta; Chefe Arqui-Provincial), que participou dos combates travados em Santa Catarina durante a Revolução Federalista.

A partir de 1932, aparentemente, os índices de atuação na política em âmbito regional e nacional diminuiu se comparados ao coeficiente que avalei, tanto de antes quanto após o período de existência legal da AIB. Nesse sentido, a título de exemplo, apenas dois membros da Câmara dos Quarenta, Thiers Martins Moreira e Victor Pujol, concorreram pela legenda da AIB – o primeiro, candidato à Deputado Federal em outubro de 1934 e o segundo, eleito em julho de 1935 à Assembleia Constituinte.

Para os Chefes Provinciais, Ubirajara Índio do Ceará e Francisco Sampaio, 1934 também marcou a eleição do primeiro como deputado estadual e a tentativa do segundo, sem sucesso, para deputado estadual do Pará.

Tal como Pujol, Diogo José da Silva Netto, Edmundo Amaral, Eduardo Graziano, Goffredo da Silva Telles (todos da Câmara dos Quatrocentos) e Miguel Reale (Supremo Conselho; Secretariado Nacional) foram candidatos e eleitos à Assembleia Constituinte de 1935.

Ademais, simultaneamente às tentativas de participação no criticado “sufrágio universal”, significativa parcela dos dirigentes nacionais e regionais ocupava outros cargos em distintas instâncias da Ação Integralista. Arquimedes Memória e Francisco de Paula Queiroz Ribeiro, por exemplo, antes de integrarem a Câmara dos Quarenta, fizeram parte do Tribunal Nacional Integralista e do antigo Departamento de Publicidade do Distrito Federal, respectivamente.

Por fim, após 1945 e a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), vários também foram os “elementos verdes”¹²² postos sob vigilância pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DOPS-SP): de Antônio Pompeu de Camargo (Câmara dos Quatrocentos) que registraram breve comunicação com o Ministro das Relações Exteriores Franquista, José Serrano Súñer. Rui de Arruda (Câmara dos Quatrocentos), Marcel

¹²² Cf. DOTTA, 2021.

da Silva Telles (Chefia Provincial; Chefia Arqui-Provincial) e Cleóbulo Amazonas Duarte (Câmara dos Quatrocentos), por sua vez, foram registrados pelo Departamento como participantes da Convenção Estadual do Partido, ocorrida em janeiro de 1946¹²³.

Concretamente, findos os dias de legalidade da AIB, posso afirmar que considerável parcela dos antigos “notáveis” das Cortes permaneceram ao lado de Salgado no PRP. Dessa forma, é relevante a indicação de que quem possuía mais força nos quadros, isto é, quem estava nos extratos superiores e mais próximo do Chefe Nacional tinha mais chance de prosseguir na atuação política após 1938. No entanto, esse não foi o caso de Gustavo Barroso, Miguel Reale, Jeová Mota e Olbiano de Mello – este último esteve por pouco tempo no PRP.

Da Câmara dos Quarenta: Amaro Lanari, Arthur Nunes da Silva, Custódio de Viveiros, Guilherme Fontainha, Mansueto Bernardi. Na instância dos Quarenta, houve o caso de exceção que foi Marcos de Souza Dantas, que se aliou a Vargas. Dos Quatrocentos: Aristides Milano, Celestino Cardoso, Gaston Lins do Rêgo, Jair Tavares e Júlio Ferreira Caboclo. Dos Arqui-Provinciais e Provinciais: Marcel da Silva Telles, Antonio Benedito Machado Florence e Joaquim Araújo de Lima.

Ante o exposto, novamente indago: existe um “tipo ideal de fascista”? Ou melhor, existe um “tipo ideal de integralista”? Creio que seria pretensão de minha parte afirmar que sim. Não obstante, com fundamento no estudo empírico empreendido, é admissível calcular que havia um grupo mais suscetível ao discurso e mais propenso a ter um cargo da direção executiva dos quadros do Sigma: homens brancos, de origem luso-brasileira, advindos de uma classe urbana intelectualizada, com uma atuação política prévia – entretanto, a incógnita continua a ser o que justificaria a participação política durante e após a militância na AIB.

¹²³ DOTTA, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação ambicionei trazer uma contribuição ao estabelecido campo de pesquisa que configura a Ação Integralista Brasileira. Tencionei, em síntese, apresentar um novo olhar tanto para a reconstituição dos passos da AIB, de seu princípio até o malsucedido *putsch* de 1938, quanto para o desenvolvimento do Estado Integral.

Ao trabalhar com um dos dois pontos focais de minha proposta, isto é, a estrutura organizacional e burocrática da AIB, foi possível constatar que a projeção pré-estatal que o recém-modificado partido tomou em 1936 fez com que fosse necessária a instituição de um órgão complexo intermediário entre o Chefe Nacional e os militantes: as Cortes do Sigma.

Posto isso, é importante rememorar o modo pelo qual o integralismo pertencia ao universo fascista. Não apenas por apresentar um regime opositor à esquerda e à democracia, mas também por propor o corporativismo, e um estado orgânico baseado em uma liderança carismática e um partido único¹²⁴.

Em outras palavras:

[...] em modelo de fascismo maior, que abarca as duas matrizes centrais do universo fascista, a italiana e a alemã, fica fácil verificar como o integralismo se aproxima imensamente da primeira, junto com os movimentos fascistas portugueses, espanhóis e de outros países do Leste Europeu, todos com sua ideologia baseada nos princípios católicos, nacionalistas, moderadamente antissemitas (salvo exceções) e, todos, fascistas segundo o modelo maior¹²⁵.

Nessa conjuntura, foi possível notar como as Cortes do Sigma correspondem a um dos elementos constitutivos que aproximavam a AIB da matriz italiana. Guardadas as devidas proporções, é interessante observar a semelhança das Cortes com a *Camera dei fasci e delle corporazioni*, isto é, a Câmara Fascista e das Corporações – comissão criada em 1936 “[...] pela hierarquia fascista e por juristas, apoiada por funcionários que estudaram os sistemas da Alemanha, da Polônia, da Áustria e de Portugal”¹²⁶, através da qual “[...] ocorreu a corporativização da representação política”¹²⁷.

O segundo (e principal) aspecto através do qual busquei apresentar uma nova possibilidade de estudo dos dirigentes dos camisas-verdes corresponde à análise

¹²⁴ BERTONHA, 2020, p. 1-26.

¹²⁵ BERTONHA, 2018a, p. 149.

¹²⁶ PINTO, 2014, p. 29.

¹²⁷ *Ibid.*

prosopográfica das Cortes. Vale ressaltar, mais uma vez, a colaboração que o método das biografias coletivas pode trazer:

A prosopografia pode ser, assim, uma alternativa para se estender a análise da atuação de elites políticas e grupos dirigentes a períodos de tempo mais recuados, permitindo obter ganhos explicativos no desvelamento de padrões de comportamento político, de reprodução e/ou renovação de famílias ideológicas e na explicitação de continuidades e recorrências de longa duração na sociedade e na política¹²⁸.

Nesse sentido, mais que uma coleção de informações, procurei estabelecer uma relação harmônica entre os dados quantitativos e a discussão qualitativa, esta em relação tanto ao discurso integralista quanto às contribuições historiográficas produzidas há, aproximadamente, quatro décadas. Vale realçar também que, embora algumas argumentações apareçam, não aspirei realizar uma História Racial ou de Gênero, por exemplo – uma vez que essas questões não correspondem aos objetivos deste trabalho.

Em suma, apesar da tentativa de um “apelo” às mulheres, negros e classes que não fossem as médias urbanas, a cúpula da AIB era constituída, basicamente, por uma burguesia urbana intelectualizada, isto é, burocratas, gestores e profissionais liberais. As “minorias” referidas poderiam até compor a base da militância, mas verifiquei, para esses, pouquíssimos casos de cargos de liderança. Desse modo, é possível conjecturar que a utilização de tal discurso de “integração” fosse justificada pela tentativa de atrair e arregimentar não apenas adeptos, mas possíveis eleitores para os integralistas candidatos nos âmbitos regionais e para Salgado, que concorreria à Presidência da República nas eleições previstas para 1938.

Por fim, isso não significa que este seja um objeto e um método nos quais novas contribuições não sejam bem-vindas. De fato, algumas “pontas” foram deixadas no decorrer do texto que podem receber “nova luz” de outros historiadores que se dispuserem a se debruçar sobre o estudo da cúpula dos órgãos de direção nacional e regional da AIB.

¹²⁸ HEINZ; CODATO, 2015, p. 251.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BIBLIOGRAFIA E FONTES

PERIÓDICOS

JORNAL **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, n. 1-22, 1933-1937.

JORNAL **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 1-85, 1934-1935.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ACÇÃO Integralista Brasileira. **Manifesto-Programma com que a Acção Integralista Brasileira comparecerá ás eleições de Presidente da República**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 23 jan. 1936. 13p.

ACÇÃO Integralista Brasileira. **Meios de Propaganda para a Campanha Eleitoral**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, [s.d.]. 32p.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo em marcha**. Rio de Janeiro: Schimdt, 1933.

BOLETIM Eleitoral. Rio de Janeiro, p. 1617, 4 jul. 1935.

MELLO, Olbiano de. **Concepção do Estado Integralista**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

MELLO, Olbiano de. **A marcha da revolução social no Brasil** (ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954). Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.

SALGADO, Plínio. Teoria e prática das revoluções (III). **A Razão**, São Paulo, p. 3, 25 dez. 1931.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, p. 8, out. 1932.

SALGADO, Plínio. Estatutos da Acção Integralista Brasileira. **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, p. 3-4, 1ª quinzena maio 1934.

SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. **Obra coletiva**. São Paulo: Revista Panorama, 1936a.

SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 out. 1936b.

SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 6, 12 maio 1937a.

SALGADO, Plínio. Procuradoria Nacional. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 13, 5 dez. 1937b.

SALGADO, Plínio. **O Integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958.

VENCESLAU JÚNIOR, José. **O integralismo ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Estabelecimento Graphico Mundo Médico, 1935.

ARTIGOS CITADOS SEM AUTORIA

1º CONGRESSO Integralista de Victoria. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 3, 2ª quinzena fev. 1934.

1º CONGRESSO Nacional Feminino. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937.

DENOMINAÇÃO. Séde. Objectivos e Fins. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 1, 1ª quinzena dez. 1933.

O INTEGRALISMO e o Extremismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1935.

O MOVIMENTO do Sigma. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 13-16, 7 out. 1937.

O PAPEL da mulher no integralismo. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, 5 dez. 1937.

PROTOCOLLOS e Directivas da Acção Integralista Brasileira. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 9, 1ª quinzena maio 1934.

RECONHECIMENTO e Proclamação pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro de Victoria. **Monitor Integralista**, Rio de Janeiro, p. 1, 1ª quinzena maio 1934.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da Câmara dos Deputados. A 2ª República. **Câmara dos Deputados**, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a2republica.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

ABREU, Davi Monteiro. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 408-435, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/articloe/view/19400/23085>. Acesso em: 4 out. 2023.

ACKERMANN, Silvia Regina. **Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado e a ordem social** (Espírito Santo 1934-1935). 2009. 335 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6668/2928.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2023.

AGUIAR, João Catraio. Fiat imperium ET pereat mundus: Pensamento Internacional na Revista Cultura Política (1941-1945). **Política Hoje**, Recife, v. 27, Edição Especial, p. 61-84, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicahoje/article/view/231251/29094>. Acesso em: 5 out. 2023.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Entre integralistas e nazistas: racismo, educação e autoritarismo no sertão de São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2021.

ALENCAR, Aurélia Tâmisia Silvestre de. **Archimedes Memória: “O futuro ancorado no passado”**. 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/745661.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

ALVES, Luiz Fellipe. **Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas socioafetivas**. 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/64787/R%20-%20D%20-%20LUIZ%20FELLIPE%20ALVES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 set. 2023.

AMORIM, Fábio Lima. **Uma cidade germanófila em 30: o integralismo em Pesqueira (1934-1939)**. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20030925160556.pdf>. Acesso em: 29 set. 2023.

ARANHA, Renato Egidio de Sousa. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aranha-renato-egidio-de-sousa>. Acesso em: 1 set. 2023.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ARENDRT, Hannah. **Totalitarismo, o paroxismo do poder**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979 [Tradução brasileira da 3ª parte de Arendt, 1973].

ARQUIMEDES Memória. **Enciclopédia Itaú Cultural**, [s.d.]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa408608/arquimedes-memoria>. Acesso em: 20 set. 2023.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. “Impressões de Matto Grosso”: as contradições entre discurso sertanista e civilização nos relatos de viagem do enviado de Plínio Salgado à Província Integralista de Mato Grosso, 1936. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-9. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364264030_ARQUIVO_ImpressoesdeMatoGrosso-LucianaAgostinhoPereiraAthaides.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A Dops paranaense frente à ação integralista brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. 2015. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2997/1/000220512.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

ATHAIDES, Rafael. A instalação da província paranaense da AIB: do “início esquecido” à fundação oficial (1932-1934). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312814552_ARQUIVO_RafaelAthaides-textocompleto.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

ATHAIDES, Rafael. **As paixões pelo sigma**: afetividades políticas e fascismos. 2012. 304f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/28288/R%20-%20D%20-%20RFAEL%20ATHAIDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2023.

ATHAIDES, Rafael. A ideologia integralista no Paraná: o periódico “A Razão”, 1935. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 28, n. 1, p. 147-170, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/34325/24500>. Acesso em: 22 out. 2023.

AXT, Gunter. Considerações sobre as memórias do General José Vieira da Rosa (1893-1930). **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n.10, p. 241-263, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9443/6178>. Acesso em: 22 out. 2023.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 6, n. 1/2/3, p. 67-81, 2006. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/148/139>. Acesso em: 15 out. 2023.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Plínio Salgado e o anticomunismo dos intelectuais do Sigma: aspectos da gênese e função social da ideologia integralista. *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita**: crítica aos herdeiros do sigma. São Paulo: Ed. da UNESP, 2015. p. 91-128.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília, DF: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005. v. 62-B.

BATISTA, Alexandre Blankl. **“Mentores da Nacionalidade”**: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8647/000585000.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2023.

BEIRED, José Luis. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

BELO, Ari Presser. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/belo-ari-presser>. Acesso em: 2 set. 2023.

BENZECRY, Rafael Frank. **A faculdade de direito da Universidade Federal do Amazonas entre 1959 e 2013**. 2015. 323f. Relatório de Bolsa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/4649/2/Rafael%20Frank%20Benzecry.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

BERNARDI, Mansueto. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bernardi-mansueto>. Acesso em: 20 set. 2023.

BERTONHA, João Fábio. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BERTONHA, João Fábio. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.

BERTONHA, João Fábio. **O Integralismo e sua história**: memória, fontes, historiografia. Salvador: Pontocom, 2016.

BERTONHA, João Fábio. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado**: biografia política (1895-1975). São Paulo: Edusp, 2018a.

BERTONHA, João Fábio. Salgado, Reale e Barroso. Políticos e intelectuais em circulação entre Brasil, Itália, Alemanha, França e Portugal. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 12, n. 16, p. 11-37, 2018b. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/282/233>. Acesso em: 27 out. 2023.

BERTONHA, João Fábio. Radical Right Ideologies and Movements in Brazil. **Oxford Research Encyclopedia, Latin America History**. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 1-26. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/display/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-841>. Acesso em: 5 out. 2023.

BERTONHA, João Fábio. Quem guardará os guardiões? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 317-337, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/32217/22528>. Acesso em: 5 out. 2023.

BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. **O nazismo e as comunidades alemãs no exterior**: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020). Maringá: Edições Diálogos, 2021.

BIOGRAFIA San Tiago Dantas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF: Registro das Sessões, [s.d.]. Disponível em: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/e-screvendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1960-69/biografia-san-tiago-dantas. Acesso em: 20 out. 2023.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1997.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2007. v. 2.

BRASIL. Decreto nº. 17.611, de 29 de dezembro de 1926. Concede ao Banco Germanico da America do Sul (Deulsch-Sudamericanisch, Bank Acktiengellschaft), licença para funcionar novamente na Republica. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 24.500. Rio de Janeiro, 31 dez. 1926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17611-29-dezembro-1926-514435-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRUNO, Ernani da Silva. **Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 7 jul. 2016. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/ernani-silva-bruno/>. Acesso em: 14 out. 2023.

BULHÕES, Tatiana da Silva. “**Evidências esmagadoras de seus atos**”: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007a. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_BULHOES_Tatiana_Silva-S.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

BULHÕES, Tatiana da Silva. Fotografias, gênero e autoritarismo: representações de feminino pela Ação Integralista Brasileira. *In*: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do integralismo no Brasil**. Recife: Ed. da UFRPE, 2007b. p. 219-235.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociologia**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3902/3211>. Acesso em: 8 set. 2023.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão. São Paulo: Annablume, 1999.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. A ação feminina integralista no Maranhão. *In*: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo**: novos estudos e reinterpretações. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 27-32.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro** – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/G-Calil-tese-doutorado.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

CÂNDIDO, João. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%82NDIDO,%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17666/000721194.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção das memórias integralistas. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/27025/Do%20sigma%20ao%20sigma%20%E2%80%93%20entre%20a%20anta%20e%20a%20%C3%A1guia%20e%20o%20le%C3%A3o%20e%20o%20galo%20%E2%80%93%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20mem%C3%B3rias%20in%20tegralistas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2023.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. A educação no projeto integralista. *In*: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 89-106.

CHEIBUB, Ana Maria de Souza Santos. **O III Congresso sul-americano de química e a importância da química no Brasil na década de 1930**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.abq.org.br/dissertacao-III-CSAQ.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)**. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/77f7e6af-1015-427e-9e5e-24a01a75cc81/content>. Acesso em: 8 set. 2023.

CORRÊA, Gabriela Macedo dos Reis. Intelectualidade e cotidiano: a comida no sertão de Câmara Cascudo. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 5, n. 4, p. 23-35, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/10789/8429>. Acesso em: 11 set. 2023.

COSTA, Ademir da. Intelectuais, Fascistas e Conservadores: estrutura e trajetória da Ação Integralista Brasileira em Sergipe (1933-1938) Parte I. **Recanto das Letras**, Sorocaba, 15 jul. 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1511612>. Acesso em: 16 out. 2023.

COSTA, Eduardo José Pereira da. **Pernambuco autoviária: história da ascensão e extinção de uma empresa de transportes urbanos de padrão incomum para sua época**. 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4966/1/arquivo2202_1.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

COSTA, Joaquim Vaz da. **Tribunal de Justiça do Piauí**, Teresina, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/galeria-dos-desembargadores-do-tjpi/joaquim-vaz-da-costa/>. Acesso em: 9 set. 2023.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galanti. **Enciclopédia da Literatura Brasileira**. São Paulo: Global Editora; Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. 2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13310/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20DE%20MESTRADO%20LUIZ%20ANT%20c3%94NIO%20PINTO%20CRUZ.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

CRUZ, Natalia dos Reis. **O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio**. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25035/O%20INTEGRALISMO%20E%20A%20QUESTA%20cc%83O%20RACIAL.%20A%20INTOLERA%20cc%82NCIA%20COMO%20PRINCI%20cc%81PIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 out. 2023.

CUNHA, Flores da. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CUNHA,%20Flores%20da%20red.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 257-288.

D’EÇA. Othon da Gama Lobo. **Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina**, Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/97-galeria-ex-secretarios/870-othon-da-gama-lobo-d-eca?Itemid=437>. Acesso em: 24 out. 2023.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **Fundação Alexandre de Gusmão**, Brasília, DF, 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>. Acesso em: 6 out. 2023.

DANTAS, Francisco Clementino de Santiago. **Diretório Brasil de Arquivos**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/dantas-francisco-clementino-de-santiago-1911-1964>. Acesso em: 6 out. 2023.

DANTAS, Marcos Clemente de Sousa. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>. Acesso em: 20 set. 2023.

DEL CARO, Silvério. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/del-caro-silverio>. Acesso em: 1 out. 2023.

DEPUTADOS Classistas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Acervo Histórico**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/anos-1930/deputados/deputados-classistas/>. Acesso em: 23 out. 2023.

DEUTSCH, Sandra Mcgee. **Las Derechas**: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile (1890-1939). Califórnia: Stanford University Press, 1999.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações autoritárias**: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). 2004. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86669>. Acesso em: 7 out. 2023.

DOTTA, Renato Alencar. **O integralismo e os trabalhadores**: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através do jornal *Acção* (1936-1938). 2003. 388 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001326034>. Acesso em: 16 set. 2023.

DOTTA, Renato Alencar. O trabalhador no discurso integralista. *In*: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo**: novos estudos e reinterpretções. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 69-88.

DOTTA, Renato Alencar. *Acção*: A Lenta Agonia de um Jornal Integralista (1937-1938). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300462763_ARQUIVO_Accao-agoniadeumjornal.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

DOTTA, Renato Alencar. A nova geração integralista no pós-guerra: O I Congresso de Estudantes do Partido de Representação Popular (PRP) – Campinas, 1948. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017. Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: ANPUH, 2017a. p. 1-21. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489546729_ARQUIVO_EstudantesePRP-artigoAnais.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

DOTTA, Renato Alencar. O retorno dos integralistas no imediato pós-guerra aos olhos da polícia política de São Paulo (1945-1946). **Pacarina del Sur**, Cidade do México, ano 8, n. 32, jul./set. 2017b. Disponível em: <https://pacarinadelsur.com/66-dossiers/dossier-21/1501-o-retorno-dos-integralistas-no-imediato-pos-guerra-aos-olhos-da-policia-politica-de-sao-paulo-1945-1946>. Acesso em: 5 set. 2023.

DOTTA, Renato Alencar. **Elementos verdes**: os integralistas na mira do DOPS (1938-1981). São Paulo: Todas as Musas, 2021.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os “Batinas-verdes”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24?start=480>. Acesso em: 4 set. 2023.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A ofensiva verde**: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937). 2009. 257 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp092116.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, DF, n. 15, p. 88-107, jul./dez. 2009b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempo/article/view/20006/18422>. Acesso em: 14 set. 2023.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas no estado do Espírito Santo (1933-1938). **Revista Ágora**, Vitória, n. 13, p. 1-16, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/5024/3796>. Acesso em: 14 set. 2023.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A cruz-verde: a atuação das militantes femininas na “Província Integralista Fluminense”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 192-210, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/17232/11086>. Acesso em: 14 set. 2023.

FAGUNDES, Miguel Seabra. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-seabra-fagundes>. Acesso em: 12 set. 2023.

FERREIRA, Alessandra Barros Pereira. **A realidade legitimada pelo discurso: a importância de Dantas Motta para Minas Gerais**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/10974/1/alessandrabarrosperreiraferreira.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006a. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp005467.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em *O Imparcial*: 1933-1937. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 53-86, Verão, 2006b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27852/16543>. Acesso em: 5 out. 2023.

FERREIRA, Lilian Tavares de Bairros. **Blusas-verdes à beira-mar: mulheres integralistas, Santos (1932-1937)**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/21538/2/Lilian%20Tavares%20de%20Bairros%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

FIORUCCI, Rodolfo. Liderança política e imprensa: os frutos colhidos pelo integralismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362495111_ARQUIVO_ANPUH2013-LIDERANCAPOLITICAEIMPRESA.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

FLEURY, José. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fleury-jose>. Acesso em: 8 set. 2021.

FREITAS, Jose Madeira de. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-madeira-de-freitas>. Acesso em: 6 ago. 2023.

FUNDO/Coleção 02 – Gaston Luis do Rego Monteiro. **Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/gaston-luis-do-rego-monteiro>. Acesso em: 5 out. 2023.

FURTADO, Tamires Quesada. Othon Lobo da Gama D’Eça: biografia e modernidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364751615_ARQUIVO_TamiresFurtado_anpuh.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

FURTADO, Tamires Quesada. **Literatura, vida pública e modernidade**: Um estudo sobre Othon Lobo da Gama d’Eça (1892-1965). 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unife.sp.br/bitstream/handle/11600/46838/disserta%20tamires.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2023.

GALERIA de diretores: Guilherme Fontainha (1931-1937). **Escola de Música UFRJ**, Rio de Janeiro, 6 mar. 2010. Disponível em: <https://musica.ufrj.br/index.php/institucional/escola/galeria-de-ex-diretores/diretor/11>. Acesso em: 17 set. 2023.

GALOTTI, Antonio. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gallotti-antonio/>. Acesso em: 13 set. 2023.

GAMA, Luciana Coelho. A influência do conservadorismo católico na produção historiográfica de Lúcio José dos Santos. *In*: MORAES, Kleiton Sousa de. **Intelectuais, usos do passado e ensino de História**. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 41-57.

GAMA, Luciana Coelho; FRONZA, Marcelo. A narrativa histórica de Lúcio José dos Santos em A Inconfidência Mineira – papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. **Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 26, n. 1, p. 23-35, ago. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43386828/A_NARRATIVA_HISTORICA_DE_LUCIO_JOSÉ_DOS_SANTOS_EM_A_INCONFIDÊNCIA_MINEIRA_PAPÉL_DE_TIRADENTES_NA_INCONFIDÊNCIA_MINEIRA. Acesso em: 12 set. 2023.

GARCIA, Juliana Samara de Souza. O pensamento fascista na Legião Cearense do Trabalho. **História e Culturas**, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 117-137, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/3692/3220>. Acesso em: 11 set. 2023.

GOMES, Gustavo Maia. Raul Dias Cardoso e a conspiração integralista em Alagoas. **História de Alagoas**, Maceió, 13 set. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/raul-dias-cardoso-e-a-conspiracao-integralista-em-alagoas.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

GOMES, Rodrigo Oliveira. **Olhos verdes**: o olhar de ex-dirigentes integralistas sobre o governo militar brasileiro de 1964 a 1970. 2011. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37073/000819782.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 out. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. 669 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12766/1/Leandro%20Pereira%20Goncalves.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CORRÊA, Maurício de Castro. Ação Integralista Brasileira: seus reflexos em Juiz de Fora, um resgate historiográfico. *In*: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). **Entre tipos e recortes**: história da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011. p. 207-240.

GROSSI, Yonne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora. Em Belo Horizonte operários vestem camisas verdes? **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 10, p. 151-170, 1990. Disponível em: <http://ppgcp.fafich.ufmg.br/caderno/00055.PDF>. Acesso em: 15 set. 2023.

GUSTAVO Dodt Barroso. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>. Acesso em: 6 set. 2023.

HACKENHAAR, Clayton. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938**. 2019. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199531/001101983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2023.

HARTWIG, Nathalia Lange; CARLINI, Álvaro. Guilherme Fontainha (1887-1970): protetor dos pianos Essenfelder. *In*: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 8., 2011. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ArtEmbap, 2011. p. 1-11. Disponível em: https://www.academia.edu/15157131/GUILHERME_FONTAINHA_1887_1970_PROTETOR_DOS_PIANOS_ESSENFELDER. Acesso em: 15 out. 2023.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. *In*: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Eds.). **Como estudar elites?** Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p. 249-306.

HISTÓRIA. **Câmara Municipal de Virginópolis**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.virginopolis.cam.mg.gov.br/historia/>. Acesso em: 1 out. 2023.

HOMENAGEM aos Pioneiros: Dr. Abdon Pacheco do Nascimento (CRM-PR 160). **CRM-PR**, Curitiba, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Homenagem-aos-Pioneiros-Dr-Abdon-Pacheco-do-Nascimento-CRM-PR-160-11-49552.shtml>. Acesso em: 7 set. 2023.

JACINO, Ramatis. Frente Negra, Ação Integralista e o conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo – 1930-1937. **Revista de História**, São Paulo, n. 181, p. 1-29, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/189271/183787>. Acesso em: 13 out. 2023.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. O nacionalismo antilusitano e o Centenário da Independência nas páginas da revista Gil Blas (1919-1922). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-22, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/41988/27729>. Acesso em: 14 set. 2023.

JULLIARD, Jacques. A política. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 180-196.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13**: os últimos dias do governo de João Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

LACERDA, Oldemar Maria. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oldemar-maria-lacerda>. Acesso em: 13 set. 2023.

LAMBERT, Jacques. **Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques**. Paris: Colin, 1953.

LANARI, Amaro. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lanari-amaro>. Acesso em: 20 set. 2021.

LEFORT, Claude. Esboço de uma Gênese da Ideologia nas Sociedades Modernas. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 10, p. 6- 56, out./nov./dez. 1974. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/lefort-claude-esboco-de-uma-genese-da-ideologia-nas-sociedades-modernas.html?page=2>. Acesso em: 19 set. 2023.

LEFORT, Claude. **L’Invention Démocratique**: Les limites de la domination totalitaire. Paris: Fayard, 1981.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LIMA ILHO, Antonio de Andrade. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-andrade-lima-filho>. Acesso em: 1 set. 2023.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LOBO, Marinho de Sousa. **Memória política de Santa Catarina**, Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/689-Marinho_de_Sousa_Lobo. Acesso em: 11 set. 2023.

LOURES, JOSINO Alves da Rocha. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/josino-alves-da-rocha-loures>. Acesso em: 14 set. 2023.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney (org.). Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2. p. 39-61.

MARINELLO, Adiane Fogali. **Quando o poeta toma partido: literatura e política em Mansueto Bernardi**. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/132/DISSERTACAO%20Adiane%20F%20Marinello.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2023.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Os cruzados da ordem jurídica: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964**. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06062011-164833/publico/2011_MarcoAurelioVannucchiLemedematos.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

MELO, Olbiano Gomes de. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olbiano-gomes-de-melo>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Ilustrado**. São Paulo: Edições Saraiva, 1969.

MIRANDA, Gustavo Felipe. **“Pelo bem do Brasil”**: a cruzada dos integralistas no Estado Novo. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18574/1/BemBrasilCruzada.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

MIRANDA, Gustavo Felipe. **O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo**. 2009. 286 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/13211/1/Dissertacao%20Gustavo.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

MORAES, Márcio André Martins de. **Garanhuns sob o símbolo do sigma: o cotidiano dos integralistas entre comunistas e o Estado Novo (1935-1942)**. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012a. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/4782/2/Marcio%20Andre%20Martins%20de%20Moraes.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

MORAES, Márcio André Martins de. Pelas ruas, escolas, comércios e propriedades rurais: o itinerário dos integralistas em Garanhuns-PE entre os anos de 1935 até 1937. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 12, p. 1-25, jul./dez. 2012b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/2132/1187/6146>. Acesso em: 24 set. 2023.

MOREIRA, Thiers Martins (1904-1970). **Correio IMS**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://correio.ims.com.br/perfil/thiers-martins-moreira/>. Acesso em: 15 out. 2023.

MOREIRA, Thiers Martins. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moreira-thiers-martins>. Acesso em: 15 out. 2023.

MORRE o diácono Dr. Dalton Penedo. **Jornal Fato**, Cachoeiro de Itapemirim, 2012. Disponível em: <https://www.jornalfato.com.br/noticias/morre-o-diacono-dr-dalton-penedo,256989.jhtml>. Acesso em: 17 set. 2023.

MOTA, Jeova. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mota-jeova>. Acesso em: 6 ago. 2023.

MOTTA, Marly Silva. **A nação faz 100 anos: A questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.

MOURÃO FILHO, Olímpio. Atlas Histórico do Brasil. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3707>. Acesso em: 19 set. 2023.

NASCIMENTO, Giceli Warmling do. **O cinema como instrumento de propaganda política integralista (1932-1937)**. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4618/2/GICELI%20WARMLING%20DO%20NASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Memória e História do integralismo no interior da Bahia: o povoado de Itapuhy (Sul da Bahia, 1935-1936). *In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA E POLÍTICA*, 7., 2007. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2007. p. 1-19.

NERI, Gustavo Bruno Costa. Ação Integralista Brasileira na “terra dos marechais”: um breve recorte de 1929-1938. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013. Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-12. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364654947_ARQUIVO_ACAOINTEGRALISTABRASILEIRAartigo.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

NERI, Gustavo Bruno Costa. **Ação Integralista Brasileira em Alagoas: (1930 a 1937)**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1381/1/A%20acao%20integralista%20brasileira%20em%20terras%20alagoanas%201930%20a%201937.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

NEVES, David Rodrigues Silva. **O Tribunal de Segurança Nacional e a repressão aos comunistas e integralistas (1936-1938)**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapien-tia.pucsp.br/bitstream/handle/12788/1/David%20Rodrigues%20Silva%20Neves.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

NUN, José. Amérique Latine: la crise hégémonique et le Coup d'État militaire. **Revue de Sociologie du Travail**, Paris, n. 3, p. 281-313, jul./set. 1967.

O NOVO Diretor da Faculdade de Medicina do Rio. **A Razão**, Pouso Alegre, 18 nov. 1937.

OLIVEIRA, Alexandre Luis. Câmara dos Quatrocentos: um ensaio de prosopografia. **Academia.edu**, [s.d.]. Disponível em: https://www.academia.edu/14723222/C%C3%A2mara_dos_Quatrocentos_um_ensaio_de_prosopografia. Acesso em: 15 out. 2023.

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. **Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim**: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/83fdc832-3eed-41f0-8b87-9b1e2f5b2834/content>. Acesso em: 4 out. 2023.

OLIVEIRA, Laura de. **Guerra Fria e política editorial**: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá: Eduem, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo de. Por amor ao Sigma: a trajetória de um integralista paranaense (1935). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-14. Disponível em: https://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467120713_ARQUIVO_ARTIGOPARAAANPUH-PR.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2284/1/410982.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

PADILHA, Raimundo Delmiriano. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PAMPLONA, Artidônio. **Academia Nacional de Medicina**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.anm.org.br/artidonio-pamplona/>. Acesso em: 20 set. 2023.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **A construção dos direitos**: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931-1937). 2020. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55807/3/2020_tese_eoparente.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

PAXTON, Robert Owen. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 70, n. 1, p. 1-23, Mar. 1998.

PEIXOTO, Attila Sayol de Sá. **Sempre MPDFT**, Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://sempre.mpdft.mp.br/index.php/attila-sayol-de-sa-peixoto-ppgj?onlyDirect=1>. Acesso em: 24 out. 2023.

PEIXOTO, Renato Amado. O Movimento de Natal e a gênese da colusão entre catolicismo e marxismo em meados da década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017. Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPUH, 2017. p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502824519_ARQUIVO_OMovimentodeNatalegenesedacolusaoentrecatolicismoemarxismoemmeadosdadecadade1950.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

PEREIRA, Maria Cristina Cardoso. A atuação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil nos primeiros anos da ditadura. **Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 1-20, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rejur/article/view/7102/pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

PIMENTA, Everton Fernando. **Duas faces de uma mesma moeda: recepção e circulação do ideário fascista e integralista em Barbacena-MG através do casal Ines e Aroldo Piacesi, 1924-1945**. 2015. 338 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2015. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoEvertonPimenta.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

PIMENTA, Everton Fernando. **Oscar Machado: uma trajetória em meio ao metodismo, integralismo e maçonaria (1930-1965)**. 2019. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8994/2/TESE_EVERTON_PIMENTA_DEPOSITADA.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

PIMENTA, Everton Fernando; GONÇALVES, Leandro Pereira. Os camisas-verdes em Minas Gerais: o integralismo em São João del-Rei e o caso de Tancredo Neves. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/39127/27158>. Acesso em: 29 set. 2023.

PINHEIRO, Jorge. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jorge-pinheiro>. Acesso em: 15 set. 2023.

PINTO, António Costa (org.). **Governar em Ditadura: elites e decisão política nas ditaduras na era do fascismo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PINTO, António Costa (org.). O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 17-49, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/Y4pgLWDLShPDJ9QmKrzMb9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2023.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Adeptos do Sigma em Florianópolis**: Estudo sobre o periódico “Flamma Verde” e a presença Integralista na capital Catarinense. 2013. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121750>. Acesso em: 18 out. 2023.

PONTES, Gustavo Tiengo. Othon Gama D’Eça e a Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina. **Portal do Bicentenário**, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/timeline/othon-gama-deca/>. Acesso em: 24 out. 2023.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. O integralismo e a mulher. *In*: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (org.). **Integralismo**: novos estudos e reinterpretações. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 107-125.

PRIMO, Jacira Cristina Santos. **Nas Fileiras do Sigma**: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 30. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19195>. Acesso em: 19 set. 2023.

RAMOS, Alexandre Pinheiro de. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editor e José Olympio Editora na divulgação do Integralismo. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 641-666, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FNtQzY6DFpwd5mh9X8WqTWD/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

RAMOS, Diego da Silva. Raimundo Padilha: o espião de ontem é o espionado hoje. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017. Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: ANPUH, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502290774_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

RAPOSO, Maurício Antunes. **A cidade e o professor integralista**: Nova Friburgo, a Ação Integralista Brasileira e a trajetória intelectual de Júlio Ferreira Caboclo (1934-1937). 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13745/Dissert-mauricio-antunes-raposo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 set. 2023.

REALE, Miguel. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reale-miguel>. Acesso em: 7 ago. 2023.

REGIS, João Rameres. Ação Integralista Brasileira: Um caso de polícia? **Revista Trajetos UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 1-25, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19994/1/2005_art_regisjr.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

REGIS, João Rameres. **Integralismo e Coronelismo**: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). 2008. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.uece.br/maie/wp-content/uploads/sites/92/2022/06/tese-ramerez.pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

REGIS, João Rameres. O integralismo no interior do Ceará (1932-1937): adequações ao jogo político local. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013. Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42342/1/2013_eve_jrregis.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

RÉMOND, René. Uma história presente. *In: RÉMOND, René. Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

REZENDE, Carlos Henrique Furtado. **O integralismo de Gustavo Barroso em Juiz de Fora: as conferências**. 2019. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

RODRIGUES, Athanis Molás. **Raízes integralistas da Teoria Tridimensional do Direito: história das ideias de Miguel Reale (1933-1953)**. 2014. 335 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135090>. Acesso em: 28 set. 2023.

RODRIGUES, Magaiver Luiz Pinheiro. **Pelo integralismo no Pará (1934-1937)**. 2009. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/8420986/Pelo_Integralismo_no_Par%C3%A1_1934_1937. Acesso em: 9 out. 2023.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/trabalhos/RODRIGUESRogérioRosa.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

SALLES, Francisco Luiz de Almeida. **Museu Brasileiro de Arte e Televisão**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.museudatv.com.br/biografia/francisco-luiz-de-almeida-salles/>. Acesso em: 13 set. 2023.

SANTOS, Fernando Santana de Oliveira. **“Intelectual de(a) Ação”**: a militância integralista de Eulálio de Miranda Motta no interior da Bahia (Mundo Novo, 1932-1947). 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018. Disponível em: https://eulaliomotta.files.wordpress.com/2018/07/dissertacao_fernando-santana.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

SANTOS, Ponciano Stenzel dos. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ponciano-stenzel-dos-santos>. Acesso em: 15 set. 2023.

SCHMIDT, Patricia. **Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91192/248378.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 set. 2023.

SEITENFUS, Ricardo Silva. Ideology and Diplomacy: Italian Fascism and Brazil, 1935-1938. *In: NEIBERG, Michael S. (org.). Fascism*. Londres: Routledge. 2017. p. 503-534.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das “raças” no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 108, p. 145-152, maio 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9457/5606>. Acesso em: 29 set. 2023.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. **O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico integralista A *Offensiva***. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/jaqueline-tondato-sentinelo.pdf/@@download/file/JAQUELINE%20TONDATO%20SENTINELO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Carlos Eduardo Guedes da. **Ação Integralista Brasileira: a constituição de um partido de extrema direita na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930**. 2006. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.academia.edu/9561800/A%C3%A7%C3%A3o_integralista_Brasileira_A_constitui%C3%A7%C3%A3o_de_um_partido_de_extrema_direita_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro_na_d%C3%A9cada_de_1930. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, Hélio. **1938: Terrorismo em campo verde**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 (Coleção O Ciclo de Vargas, v. 10).

SILVA, Leandro Raton Pires da. **Deus, Pátria e Família: Integralismo e Catolicismo em Belo Horizonte**. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/cp139119.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

SIMÕES, Renata Duarte. Hollanda Loyola e a milícia integralista: escola de civismo e “disciplina inteligente”. *In: In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013. Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363723123_ARQUIVO_ANPUH2013-RenataDuarteSimoes.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

SIMÕES, Renata Duarte; GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação do corpo para o “soldado integral”, “forte de físico, culto de cérebro e grande de alma”. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 327-337, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/motriz/a/T6XH DdnymnZXmykmd65MFZr/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

SIMÕES, Renata Duarte; SIMÕES, Ricardo Duarte; SILVA, Ticiane Ribeiro da. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 140-149, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/35PR7VXM7PftkKw56h4SmDc/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ivan-bichara-sobreira>. Acesso em: 9 set. 2021.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

SOUSA, Carolina Soares. **Política: a arte de lembrar e de esquecer. Os projetos políticos paulistas (1933-1934).** 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/10748/1/2012_CarolinaSoaresSousa.pdf. Acesso em: 17 set. 2023.

SOUZA, Renato Elias Pires de. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938).** 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/511/3/RENATO%20ELIAS%20PIRES%20DE%20SOUZA%20e2%80%93%20DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20PPGH%20CH%202015.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

STANGER, Diego. **O sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao integralismo no Espírito Santo (1933-1942).** 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/b7f04cce-2adb-4fd7-8e8f-22f90b51b367/content>. Acesso em: 27 set. 2023.

STANGER, Diego. A Ação Integralista Brasileira e sua atuação política no Espírito Santo. **Revista Ágora**, Vitória, n. 29, p. 28-48, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/download/26274/18523/77968>. Acesso em: 18 out. 2023.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2023.

TAVARES, Jair. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tavares-jair>. Acesso em: 17 set. 2023.

TONINI, Veridiana Maria. **Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfran Metzler (Integralismo, PRP e Igreja católica, 1932-1957).** 2003. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp000101.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1979.

TRINDADE, Hélió. Integralismo. In: ABREU, Alzira Alves *et al.* (org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. 3, p. 2807-2814.

TRINDADE, Hélió. **A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

UCHÔA, Fábio Raddi. Escrita e Apologia em Francisco Luiz de Almeida Salles. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGADORES DA IMAGEM EM MOVIMENTO, 3., 2014. Coimbra. **Atas [...].** Coimbra: AIM, 2014. p. 1-11. Disponível em: <https://aim.org.pt/atas/indice/Atas-IIIEncontroAnualAIM-22.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

VALVERDE, Belmiro de Lima. **Academia Nacional de Medicina**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.anm.org.br/belmiro-de-lima-valverde>. Acesso em: 6 ago. 2023.

VALVERDE, Belmiro de Lima. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/belmiro-de-lima-valverde>. Acesso em: 6 ago. 2023.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Levantamento da Revista Gil Blas**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1978.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O integralismo nas águas do Lete**: história, memória e esquecimento. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/VICTOR__Rog_rio_Lustosa.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

VICTOR, Rogério Lustosa. Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 63-82, maio 2012a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88854/91728>. Acesso em: 28 out. 2023.

VICTOR, Rogério Lustosa. **O labirinto integralista**: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012b. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Rog%C3%A9rio_Lustosa_Victor.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade e Política**: o Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 30. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2537/1/394362.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

ANEXOS

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Câmara dos Quarenta, parte 1. Monitor Integralista, abril/1937



Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 10 abr. 1937, p. 9.

Ilustração 2 – Câmara dos Quarenta, parte 2. Monitor Integralista, abril/1937



Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 10 abr. 1937, p. 9.

Ilustração 3 – Secretários Nacionais, parte 1. Monitor Integralista, dezembro/1937



Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 5 dez. 1937, p. 1.

Ilustração 4 – Secretários Nacionais, parte 2. Monitor Integralista, dezembro/1937



Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 5 dez. 1937, p. 1.

Ilustração 5 – Supremo Conselho, parte 1. Monitor Integralista, outubro/1936

Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 3 out. 1936, p. 1.

Ilustração 6 – Supremo Conselho, parte 2. Monitor Integralista, outubro/1936

Fonte: **Monitor Integralista**. Rio de Janeiro, 3 out. 1936, p. 1.

ANEXO B – LISTAGEM GERAL

PROCURADORIA NACIONAL**Gaston Luiz do Rêgo Monteiro (n. set./1936; s. d. e.)**

Advogado.

Orlando Ribeiro de Castro (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado.

Othon de Barros (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado.

CONSELHO JURÍDICO

Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (Presidente Conselho Jurídico: n. jun./1937; s. d. e.)

Advogado; professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; fiscal dos bancos do Rio de Janeiro e subinspetor geral de bancos.

Arthur Nunes Da Silva (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado e professor da Faculdade de Direito de Niterói.

Demóstenes Madureira de Pinho (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado; jurista; professor universitário; empresário; memorialista; orador e Comendador da Ordem do Mérito Militar do Brasil.

Dídimo Amaral Agapito da Veiga (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado e fiscal de bancos.

Francisco Clementino San Thiago Dantas (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado; jornalista e professor.

João Claudino de Oliveira Cruz (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado.

Oswaldo Miranda Ferraz (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado.

CHEFES ARQUI-PROVINCIAIS

Agnaldo Alves Celestino (C. A.P. 3ª circunscrição: n. fev./1937; s. d. e.)
Militar.

Herberto Dutra (C. A.P. 5ª circunscrição: n. mai./1937; s. d. e.)
Advogado.

Jayme Regalo Pereira (C. A.P. 1ª circunscrição: n. abr./1937; s. d. e.)
Médico farmacologista e Professor Catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

João Carvalhêdo (C. A.P. 2ª circunscrição: n. fev./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não localizada.

José Vieira da Rosa (C. A.P. 7ª circunscrição: n. fev./1937; s. d. e.)
Cartógrafo; escritor; militar e sertanista.

Marcel da Silva Telles (C. A.P. 6ª circunscrição: n. fev./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não localizada.

Othon de Barros (C. A.P. 4ª circunscrição: n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

CONSELHO NACIONAL DE BELAS ARTES

Arquimedes Memória (n. set./1936; s. d. e.)

Arquiteto, professor e diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

Antônio da Silva Lima (n. set./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Carlos Chamberlain (n. set./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Custódio de Viveiros (n. set./1936; s. d. e.)

Jornalista.

Guilherme Fontainha (n. set./1936; s. d. e.)

Músico, docente e diretor do Instituto Nacional de Música.

Henrique Cavalheiro (n. set./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Maria Castro (n. set./1936; s. d. e.)

Atriz.

Mário Santos Maia (n. set./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

SUPREMO CONSELHO**Belmiro Valverde (n. jun./1936; ex. set./1936)**

Médico; Academia Paulista de Medicina e da *Société Belge d'Urologie*.

Everaldo Leite (n. jun./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Gustavo Dodt Barroso (n. jun./1936; s. d. e.)

Advogado e jornalista.

Jayme Regalo Pereira (n. set./1936; s. d. e.)

Médico farmacologista e Professor Catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Jeová Mota (n. jun./1936; s. d. e.)

Militar - Capitão.

José Madeira de Freitas (n. jun./1936; s. d. e.)

Médico.

Miguel Reale (n. jun./1936; s. d. e.)

Filósofo; jurista e educador.

Raymundo Padilha (n. jun./1936; s. d. e.)

Economista.

Rodolfo Josetti (n. jun./1936; s. d. e.)

Médico; musicólogo e violinista.

SECRETÁRIOS NACIONAIS

Antônio Gallotti (S. N. Relações com o Exterior: n. jun./1936; s. d. e.)

Advogado; economista e sociólogo.

Belmiro Valverde (S. N. Finanças: n. jun./1936; ex. set./1936)

Médico; Academia Paulista de Medicina e da *Société Belge d'Urologie*.

Ernani da Silva Bruno (S. N. Doutrina e Estudos: n. jun./1936; ex. abr./1937)

Advogado; jornalista e historiador.

Francisco Luiz de Almeida Salles (S. N. Corporações e Serviços Eleitorais: n. jun./1936; ex. abr./1937)

Advogado; crítico de cinema e gestor de instituições culturais.

Gustavo Dodt Barroso (S. N. Educação Moral, Cívica e Física: n. mai./1937; s. d. e.)

Advogado e jornalista.

Henrique de Britto Pereira (S. N. Assistência Social: n. jun./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Irene de Freitas Henriques (S. N. Arregimentação Feminina e Plinianos: n. jun./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

João Carvalhêdo (S. N. Educação: n. jun./1936; ex. fev./1937)

Atividade profissional não localizada.

Jorge Pinheiro Brisolla (S. N. Finanças: n. set./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Lauro Barreira (S. N. Corporações e Serviços Eleitorais: n. abr./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Miguel Reale (S. N. Doutrina e Estudos: n. abr./1937; s. d. e.)

Filósofo; jurista e educador.

Paulo Lomba Ferraz (S. N. Propaganda: n. jun./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Rodolfo Josetti (S. N. Cultura Artística: n. jun./1936; s. d. e.)

Médico; musicólogo e violinista.

CHEFES PROVINCIAIS

Agnaldo Alves Celestino (C. P.-SE: n. ago./1934; ex. jan./1937)

Militar.

Antônio Benedito Machado Florence (C. P.-SP: n. mai./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Antônio de Andrade Lima Filho (C. P.-AL: n. jan./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Aristóbulo de Melo (C. P.-Mar: n. mar./1934; ex. nov./1936)

Militar.

Arnaldo Magalhães (C. P.-ES: n. mar./1934; s. d. e.)

Farmacêutico.

Attila Sayol de Sá Peixoto (C. P.-AM: n. ago./1936; s. d. e.)

Promotor.

Camilo de Sá e Benevides (C. P.-Mar: n. nov./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Carlos Vidal Gondin (C. P.-RN: n. jan./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Everaldo Leite (C. P.-SP: n. nov./1934; s. d. e.; C. P.-MT: n. jan./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Francisco Lopes Filho (C. P.-PE: interino n. fev./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Francisco Sampaio (C. P.-PA: n. mar./1935; s. d. e.)

Cirurgião-dentista.

Francisco Solano de Oliveira Rodrigues (C. P.-MA: s. d. n.; ex. ago./1937)

Professor secundarista e diretor do Colégio Ateneu Teixeira Mendes, de São Luís-MA.

Giovani Costa (C. P.-PI: n. mar./1934; ex. abr./1937)

Atividade profissional não localizada.

Jeová Mota (C. P.-CE: n. dez./1933; ex. jan./1937; C. P.-SP: n. jan./1937; ex. mai./1937)

Militar - Capitão.

Jerônimo Moreno Garcia (C. P.-SE: n. fev./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

João Rezende Alves (C. P.-MG: n. abr./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

João da Silva Pimenta (C. P.-GO: n. abr./1936; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Joaquim Araújo de Lima (C. P.-BA: n. mar./1935; s. d. e.)

Engenheiro e jornalista.

José Mayrinck de Souza Mota (C. P.-PB: n. out./1936; s. d. e.)

Poeta.

José Virgílio Rocha (Chefe Provincial-PI: n. set./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Luiz Leite Oiticica (C. P.-AL: s. d. n.; ex. jan./1937)

Advogado.

Manoel Barreto Vieira de Alencar (C. P.-PR: n. jun./1934; s. d. e.)

Juiz; jurista e professor catedrático da Universidade do Paraná.

Marcel da Silva Telles (C. P.-SP: s. d. n.; ex. fev./1937)

Atividade profissional não localizada.

Mario Bolonha Campos (C. P.-PA: interino n. set./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Nestor Contreiras Rodrigues (C. P.-RS: n. jan./1936; s. d. e.)

Cirurgião dentista e técnico agrícola.

Othon Gama D'Eça (C. P.-SC: n. mar./1934; s. d. e.)

Juiz; Secretário de Segurança Pública e professor da Faculdade de Direito.

Raymundo Barbosa de Lima (C. P.-DF: n. dez./1935; s. d. e.)

Atividade profissional não localizada.

Raymundo Padilha (C. P.-RJ: n. ago./1935; s. d. e.)

Economista.

Tebyriçá de Oliveira (C. P.-MA: n. ago./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Ubirajara Índio do Ceará (C. P.-CE: n. jun./1937; s. d. e.)
Advogado.

CÂMARA DOS QUARENTA

Abreu Salgado (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - General.

Álvaro de Carvalho (n. set./1936; s. d. e.)

Funcionário do Banco do Brasil.

Amaro Lanari (n. set./1936; s. d. e.)

Engenheiro e industrial.

Antônio da Costa Pires (n. set./1936; s. d. e.)

Funcionário do alto comércio da Capital da República.

Antônio Telles Ferreira (n. abr./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Arquimedes Memória (n. set./1936; s. d. e.)

Arquiteto, professor e diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

Artidonio Pamplona (n. set./1936; s. d. e.)

Professor das Faculdades de Medicina da Capital da República e de Niterói.

Arthur Nunes Da Silva (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado e professor da Faculdade de Direito de Niterói.

Arthur Tompson Filho (n. set./1936; s. d. e.)

Engenheiro.

Augusto Eduardo da Silva (n. set./1936; ex. jan./1937)

Militar - General.

Belisário Pena (n. set./1936; s. d. e.)

Médico e ex-Ministro da Educação.

Carlos Freitas Henriques (n. set./1936; s. d. e.)

Médico.

Carvalho Cardoso (n. set./1936; s. d. e.)

Médico.

Cassiano Gomes (n. set./1936; s. d. e.)

Professor das Faculdades de Medicina da Capital da República e de Niterói.

Custódio de Viveiros (n. set./1936; s. d. e.)

Jornalista.

Francisco de Paula Queiroz Ribeiro (n. set./1936; s. d. e.)

Advogado.

Frederico Vilar (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - Almirante.

Guilherme Fontainha (n. set./1936; s. d. e.)

Músico, docente e diretor do Instituto Nacional de Música.

Henry Othon Leonardos (n. set./1936; s. d. e.)

Funcionário do alto comércio da Capital da República.

J. da Rocha Vaz (n. jan./1937; s. d. e.)

Médico e Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Jerônimo Furtado Nascimento (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - General.

João Fonseca Hermes (n. set./1936; s. d. e.)

Diplomata.

Jorge Pinheiro (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - General.

José Vieira da Rosa (n. jan./1936; ex. fev./1937)

Cartógrafo; escritor e militar.

Lucio dos Santos (n. set./1936; s. d. e.)

Professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte e de Ouro Preto.

Manoel Ferreira (n. set./1936; s. d. e.)

Professor da Faculdade Fluminense de Medicina.

Mansueto Bernardi (n. set./1936; s. d. e.)

Diretor da Casa da Moeda; historiador e professor.

Marcos de Souza Dantas (n. set./1936; s. d. e.)

Ex-Diretor do Banco do Brasil e do *National Coffee Council*.

Marcos E. P. Villela Junior (n. set./1936; ex. jan./1937)

Militar - General.

Maurício da Silva Telles (n. jan./1937; s. d. e.)

Engenheiro.

Maurilio de Mello (n. set./1936; s. d. e.)

Professor da Faculdade Fluminense de Medicina.

Olbiano de Mello (n. set./1936; s. d. e.)

Jornalista.

Ordival Cardoso (n. set./1936; s. d. e.)

Médico.

Oswaldo Rocha Miranda (n. set./1936; ex. jan./1937)

Industrial.

Othon de Barros (n. jan./1936; ex. jul./1937)

Advogado.

Paulo Santos (set./1936; ex. jan./1937)

Professor da Escola Politécnica da Capital da República.

Pedro Moura (n. set./1936; s. d. e.)

Professor da Faculdade Fluminense de Medicina.

Raul Leite (n. set./1936; s. d. e.)

Presidente da Federação das Indústrias.

Renato Rocha Miranda (n. set./1936; s. d. e.)

Industrial.

Sergio Silva (n. set./1936; s. d. e.)

Diretor das revistas *Fon-Fon* e *Seleta*.

Silvio Rego (n. jan./1937; s. d. e.)

Advogado.

Thiers Martins Moreira (n. jan./1937; s. d. e.)

Advogado e professor universitário.

Trajano de Carvalho (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - Almirante.

Vicente Meggiolaro (n. set./1936; s. d. e.)

Funcionário do alto comércio da Capital da República.

Victor Pujol (n. set./1936; s. d. e.)

Militar - Comandante.

CÂMARA DOS QUATROCENTOS

Abdon Pacheco do Nascimento (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Abdul Sayol de Sá Peixoto (n. jul./1937; s. d. e.)

Bacharelado em Direito.

Abel Falcão Lima (n. jul./1937; s. d. e.)

Funcionário federal.

Abelardo Fajardo (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Adamastor Baldomero de Fontoura (n. jul./1937; s. d. e.)

Operário Ferroviário.

Adaucto Amaral (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Adelina Silva Prado (n. jul./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não mencionada.

Adelio Ramirez de Assis (n. jul./1937; s. d. e.)

Contador.

Aderson Alves Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Adolpho Lopes (n. jul./1937; s. d. e.)

Fazendeiro.

Adolpho Pereira Marques (n. jul./1937; s. d. e.)

Farmacêutico.

Affonso del Caro (n. jul./1937; s. d. e.)

Cirurgião-dentista.

Afrânio Teixeira Pinto (n. jul./1937; s. d. e.)

Funcionário do Ministério da Marinha.

Agnelo Guimarães Costa Soares (n. jul./1937; s. d. e.)

Industrial.

Agostinho José da Fonseca (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

Agostinho Serrano (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Alberto Lamego Filho (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Alberto Silves (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Alcéo Cordeiro Fernandes (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Alcides Meira (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Alencar Lanna (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Alexandre Belfort de Mattos (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Alfredo Buzaide (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Alfredo Montenegro de Mesquita (n. jul./1937; s. d. e.)
Ferroviário.

Alfredo Peres (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário da *Light*.

Aloysio Meirelles (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Altevir Soares (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão.

Alvaro Parente (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Alvaro Sardinha (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Amarilio Rezende de Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Amazonas Duarte (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Américo da Silva Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário do Banco do Brasil.

Américo de Araújo (n. jul./1937; s. d. e.)
Magistrado.

Américo Gasparini (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Américo Matrangola (n. jul./1937; s. d. e.)
Cinegrafista.

Américo Palha (n. jul./1937; s. d. e.)
Jornalista.

Angélico Loureiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Antonio Almeida (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Antonio Amelio (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Antonio Caetano da Silva Lima (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro e Militar - Capitão.

Antonio Cássia (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Antonio Corchet Santos Reis (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Antônio de Andrade Lima (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Antônio Dib Mussi (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Antonio Ferreira de Melo Couto (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Antônio Fróes da Cruz (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Antonio Garcia (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário público.

Antonio Jaguaribe (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Antonio Lima de Faria (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário público.

Antonio Pagano (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Antonio Pereira Vieira (n. jul./1937; s. d. e.)
Oficial do Registro Civil.

Antonio Pompeu de Camargo (n. jul./1937; s. d. e.)
Tabelião.

Antonio Procopio Teixeira (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Antonio Ribeiro Fonseca (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Antonio Soares de Pinho (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Antonio Vernhoast (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

Antonio Viçoso Cotta (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Arquilão Vivacqua (n. jul./1937; s. d. e.)
Contador.

Arquimedes de Mattos (n. jul./1937; s. d. e.)
Fazendeiro.

Aristides Milano (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Armando Bretas Bhering (n. jul./1937; s. d. e.)
Docente catedrático da Escola de Minas.

Armando Paraíso Pereira (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Arnaud de Rezende (n. jul./1937; s. d. e.)
Agrônomo.

Arnóbio de Souza Graça (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Arsênio Alves de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Tenente da Força Estadual.

Arthur Antunes de Moraes e Castro (n. jul./1937; s. d. e.)
Corretor.

Arthur Geraldts (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Aryl Pontes Lyra (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Augusto Caldas (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Augusto Carlos Machado Junior (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Augusto Medeiros (n. jul./1937; s. d. e.)
Contador.

Aurelio Bulhões Pedreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Aurelio Rocha (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Balbino Moreno (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Belísio Cordula (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Benedicto Antonio Silvestre (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário Federal.

Benevenuto José Dias da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Marítimo.

Bento de Almeida Prado (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Bernardino de Souza Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Brasílio Otávio de Sá (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

(Dona) Caetano Spinelli (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Caio Marques de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Cantídio Paes Leme (n. jul./1937; s. d. e.)
Ferroviário.

Carloman Carneiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário estadual.

Carlos Astrogildo Correia (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Tenente.

Carlos Cavalcante Fernandes (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Carlos Crisci (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Carlos de Assis Ribeiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante.

Carlos Henrique Liberali (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Carlos Machado (n. jul./1937; s. d. e.)
Artista teatral.

Carlos de Moraes Pereira (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Carlos Ramos de Azambuja (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Carlos Selid (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Carmelo Grasse Mamana (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Cauby da Silva Rêgo (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Cecy Filho (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado e industrial.

Celestino Cardoso (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Cherubim Chagas (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico e Militar - Capitão.

Christovão Devoto (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Clito Lemos (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Clovis Martins de Camargo (n. jul./1937; s. d. e.)
Fazendeiro.

Colombo de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado e comerciante.

Conrado Van Erven (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Cosme Batista (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Custódio Guerra de Carvalho (n. jul./1937; s. d. e.)
Cirurgião-dentista.

Cyro de Rezende (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Dalton Penedo (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Dantas da Motta (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante universitário.

Darcy Pereira (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Décio Pagani (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Deusedith Cortes Vieira da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Dilermundo Rocha (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Dioclécio Britto (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Diogo José da Silva Netto (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Dulce Thompson (n. jul./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não mencionada.

Edmundo Amaral (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Edmundo Cavalcanti (n. jul./1937; s. d. e.)

Militar - Capitão.

Eduardo Graziano (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Eduardo Guibsson (n. jul./1937; s. d. e.)

Funcionário do Llyod Brasileiro.

Elias Ferreira de Melo (n. jul./1937; s. d. e.)

Militar - Tenente.

Eloy Monteiro (n. jul./1937; s. d. e.)

Militar - Tenente.

Elpídio Cotias (n. jul./1937; s. d. e.)

Sacerdote.

Emanuel Bianchi (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Emilio Niemeyer (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Emmanuel Bittencourt (n. jul./1937; s. d. e.)

Bancário.

Ephygenio Salgado (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Epiphanio Augusto de Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Ernani da Silva Bruno (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Ernani Giudice (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Etienne Dessaune (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Eugenio La Maison (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Eurico Hildebrando Rurelio Ruschi (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro agrônomo.

Eurico Pontes Lyra (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Ezequiel Borges (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

Fernando Cockrane (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão de Fragata.

Fernando da Rosa Oiticica (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Fernando Vieira de Mello (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Florianio Cerqueira (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário.

Florianio Nunes Pereira (n. jul./1937; s. d. e.)
Cônsul-geral.

Florianio Thompson Esteves (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Francisco Aranha Sobrinho (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Francisco de Paula Watson (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Francisco de Souza e Mello (n. jul./1937; s. d. e.)
Oficial da Armada - Almirante.

Francisco Edgar de Macedo (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Francisco Leite Villela (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário.

Francisco Saboia Barbosa (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Francisco Veras Bezerra (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Franklin Chaves (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Frederico Carlos de Abreu e Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Frederico Carlos Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Capitão de longo curso.

Frederico Ferreira Lage (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário.

Frederico Socrates (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Coronel.

Fulvio Mandetta (n. jul./1937; s. d. e.)
Contador.

Gastão Roubach (n. jul./1937; s. d. e.)
Farmacêutico.

Gaston Cavalcanti de Albuquerque (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Gaston Luiz do Rêgo Monteiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Genelísio Marques Porto (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Genésio Rosa (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

Georges Leonardos (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Gil Vieira do Nascimento (n. jul./1937; s. d. e.)
Guarda-livros.

Gilberto de Assis Pacheco (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Goffredo da Silva Telles (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Guilherme Rennaux (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Hamilton Leite (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante universitário.

Haroldo Bezerra Cavalcanti (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Helvildo Martins (n. jul./1937; s. d. e.)
Secretário da diretoria da instrução pública do Maranhão.

Henrique Biasini (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Henrique Pinheiro de Vasconcellos (n. jul./1937; s. d. e.)
Cônsul-geral.

Heraclito Carneiro Ribeiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Desembargador.

Herbert Parentes Fortes (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico e professor.

Hormando Feitosa (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Hugo Berta (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante universitário e comerciante.

Humberto Della Méa (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Humberto Hannequim de Carvalho (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Ignacio Prado (n. jul./1937; s. d. e.)
Fazendeiro.

Innocencio Sarno (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Israel Galdino de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Sacerdote e professor.

Ivan Bichara (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante.

Iveta Ribeiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Jornalista.

J. C. Moreira Guimarães (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

J. França Júnior (n. jul./1937; s. d. e.)
Cirurgião-dentista.

Jacinto Figueiredo (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Jacob Vitali (n. jul./1937; s. d. e.)
Construtor.

Jayr Tavares (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Jefferson Carlos de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Alberto da Cunha (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Alfredo Correia de Oliveira Netto (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Alves da Costa Ouro (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

João Baptista Bernardes Lima (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Barbosa Saboia (n. jul./1937; s. d. e.)
Bancário.

João Batista Serrão (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Cabral (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

João Cândido (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

João Carvalho Santos (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário público.

João Ernesto Lisboa (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro e fazendeiro.

João J. Magalhães (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

João Luis Korting (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

João Pinheiro de Andrade Lyra (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

João Queiroz (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Joaquim Cerqueira (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Joaquim Fraga Lima (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Joaquim Mendes Contente (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Joaquim Ribas de Faria (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão da Marinha.

Joaquim Vaz da Costa (n. jul./1937; s. d. e.)
Desembargador.

Jorge Claudino de Oliveira Cruz (n. jul./1937; s. d. e.)
Magistrado.

Jorge Couri (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Jorge Pachá (n. jul./1937; s. d. e.)
Doutorando em Medicina.

José Antonio Vieira da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

José Apóstolo de Oliveira Neto (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

José Bernardo da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário.

José Bonifácio de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

José Carlos Monteiro de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Bancário.

José Cola (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

José de Campos Salles (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

José de Lima Verde (n. jul./1937; s. d. e.)
Farmacêutico.

José de Oliveira Rangel (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário.

José Esteves Leitão da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Bancário.

José Fernandes da Cunha (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário tipógrafo.

José Fernandes Pontes (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

José Fleury (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante de Medicina.

José Flores (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

José Francisco Amorim (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Major da Força Estadual.

José Hercílio Fleury (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante de Direito.

José Landim (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

José Madeira de Freitas (n. jun./1937; s. d. e.)
Médico.

José Muniz Nascimento (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

José Rodrigues Leite (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

José Sanches (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

José Soares Brandão (n. jul./1937; s. d. e.)
Farmacêutico.

José Theophilo Leão de Aquino (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

José Vieira de Mendonça (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

José Xavier de Melo (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Josias Vaz de Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Julio Antônio Martins Vieira (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Julio dos Santos (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Julio Ferreira Caboclo (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Júlio Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Júlio Pinheiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Motorista.

Jurandir da Costa Campos (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Juventino Linhares (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Lafayette de Mendonça (n. jul./1937; s. d. e.)
Promotor público em Belém (PA).

Lastenio Calmon Júnior (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Lauro Maciel (n. jul./1937; s. d. e.)
Jornalista.

Leonidas Santos Damásio (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Leopoldo Ayres (n. jul./1937; s. d. e.)
Sacerdote e professor.

Levy Saldanha (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Lincoln de Carvalho (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Luiz Amaro Pharol (n. jul./1937; s. d. e.)
Farmacêutico.

Luiz Carlos Pujol (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Luiz da Rosa Oiticica (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Luiz de Souza (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Luiz Gonzaga Palmeira (n. jul./1937; s. d. e.)
Guarda-livros.

Luiz Gonzaga de Arruda Campos (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Luiz Guimarães Araújo (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Luiz Passarelli (n. jul./1937; s. d. e.)
Livreiro.

Lycurgo Bastos (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Manoel Adolpho dos Santos (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão da Força Estadual.

Manoel Claudio da Motta Maia (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Manoel Dutra (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Manoel F. das Chagas (n. jul./1937; s. d. e.)
Operário de construção civil.

Manuel Messias Gusmão (n. jul./1937; s. d. e.)
Agricultor.

Manoel Netto (n. jul./1937; s. d. e.)
Sacerdote.

Manoel Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Manoel Pedro de Campos (n. jul./1937; s. d. e.)
Tabelião.

Manoel Sobrinho (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Manuel Eloy Alvim Pessoa (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão de Mar e Guerra.

Marcello Torres (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Marcos E. P. Villela Junior (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - General.

Maria Bernadette Romeiro (n. jul./1937; s. d. e.)
Professora.

Maria Telles Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Marilia da Rocha Vaz Bernadelli (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Marinho de Souza Lobo (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Mario Avelar Fernandes (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Mario Bulhão Ramos (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Mario Dolores (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Mario Giorgi (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Mario Jaguaribe (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Mário Marroquim do Nascimento (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Mário Reis (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Martinho Penteado da Silva Prado (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Maurício de Andrade (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Mauricio Lincoln de Abreu (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário federal.

Melchiades Rodrigues Monte (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Tenente.

Miguel Seabra (n. jul./1937; s. d. e.)
Magistrado.

Milton Albuquerque (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Moacyr Aguiar (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante universitário.

Moacyr Barbosa (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Morgan Snell (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Múcio Miguel (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Nelson Dantas (n. jul./1937; s. d. e.)
Industrial.

Nelson de Castro Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Trabalhador do transporte.

Nelson de Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Nilo de Souza Pinto (n. jul./1937; s. d. e.)
1º Piloto.

Nilza Peres (n. jul./1937; s. d. e.)
Estudante universitária.

Octaviano Santos (n. jul./1937; s. d. e.)

Tabelião.

Oldemar Finkenauer (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Olemar Lacerda (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Olympio Mourão (n. jul./1937; s. d. e.)

Militar - Capitão.

Omar de Freitas Almeida (n. jul./1937; s. d. e.)

Professor.

Orlando Ribeiro da Costa (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Orlando Sampaio (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Ornesimo Coelho (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Osmario do Prado Leite (n. jul./1937; s. d. e.)

Banqueiro.

Osny Campelo (n. jul./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não mencionada.

Osolino Tavares (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Oswaldo Ferraz (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Oswaldo Nicacio (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Oswaldo Uriosto (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Otto Guerra (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Ottomar Rodolpho Grubbe (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Padre Mello (n. jul./1937; s. d. e.)
Sacerdote e escritor.

Paulo Aguirre Neiva (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Paulo Figueira de Mello (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Paulo Japiassú (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Paulo Lavrador (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Paulo Paulista de Ulhôa Cintra (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Paulo Vieira da Rosa (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Capitão.

Pedro Amaral (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Pedro Bentes (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Pedro Carneiro Leão Sobrinho (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Pedro Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Pedro Ivo Rostrey (n. jul./1937; s. d. e.)
Cirurgião-dentista.

Pedro Mottais (n. jul./1937; s. d. e.)

Sacerdote e secretário do Bispo de Manaus.

Pedro Ribeiro Filho (n. jul./1937; s. d. e.)

Capitão da força pública de São Paulo.

Pery da Silva Quintaes (n. jul./1937; s. d. e.)

Guarda-livros.

Philemon Barbosa Cordeiro (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Pio Sampaio (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Pompilio Espinheira (n. jul./1937; s. d. e.)

Fazendeiro.

Ponciano Stenzel dos Santos (n. jul./1937; s. d. e.)

Sacerdote e professor.

Ramiro Coutinho (n. jul./1937; s. d. e.)

Atividade profissional não mencionada.

Ranylson de Sá Barreto (n. jul./1937; s. d. e.)

Funcionário federal.

Raul de Mello Senra (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Raul Dias Cardoso (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Raymundo Alves da Rocha (n. jul./1937; s. d. e.)

Farmacêutico.

Raymundo Corrêa de Araújo (n. jul./1937; s. d. e.)

Diretor da Biblioteca Pública.

Raymundo Ribeiro Roland (n. jul./1937; s. d. e.)

Industrial.

Renato Egídio de Souza Aranha (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Renato Henzeilmann (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Renato Laport (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Renato Vieira da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

René Pennafort Chaves (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Ribeiro de Barros (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Comandante Aviador.

Ricardo Greenwaldt (n. jul./1937; s. d. e.)
Farmacêutico.

Roberto Duque Estrada (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Rocha Loures (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Rodolpho Figueira de Mello (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Rodolpho Weickert (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Rodomarque Barros de Mendonça (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Tenente.

Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Romando Toffoli Culão (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Romulo de Almeida Mercuri (n. jul./1937; s. d. e.)

Comerciante.

Rosalvo Wyne de Queiroz (n. jul./1937; s. d. e.)

Agricultor.

Rubem Marcondes (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Ruy de Arruda (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado.

Ruy Presserbello (n. jul./1937; s. d. e.)

Militar - Major.

Salvador Caruso (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Salvio de Sá Gonzaga (n. jul./1937; s. d. e.)

Desembargador.

Samuel Teixeira Magalhães (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Santa Guerra (n. jul./1937; s. d. e.)

Professora.

Sebastião Cardoso D'Ávila (n. jul./1937; s. d. e.)

Advogado e funcionário.

Sebastião do Banho (n. jul./1937; s. d. e.)

Professor.

Serafim Lacerda (n. jul./1937; s. d. e.)

Professor.

Severino de Rezende (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Severino Novaes da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)

Médico.

Silverio Del Caro (n. jul./1937; s. d. e.)
Contador.

Silvio Wright Netto Machado (n. jul./1937; s. d. e.)
Funcionário.

Sinval Carvalho (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Sylvio do Couto Prado (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Sylvio Freire (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Sylvio Vieira da Silva (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Symphronio Brochado Júnior (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Telmo Amorim Pontual (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

Teophilo Costa (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Theophilo Condurú (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Thomaz de Aquino (n. jul./1937; s. d. e.)
Cônego.

Tibiriçá de Oliveira (n. jul./1937; s. d. e.)
Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de São Luís.

Tito Carlos Pereira Filho (n. jul./1937; s. d. e.)
Engenheiro.

Ulysses da Rocha Pereira (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Tenente da força estadual.

Urbano de Souza Martins (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Val de Lyrio Pimentel (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Vicente Pucchetti (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Victor Romaigna (n. jul./1937; s. d. e.)
Estancieiro.

Virgilio Fleury (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado e professor.

Virgilio Vieira Romão (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Volney Loureiro Tavares (n. jul./1937; s. d. e.)
Cirurgião-dentista.

Waldemar Coutinho (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Waldemar Estelita Romeiro de Melo (n. jul./1937; s. d. e.)
Bancário.

Waldemar Sá Peixoto Dall'Orto (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Waldomiro Vasconcellos Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Militar - Major.

Wálter Brandão de Oliveira Aguiar (n. jul./1937; s. d. e.)
Doutorando em medicina.

Walter Cavalcanti (n. jul./1937; s. d. e.)
Professor.

Wenceslau Dytz (n. jul./1937; s. d. e.)
Comerciante.

Wenceslau Júnior (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Wilton Ferreira (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Wolfram Metzler (n. jul./1937; s. d. e.)
Médico.

Zeferino Contrucci (n. jul./1937; s. d. e.)
Bancário.

Zenóbio Ramos (n. jul./1937; s. d. e.)
Atividade profissional não mencionada.

Zigler de Paula Bueno (n. jul./1937; s. d. e.)
Advogado.

ANEXO C – BIOGRAFIAS

A**AGUIAR, Wálter Brandão de Oliveira**
(Câmara dos Quatrocentos)

Doutorando em Medicina, natural do estado da Bahia.

ALENCAR, Manoel Barreto Vieira de (1873-1960)
(Chefe Provincial do Paraná)

Nasceu a 20 de novembro de 1873 no estado de Alagoas. Seu pai, João Vieira Damaceno, era Coronel da Guarda Nacional na comarca de Paulo Affonso, em seu estado natal. No Paraná, desenvolveu uma longa trajetória jurídica e política, desde o Império à Primeira República: exerceu cargos como de juiz, deputado estadual, fundador e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

Sob sua liderança, o integralismo se estruturou no Paraná a partir da cidade de Curitiba (PR). Também foi um dos presos políticos, cativos na penitenciária estadual de Curitiba, após a repressão aos camisas-verdes nos primeiros meses de 1938. Faleceu em 20 de janeiro de 1960.

ALMEIDA, Omar de Freitas
(Câmara dos Quatrocentos)

Contemporâneo de Júlio Ferreira Caboclo, era professor de inglês, francês e latim, e foi um dos fundadores da AIB em Nova Friburgo (RJ). Atuou no Colégio Modelo como professor e gerente de ensino técnico. Fundou ainda uma escola ensino básico, denominada Ginásio Nacional. Além de primeiro Chefe Municipal do Núcleo de Nova Friburgo (RJ), foi o primeiro editor do jornal integralista local, *A Alvorada*, e governador da 6ª região da Província do Rio de Janeiro.

AMARAL, Edmundo
(Câmara dos Quatrocentos)

Membro e uma das lideranças do núcleo de Santos (SP), quem, na ausência do Chefe Municipal, tornava-se Chefe Interino da AIB santista. Entre 1934 e 1935, foi candidato à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo, eleito e proclamado pelo Tribunal Regional. Após as eleições de 1936, assumiu a chefia da Secretaria de Cultura Artística de seu Núcleo.

Foi cofundador do Instituto Histórico e Geográfico (IHG) de Santos, em janeiro de 1938. Destacou-se também por publicar, em 1932, a obra *Rótulas e Mantilhas*, pela editora Civilização Brasileira, na capital paulista, com ilustrações do chargista Belmonte.

AQUINO, Tomás de
(Câmara dos Quatrocentos)

Padre José Tomás de Aquino Menezes, notório por sua participação na Província do Rio de Janeiro, esteve entre os integralistas do estado que participaram da disputa eleitoral, no pleito de 1934, para os cargos de Senadores e Deputados. O lançamento da candidatura do sacerdote para o cargo de deputado pode ter sido um artifício para atrair a atenção de fiéis fluminenses e de organizações às quais pertenciam.

ARANHA, Renato Egídio de Souza (1895-1969)**(Câmara dos Quatrocentos)**

Filho de Olavo Egídio de Sousa Aranha e Vicentina de Sousa Queirós de Sousa Aranha, tradicional família de cafeicultores, nasceu na cidade de São Paulo (SP), em 12 de agosto de 1895.

Oteve grau de doutor em Engenharia e Química pela Universidade de Cambridge (UK). Primo de Osvaldo Aranha e irmão de Alfredo Egídio de Sousa Aranha, proprietário do jornal *A Razão*, no qual Plínio Salgado deu os primeiros passos para a instituição da doutrina do Sigma. Candidato à Assembleia Constituinte de São Paulo em 1934, foi eleito e proclamado pelo Tribunal Regional, em 1935.

No pleito de janeiro de 1947, foi eleito deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo na legenda do PRP, exercendo mandato de 1947 a 1949. Era ensaísta, fundou e dirigiu o matutino *A Época*, que abordava temas de natureza econômica e social. Faleceu em São Paulo (SP), no dia 23 de junho de 1969.

ARRUDA, Ruy de**(Câmara dos Quatrocentos)**

Membro da antiga SEP, desempenhou a função de secretário de Plínio Salgado durante os anos 1930, e foi um dos camisas-verdes eleitos à Assembleia Constituinte do estado de São Paulo, em julho de 1935. Em 1980, ocupou a presidência da Diretoria Provisória da segunda Associação Brasileira de Cultura, articulada por Carmela Salgado.

ASSIS, Adélio Ramiro de**(Câmara dos Quatrocentos)**

Camisa-verde de atuação no estado do Paraná, onde, em maio de 1935, foi nomeado Chefe do Núcleo Municipal de Teixeira Soares (PR).

AYRES, Leopoldo**(Câmara dos Quatrocentos)**

Padre e colaborador de diversos jornais integralistas e não integralistas, como o periódico carioca *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo. Conhecido por sua *Carta Aberta aos Sacerdotes de minha Pátria*, veiculada em *A Offensiva*, em julho de 1937, conclamando os sacerdotes a unirem-se ao integralismo a fim de lutarem contra os perigos eminentes do comunismo.

B**BARBOSA, Francisco Saboia****(Câmara dos Quatrocentos)**

Chefe Municipal do núcleo de Aracati (CE).

BARREIRA, Lauro**(Secretário Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais)**

Após o ataque ao Palácio da Guanabara e a desestabilização da AIB, Barreira, um dos envolvidos no *putsch*, refugiou-se na cidade de Roma (ITA), assim como Miguel Reale e Hermes Lins e Albuquerque.

BARRETO, Ranilson de Sá
(Câmara dos Quatrocentos)

Findos os dias da AIB, permaneceu ao lado do antigo Chefe Nacional, elegendo-se vereador em 1948 em Recife (PE) pelo PRP.

BARROS, Othon de
(Câmara dos Quarenta; Chefe Arqui-Provincial da 4ª Circunscrição Nacional; Procuradoria Nacional)

Advogado. Nos primeiros momentos da fundação do integralismo, compôs o primeiro triunvirato da Guanabara, juntamente com Everaldo Leite e Madeira de Freitas. Nas fileiras do Sigma, integrou a Câmara dos Quarenta, a Procuradoria Nacional e a chefia da 4ª Circunscrição Nacional, sediada na capital federal.

BARROSO, Gustavo Dodt (1888-1959)
(Secretário Nacional de Educação Moral, Cívica e Física; Supremo Conselho)

Filho de Antônio Felino Barroso, membro de tradicional família nordestina e da alemã Ana Dodt Barroso, nasceu em Fortaleza (CE) no dia 29 de dezembro de 1888. Em 1907, ingressou na Faculdade de Direito de Fortaleza e fundou o jornal caricato *O Garoto*, dirigindo-o até dezembro do ano seguinte. Transferiu-se, em 1910, para o Rio de Janeiro e matriculou-se na Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1912.

Três anos mais tarde, foi eleito deputado federal pelo Ceará, cumprindo mandato até o fim da legislatura, em 1917. Nesse ínterim, tornou-se diretor da revista *Fon-Fon*, no Rio de Janeiro, em 1916.

Em 1919, com sete obras publicadas, seguiu como Secretário da Delegação do Brasil à Conferência de Paz em Versalhes, chefiada pelo futuro presidente da República, Epitácio Pessoa. Entre esse ano e 1922, foi inspetor escolar no Distrito Federal, posto do qual saiu para fundar e dirigir o Museu Histórico Nacional. No ano seguinte, foi admitido na Academia Brasileira de Letras, onde cumpriu as funções de secretário (1928, 1931 e 1949) e de presidente (1931, 1932 e 1950).

A partir de agosto de 1933, passou a dedicar-se inteiramente ao integralismo, constituindo a insigne tríplice ao lado de Miguel Reale e do Chefe Nacional, Plínio Salgado. Seus escritos são marcados por múltiplas menções a obras antisemitas e de filosofia política publicadas na França e por autores alemães como Carl Schmitt, Alfred Rosenberg e Oswald Spengler.

Encontram-se também, nas obras, elogios ao fascismo de Mussolini. Aliás, nesse tocante, é provável que ninguém tenha sido mais explícito do que ele ao identificar a filiação ideológica do integralismo como parte da matriz fascista.

Com a instauração do Estado Novo e, posteriormente, a prisão e o exílio de muitos de líderes camisas-verdes, Barroso reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional e intensificou sua atuação na Academia Brasileira de Letras.

Em inícios da década de 1940, participou da missão brasileira às comemorações do tricentenário da Restauração de Portugal, em Lisboa (PT), e representou o Brasil no Congresso Ibero-Americano, em Madri (ESP). Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em 1942, intensificaram-se as manifestações de repúdio à presença de integralistas na cena política nacional – e teve então de limitar-se às suas ocupações literárias, iniciando em 1943 a publicação dos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em dezembro de 1959, ano em que recebera o título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Ceará.

BATISTA, Cosme
(Câmara dos Quatrocentos)

Militante desde o princípio da organização na Paraíba, em fevereiro de 1935.

BENTES, Pedro
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe do Núcleo de João Pessoa (PB), entre julho e setembro de 1936.

BERNARDI, Mansueto (1888-1966)
(Câmara dos Quarenta)

Filho de Giovanni Bernardi e Maria Luísa Dalpai Bernardi, Mansueto Bernardi nasceu na cidade italiana de Asola, em 20 de março de 1888. Com três meses de idade, veio para o Brasil com os pais, imigrantes agricultores que se estabeleceram no Rio Grande do Sul. Naturalizado brasileiro, estudou em Montenegro (RS).

Ensaísta, historiador e poeta, publicou, além de diversos artigos e conferências, as obras *Terra convalescente* (poesia, 1918), *Os terrenos urbanos de São Leopoldo* (1922), *Como administrei a Casa da Moeda* (1940), e *Terra convalescente — itinerário de uma alma* (1965). Foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Em 1917, criou o *Almanaque do Globo*. Um ano mais tarde, tornou-se diretor da Livraria do Globo, função que exerceu até 1930. Foi também, em 1929, um dos fundadores da *Revista do Globo*.

Atuou durante longo período na administração pública do Rio Grande do Sul, como Secretário da Presidência do Estado, oficial de gabinete e oficial da Secretaria da Fazenda, além de ter sido prefeito do município de São Leopoldo (RS).

Após transferir-se para o então Distrito Federal, cumpriu o cargo de diretor da Casa da Moeda do Brasil, onde elaborou um projeto de reforma do sistema monetário, do qual resultaria, em 1942, já finda sua gestão, a implantação do cruzeiro como unidade de valor.

A 13 de maio de 1938, juntamente com o industrial Raul Leite, foi preso por portar arma de fogo durante a manifestação de solidariedade ao Presidente Vargas realizada no Palácio do Catete. Naquela ocasião, Vargas discursava condenando o levante dos camisas-verdes dois dias antes. Destituído do cargo que ocupava na Casa da Moeda, Bernardi foi inocentado, liberto e regressou ao Rio Grande do Sul, sendo reintegrado em suas funções públicas como diretor-geral da Secretaria do Interior.

Com o fim do Estado Novo e o retorno de Salgado, retomou sua posição nas fileiras do PRP, até 1958. Faleceu em Veranópolis (RS), em 9 de setembro de 1966.

BERTA, Hugo
(Câmara dos Quatrocentos)

Um dos fundadores do Núcleo Local em Porto Alegre (RS), ao lado de Nestor Contreras Rodrigues. Em meados da década de 1960, foi Secretário do Diretório Municipal do PRP, na mesma cidade.

BEZERRA, Francisco Veras
(Câmara dos Quatrocentos)

Em 1933, assumiu a Chefia da Província do Rio Grande do Norte, ao lado de Miguel Seabra Fagundes e Luís da Câmara Cascudo.

BICHARA, Ivan (1918-1998)
(Câmara dos Quatrocentos)

Ivan Bichara Sobreira nasceu em Cajazeiras (PB), no dia 24 de maio de 1918. Ainda jovem, foi Chefe do Núcleo de sua cidade natal, de abril de 1935 a fevereiro de 1936. Chefiou também, em 1936, o Departamento Provincial dos Estudantes de sua Província.

Desse período até 1940, escreveu no jornal *A Imprensa*. A 1945, formou-se pela Faculdade de Direito de Recife (PE), onde havia participado de atividades contra o Estado Novo. Após a redemocratização, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte da Paraíba, em janeiro de 1947, na legenda da União Democrática Nacional (UDN).

Em outubro do ano de 1950, reelegeu-se deputado estadual pela Coligação Democrática Paraibana, formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Libertador (PL). Um ano depois, foi presidente da Assembleia para o biênio 1951-1952. Paralelamente, entre 1951 e 1955, dirigiu o jornal *O Norte*.

Novamente, pela Coligação Democrática Paraibana, elegeu-se deputado federal, em outubro de 1954. Em abril de 1957, foi vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Após 1964, foi nomeado, pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente do Conselho Consultivo das Caixas Econômicas Federais pelo novo Presidente da República. A partir do Ato Institucional nº 2 e da posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em 1974, foi indicado por Ernesto Geisel a candidato ao governo da Paraíba, nas eleições indiretas que se realizariam em setembro daquele ano, tomando posse em março do ano seguinte. Em agosto de 1978, deixou o governo do estado, afastou-se da política e aposentou-se como fiscal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Bichara foi ainda catedrático de Direito Internacional na Paraíba, membro da Associação Paraibana de Imprensa e da Academia Paraibana de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), a 11 de junho de 1998.

BRUNO, Ernani da Silva (1912-1986)
(Câmara dos Quatrocentos; Secretário Nacional de Doutrina e Estudos)

Advogado, jornalista e historiador, nasceu em Curitiba (PR), em 1912. Mudou-se, em 1925, para São Paulo. A 1937, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a fim de agradar o pai e obter um diploma superior, mas não gostava da profissão.

Nos anos 1930 e 1940, escrevia com o pseudônimo “O Cosme Velho” no *Jornal da Manhã*. Para além de sua participação no Secretariado e na Câmara, atuou também nos jornais *Ação* e *A Offensiva*. Após o declínio da AIB e sem ocultar a manutenção de sua proximidade com os antigos ideais, Bruno colaborou em vários periódicos, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Diário da Manhã*, escrevendo sobre literatura e história, de 1938 a 1962.

Os artigos escritos, especificamente entre 1960 e 1962 para o *Diário de S. Paulo* foram posteriormente reelaborados para a obra *Viagem ao país dos paulistas*, que lhe rendeu o prêmio Otávio Tarquínio de Souza. Em 1970, dirigiu o Museu da Casa Brasileira; treze anos depois, passou a ocupar a 17ª cadeira da Academia Paulista de Letras. Faleceu em São Paulo (SP), em 1986.

BUZAIDE, Alfredo
(Câmara dos Quatrocentos)

Em 1934, o advogado esteve entre os candidatos à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo, sendo eleito e proclamado pelo Tribunal Regional em 1935. Durante o Governo Médici (1969-1974), foi Ministro da Justiça.

C

CABOCLO, Júlio Ferreira (1901-1969)
(Câmara dos Quatrocentos)

Escritor, jornalista e professor. Um dos fundadores do Núcleo Integralista de Nova Friburgo (RJ), de importante atuação política na cidade, sendo o primeiro e único vereador eleito pela AIB no município para o biênio de 1936 a 1938.

Natural de Manaus (AM), nascido no dia 25 de dezembro de 1901. Iniciou os estudos a 1910 no ginásio amazonense Dom Pedro II, cursando a escola normal e a de comércio. Formou-se bacharel em Ciências e Letras, e cursou a Faculdade de Direito. Ainda em sua juventude, exerceu alguns cargos na imprensa oficial do Amazonas e na Biblioteca Pública do estado. Foi editor, colunista e cronista de diversos veículos de imprensa nas cidades em que viveu e trabalhou – suas matérias tratavam de questões políticas, nacionalistas, bem como da tradição moral e cristã.

Sua primeira participação política registrada corresponde a seu envolvimento com o movimento denominado Reação Republicana, que representou um confronto entre os estados maiores e intermediários em torno da sucessão presidencial de 1922. Nele, se aglutinaram outras forças políticas regionais que apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha para a presidência da República em oposição aos governos de Minas Gerais e São Paulo, que defendiam Arthur Bernardes.

Em meados de 1922, Ferreira Caboclo partiu para o Rio de Janeiro e iniciou seus trabalhos de docente no Colégio Ítalo-Brasileiro, em Santo Antônio de Pádua (RJ). Após breve período, transferiu-se para o município de Leopoldina (MG), onde passou a lecionar no Ginásio Leopoldinense e no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

Em Minas Gerais, dividia seu tempo entre a docência e o jornalismo. Em 1924, redigiu o jornal *A Razão*, de ferrenha oposição ao governo de Arthur Bernardes. Assim, por ter discursado e redigido artigos que denunciavam seu governo, Caboclo foi encarcerado na Casa de Correção de São Paulo.

Em meados da década de 1930, fixou-se com a família na região serrana de Nova Friburgo (RJ), lecionando no Colégio Modelo, principal instituição de ensino da cidade, como professor de Filosofia, História do Brasil, Cosmografia, Língua Portuguesa e História da Civilização. Em 1937, integrou a *Schul-Und Kirchenverein* (Sociedade Alemã de Escola e Culto), referência para as famílias teuto-brasileiras ali fixadas. Naquele contexto, estreitou relações com a sociedade germânica, materializando-se em textos escritos a favor do ideário germânico.

Sua adesão ao integralismo data de 1934, participando desde o início do Núcleo de Friburgo, com uma trajetória sólida. A 1937 foi nomeado Chefe Municipal e Governador da 6ª Região da Província do Estado do Rio. Naquele mesmo ano, foi Chefe Provincial do Alagoas, ainda que seu exercício tenha sido de duração efêmera.

Com a instauração do Estado Novo, foi detido em dezembro de 1937, com outros duzentos camisas-verdes, acusados de articulação de um movimento armado contra o Governo Central. Contudo, ao declarar que a denúncia não foi comprovada, Caboclo foi solto em janeiro de janeiro de 1938, no estado do Alagoas. Ainda naquele ano, retornou para Minas Gerais e esteve sob vigilância do Departamento de Ordem Pública e Social do estado em decorrência dos acontecimentos na capital em maio do referido ano.

Posteriormente, mudou-se para a capital paulista, exercendo atividades administrativas na Rádio Difusora de São Paulo. Ainda monitorado pela polícia política mineira, foi novamente preso sob a acusação de ser um elemento do extinto partido integralista. Na Casa

de Detenção de Belo Horizonte (MG) e passados dezessete dias do ocorrido, sua prisão foi revogada em janeiro de 1939.

Na década de 1940, retornou ao magistério lecionando em Petrópolis (RJ) e na capital. A partir de 1946, retomou os escritos políticos, na imprensa do PRP, sendo um dos principais colaboradores do jornal *A Marcha*. Por fim, nos anos 1960, foi funcionário do Ministério da Agricultura, como escriturário. Trabalhou também como chefe de arquivo d'*O Jornal* e dirigiu uma biblioteca no centro do Rio de Janeiro.

Faleceu em 3 de julho de 1969, no Rio de Janeiro (RJ). Refiro que, desde 2012, é homenageado como Patrono da Cadeira nº 19 da Academia Leopoldinense de Letras e Artes.

CAMARGO, Antônio Pompeu de (Câmara dos Quatrocentos)

Chefe local da Organização Nacional *Dopolavoro*, vinculado ao Fascio Italiano no estado de São Paulo. Publicou, em 1935, a obra *Por que é que sou integralista* e cumpriu a função de Secretário de Finanças.

De acordo com seu prontuário do DOPS-SP, após a AIB ser posta em ilegalidade, Camargo permaneceu próximo a Miguel Reale, Américo Matrangola, Emanuel Bianchi e Apinolo Lopes Casale. Além disso, mantinha contato com o Ministro das Relações Exteriores da Espanha franquista, José Serrano Súñer.

CÂNDIDO, João (1880-1969) (Câmara dos Quatrocentos)

Figura do movimento negro brasileiro, João Cândido Felisberto foi líder da Revolta da Chibata (1910). Nasceu em Encruzilhada do Sul (RS), no dia 24 de junho de 1880, filho de João Felisberto Cândido e Inácia Felisberto, que foram escravizados.

Segundo seu próprio depoimento, ainda quando menor de idade, lutou na Revolução Federalista, em 1893, sob o comando do General Pinheiro Machado. Apresentou-se, em seguida, na Companhia de Artífices Militares e Menores Aprendizes, no Arsenal de Guerra de Porto Alegre (RS), com uma recomendação do capitão de fragata e futuro ministro da marinha, Alexandrino de Alencar. Alistou-se na Marinha do Brasil a 1894 e, no ano seguinte, ingressou como grumete no Quartel de Villegagnon, no Rio de Janeiro (RJ).

Assim, entre a Escola de Aprendizes no Rio Grande do Sul e a vida na Marinha, aprendeu a ler, escrever e operar diversas técnicas de navegação. Vale mencionar que a utilização da chibata como castigo na organização havia sido abolida em 1889, sendo um dos primeiros atos legais do regime republicano – na prática, a punição continuava a ser aplicada. Desse modo, iniciou-se um movimento com vistas a tomar uma atitude mais efetiva no sentido de acabar com tal punição.

Sob a liderança de João Cândido formou-se um o Comitê Geral da Revolução. Após falhas tentativas pacíficas e uma audiência de Cândido no gabinete do Presidente Nilo Peçanha, um motim foi realizado em 25 de novembro de 1910. Os rebeldes assumiram o comando do Minas Gerais, e logo as tripulações dos navios de guerra São Paulo, Bahia e Deodoro imediatamente aderiram ao levante. Como desfecho, o governo federal prometeu abolir o uso da chibata na Marinha e conceder anistia aos rebelados.

De meados da década de 1910 a 1930, Cândido viveu em condições precárias, repetidamente aprisionado e absolvido. Em 1933, a convite do Chefe Nacional, aderiu à Ação Integralista, chegando a ser o líder do núcleo integralista da Gamboa, no Rio de Janeiro. Findos os dias de partidário do Sigma, sem conseguir reingressar na Marinha, recolheu-se no município de São João de Meriti (RJ), na Baixada Fluminense. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1969.

CARDOSO, Celestino
(Câmara dos Quatrocentos)

João Celestino Cardoso foi um dos remanescentes da primeira geração que integraram as fileiras do PRP. Naquele contexto, foi membro do Conselho Político do Partido no Rio Grande do Sul, cooperando com o desenvolvimento de estratégias para as eleições estaduais de outubro de 1950.

CARNEIRO, Carloman
(Câmara dos Quatrocentos)

De 1934 a 1935, exerceu o cargo de Secretário de Organização Política, na Província de Alagoas.

CARO, Silvério Del (1906-1984)
(Câmara dos Quatrocentos)

Natural da cidade de Ibirajú (ES), nasceu em 20 de junho de 1906 e faleceu em Cavalinhos (ES), em 8 de novembro de 1984. Assim como considerável parcela de notáveis das Cortes do Sigma, filiou-se ao PRP.

Pelo partido, no pleito de outubro de 1954, elegeu-se suplente de Atílio Vivacqua. Na mesma eleição, foi sufragado senador pelo Espírito Santo, na legenda da coligação do PRP com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Republicano (PR), o Partido Rural Trabalhista (PRT) e o Partido Social Democrático (PSD).

Após Vivacqua assumir o mandato em fevereiro de 1955, Del Caro só foi ocupar a cadeira entre agosto e outubro de 1960. Com a morte do titular em fevereiro do ano seguinte, Del Caro concluiu seu mandato, até janeiro de 1963. Concomitantemente, em 1961, foi suplente da Comissão de Economia do Senado.

No pleito de outubro de 1962, foi novamente suplente, dessa vez do senador capixaba Raul Giuberti. Por fim, concorreu às eleições pela Coligação Democrática, formada pelo PRP, PTB, União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Progressista (PSP) e Partido Democrata Cristão (PDC). Finalmente, deixou a cadeira de senador ao final do mandato, na legislatura seguinte só retornou ao Senado no período de julho a agosto de 1964.

CASTRO, Orlando Ribeiro de
(Câmara dos Quatrocentos; Procuradoria Nacional)

Advogado. Atuou na chefia do Departamento Nacional, Eleitoral e Sindical, no Secretariado de Organização Política no Paraná, na Procuradoria Nacional e na Câmara dos Quatrocentos.

CAVALCANTI, Edmundo
(Câmara dos Quatrocentos)

Nomeado, pelo próprio Chefe Nacional, governador da região de Corumbá, da Província do Mato Grosso, pouco após sua instalação.

CEARÁ, Ubirajara Índio do (1912-1979)
(Chefe Provincial do Ceará)

Nasceu na cidade de Quixadá (CE), em 1912. Estudou no Liceu do Ceará e ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se no ano de 1932. Em um primeiro momento, trabalhou como professor.

Antes disso, em 1929, enquanto estudante, integrou a União dos Moços Católicos (UMC), organizando e presidindo uma seção da União, o Centro Jackson de Figueiredo.

Ao lado de Severino Sombra e Jeová Motta, foi relevante figura na criação da Legião Cearense do Trabalho (LCT), substituindo, como chefe interino, Sombra frente à Legião, quando, em 1932, este foi exilado em Portugal por apoiar os constitucionalistas de São Paulo. Posteriormente, a LCT foi chefiada pelo triunvirato: João França Ferreira, Jeová Motta e Ubirajara Índio do Ceará.

Entre 1933 e 1935, foi auxiliar e fiscal da Inspetoria do Trabalho em seu estado. Nesse contexto, juntamente a Mota e ao Padre Helder Câmara, atuou na Associação da Legião à recém-fundada AIB. Ao pertencer aos quadros do Sigma, foi eleito, a 1934, deputado estadual, exercendo mandato até 1937. Além disso, foi redator do periódico *A Razão*, em Fortaleza (CE).

Findos os dias da AIB e até meados da década de 1960, atuou nos quadros da Justiça do Trabalho nos estados de Piauí, Pará e Ceará, com o cargo de procurador. Faleceu na cidade de Fortaleza (CE), em março de 1979.

CELESTINO, Agnaldo Alves

(Chefe Arqui-Provincial da 3ª Circunscrição Nacional; Chefe Provincial do Sergipe)

Chefe Provincial do estado do Sergipe, nomeado em 1934 e exonerado em 1937, sendo elogiado pelos serviços prestados para assumir a posição de Arqui-Provincial. Registro que o chefe policial, Brigadeiro Agnaldo Celestino, era amigo de Gustavo Barroso e, através dele, chegava a forte influência barrosiana em Sergipe.

Foi partícipe da alegada conspiração integralista em Alagoas, desarticulada no mês de outubro de 1936. Findos os dias da AIB, e na década de 1940, o então tenente não se desvencilhou dos princípios políticos integralistas, além de posicionar-se favorável ao Eixo e à vitória da Alemanha. Naquele contexto, junto a outros partidários remanescentes, passou por um inquérito policial instaurado no Departamento de Segurança Pública de Sergipe, em setembro de 1942, contra brasileiros acusados de exercerem o integralismo no estado ou de serem simpatizantes das ideias nazifascistas.

CERQUEIRA, Joaquim

(Câmara dos Quatrocentos)

Partidário do Núcleo de Ilhéus (BA), esteve entre os processados pelo Tribunal de Segurança Nacional por seu envolvimento em compra de armamentos.

CHAGAS, Cherubim

(Câmara dos Quatrocentos)

Conhecido por sua administração na Província do Mato Grosso. Designado por Salgado, em 1934, como um dos governadores da primeira região administrativa dessa Província, sediada em Campo Grande (MS, atualmente), ao lado de Affonso de Carvalho e Antônio Menna Gonçalves.

CHAVES, Franklin (1908-?)

(Câmara dos Quatrocentos)

Filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e Dulcinéia Gondim Chaves, Franklin Gondim Chaves nasceu no dia 10 de fevereiro de 1908, em Fortaleza (CE). Aos vinte anos de idade, em 1928, fundou no município de Limoeiro (CE) o Círculo dos Operários e

Trabalhadores Católicos São José, vinculado à União dos Moços Católicos e Liga Eleitoral Católica.

Descende de uma família tradicionalmente envolvida na dinâmica política de Limoeiro, que remontava a tempos anteriores à criação do próprio município, em fins do século XIX, a trajetória política de Gondim Chaves se iniciou com sua militância na AIB. Além de Chefe Municipal de sua cidade, foi eleito, em 1936, vereador pela legenda dos camisas-verdes.

Membro do Conselho Provincial, presidido por Jeová Motta, e do qual tomavam parte importantes dirigentes do interior do estado. A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, presidiu o chamado Departamento Administrativo, órgão municipal que substituiu a Câmara Municipal.

Após o fechamento da AIB, se desligou do movimento e recusou o convite do antigo Chefe Nacional para integrar o PRP. No entanto, seguiu com a carreira política: após 1945, filiou-se ao PSD e elegeu-se várias vezes deputado estadual, de 1947 a 1958, e em 1966 e 1970, pela Arena.

CINTRA, Paulo Paulista de Ulhôa
(Câmara dos Quatrocentos)

Anteriormente à sua militância na AIB, foi delegado de polícia em Santo André, um bairro do município de São Bernardo (SP). Quando integrou as fileiras do Sigma, foi Chefe Municipal do Núcleo de São Bernardo. Naquele contexto, também foi secretário do periódico dirigido e editado por Miguel Reale, *Acção*; além de ter sido candidato à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo em 1934, eleito e proclamado pelo Tribunal Regional no ano seguinte e possuir um escritório de advocacia próximo à Praça da Sé.

COCHRANE, Fernando
(Câmara dos Quatrocentos)

Capitão de Mar e Guerra, um dos camisas-verdes que integravam as fileiras superiores do Exército. Em 1938, foi apontado pelo inquérito policial, enviado ao Tribunal de Segurança Nacional, como um dos responsáveis pelo Levante, ao lado de Belmiro de Lima Valverde, Raymundo Barbosa Lima, Francisco Caruso Gomes e Plínio Salgado. Após 1945, permaneceu ao lado do antigo Chefe Nacional, presidindo o primeiro Diretório Nacional do PRP.

COLA, José
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe do Núcleo de Castelo (ES). Ao lado de Arquilão Vivacqua, foi um dos vereadores eleitos pela AIB no município que chefiava, nas eleições de 1935 e 1936. Também um dos detidos pelo Departamento de Ordem Política e Social do estado do Espírito Santo (DOPS-ES), a partir de maio de 1938.

CONTRUCCI, Zeferino
(Câmara dos Quatrocentos)

Após a extinção da AIB e a posterior fundação do PRP, Contrucci permaneceu entre os remanescentes da primeira geração de camisas-verdes que se filiaram ao partido. Após exercer altos cargos no Banco do Brasil, assumiu a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, em meados de 1960, e permanecendo até o final do governo Kubitschek, em 1961.

CORBISIER, Roland Cavalcante de Albuquerque (?-2005)
(Câmara dos Quatrocentos)

Natural de São Paulo (SP), seu pai tinha origem francesa e a mãe, carioca. Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, participou da SEP e, mais tarde, foi eleito e proclamado para a Assembleia Constituinte de São Paulo pelo Tribunal Regional, em julho de 1935.

Após o fim do integralismo, não aderiu ao PRP, e menciona, contudo, sua participação do segundo comício da União de Resistência Nacional (URN), em novembro de 1945, em São Miguel Paulista (SP) – sua presença e fala foram registradas em um prontuário do DOPS paulista.

Em 1955, foi um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujas atividades iniciaram-se durante o governo JK. A bibliografia registra ainda sua militância no PTB e sua conversão à esquerda, no Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Sua irmã, Margarida Corbisier, permaneceu ao lado do antigo Chefe, sendo uma das principais lideranças femininas no PRP. Faleceu no ano de 2005.

CORDULA, Belísio
(Câmara dos Quatrocentos)

Natural de Pernambuco, chefe do movimento no município de Caruaru (PE). Foi também, em 1937, Governador Interino da 6ª Região da Província de Pernambuco quando a sede se localizava, provisoriamente, na cidade de Pesqueira (PE).

CORREIA, Carlos Astrogildo
(Câmara dos Quatrocentos)

Conhecido por, ao lado de Raimundo Padilha, atuar na tentativa de estabelecer uma linha de colaboração entre os partidários do Sigma e o esforço de guerra fascista durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, havia um plano do próprio Padilha enviar a Natal (RN) Astrogildo Correa, oficial da reserva de confiança, que traria consigo informações sobre as bases e movimentação das tropas americanas.

COSTA, Joaquim Vaz da (1886-1972)
(Câmara dos Quatrocentos)

Escritor, jornalista, magistrado e professor, nasceu em São Raimundo Nonato (PI), a 28 de julho de 1886. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife (PE). Atuou como promotor público em Amarante (PI) e juiz de direito em São João do Piauí (PI).

Destaco sua liderança na Revolução de 1930, em seu estado natal. Foi também um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí e professor catedrático de Direito Civil. Faleceu em Teresina (PI), em 13 de janeiro de 1972.

CRISCI, Carlos
(Câmara dos Quatrocentos)

Um dos descendentes italianos presentes na cúpula do integralismo. Líder do movimento “camisas-pretas” em São Paulo, um dos grupos absorvidos pela AIB. Candidatou-se, em 1934, a deputado estadual e à Assembleia Constituinte de São Paulo. Em 1935, foi eleito e proclamado pelo Tribunal Regional para a Assembleia. Em meados dos anos 1940, esteve entre os dirigentes e militantes postos sob observação do DOPS-SP.

D

DANTAS, Francisco Clementino San Thiago (1911-1964) (Conselho Jurídico; Secretário Nacional de Imprensa)

Advogado, jornalista e professor, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1911. Em 1928, ingressou na então Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, concluindo o curso a 1932.

Após ativa participação na AIB, em órgãos como conselhos e secretarias nacionais, revelou-se apenas um “admirador da figura intelectual de Plínio Salgado” e, ao rememorar sua passagem nas fileiras do Sigma, nota-se certa ambiguidade em suas palavras. Exemplificando, em resposta ao questionamento de um repórter do periódico oficial do PRP, *A Marcha*, e afirmou: “jamais poderia fechar os olhos para o meu passado, mas jamais o imitaria ou ficaria limitado a ele”¹²⁹.

Assumiu a cátedra de direito civil na Faculdade Nacional de Direito, em 1940. Após seu afastamento da AIB, entre 1945 e 1946, trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. A 1949, assumiu a vice-presidência da refinaria de petróleo de Mangunhos, cargo no qual permaneceu durante nove anos.

Além disso, atuou como assessor pessoal de Vargas durante seu segundo governo (1951-1954), contribuindo na preparação do anteprojeto de criação da Petrobras e do projeto de criação da rede ferroviária federal.

No ano de 1955, retomou a vida política pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo eleito deputado federal por Minas Gerais em 1958 e candidato a vice-governador do estado dois anos depois. Foi nomeado, por Jânio Quadros, embaixador do Brasil nas Organizações das Nações Unidas, em 1961. Contudo, não assumiu o cargo em razão da renúncia do então presidente.

Durante o governo João Goulart, foi Ministro das Relações Exteriores, até 1962. Naquele ano, foi premiado com o título de Intelectual do Ano pela União Brasileira de Escritores e reeleito deputado federal.

Por fim, entre janeiro e junho de 1963, exerceu o cargo de Ministro da Fazenda e retornou à sua cadeira na Câmara. Após o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados.

Entre suas principais obras estão *Humanismo e direito* (1947), *Dois momentos de Rui Barbosa* (1950), *A educação jurídica e a crise brasileira* (1955), *Política externa independente* (1952), dentre outras. Faleceu em sua cidade natal, em 6 de setembro de 1964.

DANTAS, Marcos de Sousa (1895-?) (Câmara dos Quarenta)

Nasceu em 1895, filho de Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, fundador do Jornal do Brasil, deputado federal e Ministro do Império; neto de Manuel Pinto de Sousa Dantas, senador, Ministro no Império da Agricultura, da Justiça, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, além de Presidente do Conselho dos Ministros.

Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, entrou, em 1921, para o Banco do Brasil, sendo nomeado oito anos mais tarde como Diretor-Superintendente do Banco do Estado de São Paulo. Na pós-Revolução de 1930, cumpriu o cargo de Secretário da Fazenda pelo estado de São Paulo.

A 1931, foi um dos fundadores criadores do Conselho Nacional de Café. Naquele mesmo ano, retirou-se da Secretaria da Fazenda e passou a ocupar o cargo de Diretor-

¹²⁹ *A Marcha*, 19-07-1963 *apud* CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 60.

Superintendente da Tecelagem Ítalo-Brasileira. No ano seguinte, assumiu a presidência do Conselho Nacional do Café.

Em 1934, foi Diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil. Embora pertencesse à AIB, Sousa Dantas permaneceu ligado ao Governo Vargas mesmo após o Estado Novo e a dissolução de seu partido. Integrou a Comitiva de Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, a fim de tentar sanar resolver problemas cambiais entre países. Por fim, em 1953 assumiu a presidência do Banco do Brasil, e posteriormente à morte de Vargas, demitiu-se do cargo.

D'EÇA, Othon Lobo da Gama (1892-1965) (Chefe Provincial de Santa Catarina)

Advogado, magistrado, poeta, novelista, crítico literário, contista, memorialista e fundador da Academia Catarinense de Letras, Othon D'Eça nasceu a 1892, em Florianópolis-SC, filho de Nuno Gama Lobo D'Eça e de Maria Luiza Crespo da Gama Lobo D'Eça, cujos antepassados pertenceram à nobreza portuguesa.

Sua formação no Ginásio Catarinense proporcionou relações pessoais que levaram às discussões literárias da década de 1910 e, por conseguinte, a proposta da fundação, em 1912, de uma Academia Catarinense de Letras, que se concretizaria oito anos depois e na qual ocuparia o cargo de presidente por quarenta anos. Naquele contexto, publicou seu primeiro livro, *Cinza e Bruma* (1918).

Fora do círculo literário, nos primeiros anos da década de 1920 atuou no estado como oficial de gabinete do Secretário do Interior e Justiça, José Boiteux, Promotor Público da Comarca de Lages, entre outros serviços públicos prestados na capital. Concluiu em 1923 o curso na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Já em meados da década de 1930, participou da criação da Faculdade de Direito de Santa Catarina; recebeu, posteriormente, o diploma de Docente Livre em Direito Público Internacional e assumiu, na Faculdade, a cadeira de Direito Comercial.

D'Eça é mencionado como um dos responsáveis, junto a Antonio Portini e Carlos Seabra, por levar a Santa Catarina, em 1934, em adição a ter sido diretor do jornal *Flamma Verde*, veiculado de 1936 a 1938. Seu desligamento da AIB, em 1937, deu-se por desentendimentos com Salgado em relação ao Estado Novo.

Em 1948, a convite do governador Aderbal Ramos da Silva, assumiu o secretariado dos Negócios da Segurança Pública. Dois anos mais tarde, se candidatou a deputado federal pelo Partido Social Democrático. Na época, colaborava com o jornal carioca *A Manhã* e orientava a página semanal *Prosa e Verso*, em *O Estado*, de Florianópolis.

Em abril de 1953, recebeu o diploma de catedrático de direito romano da Faculdade de Direito de Santa Catarina. De meados ao final da década de 1950, publicou as obras *Nuestra Señora de Asunción* (1953), *Homens e Algas* (1957), e o conto *O pica-pau* (1959), que integra a coleção *Histórias e paisagens do Brasil*.

Faleceu no ano em 7 de setembro de 1965, em sua cidade natal. Naquele mesmo ano, foi-lhe concedido *post-mortem* o título de Professor Emérito da Faculdade previamente mencionada.

DUARTE, Amazonas (1898-1979) (Câmara dos Quatrocentos)

Cleóbulo Amazonas Duarte, filho do Major Antônio Pedro Duarte e Irinéa Amazonas Duarte, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1921. Após formado, residiu em Santos (SP) e exerceu diversas atividades. Foi professor titular de História da

Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, e de Direito Penal da Faculdade Católica de Direito.

Exerceu a advocacia durante aproximadamente cinquenta anos. Quatro destes como promotor do estado, além de consultor jurídico da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo. Atuou também no jornalismo como revisor do jornal *Correio de Aracajú*, em 1921. Na cidade de Santos, dirigiu os periódicos *Gazeta Popular* e *Jornal da Noite* e colaborou com a revista *28 de Setembro*.

Na AIB, foi Chefe Municipal de São Paulo e Santos (SP). Em julho de 1935, foi um dos candidatos eleitos à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo. A 1936, foi candidato a vereador nas eleições santistas. Em janeiro de 1946, agentes do DOPS paulista registraram a participação de Duarte na Convenção Estadual do PRP, ao lado de Renato de Souza Aranha, José Loureiro Júnior e Ruy de Arruda.

Participou ativamente de academias e institutos, como sócio ou presidente, entre as quais Academia Sergipana de Letras, a Academia Santista de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Escritor e poeta, deixou diversas obras, como *Pan e Vênus* (1971).

Ao longo de sua vida, recebeu diferentes comendas, como o Mérito Cultural Rui Barbosa, Diploma Medalha de Amigo da Marinha e a Medalha Príncipe Albert, concedida pelo principado de Mônaco. Em 1963, foi-lhe conferido o título de Cidadão Santista. Faleceu em fevereiro de 1979.

DUTRA, Herberto

(Chefe Arqui-Provincial da 5ª Circunscrição Nacional)

Advogado, um dos fundadores do núcleo dos camisas-verdes na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em outubro do ano de 1934. Três anos mais tarde, foi designado Arqui-Provincial da 5ª Circunscrição Nacional, sediada na capital federal.

F

FAJARDO, Abelardo

(Câmara dos Quatrocentos)

Um dos primeiros integralistas de Belo Horizonte (MG), cuja atuação é relatada desde os primeiros meses do ano de 1934. Responsável por criar a Comissão Organizadora Municipal e por cumprir, naquele momento, o cargo de Chefe Provincial.

FERRAZ, Oswaldo Miranda

(Conselho Jurídico)

Advogado e colaborador da revista *Anauê!*

FERREIRA, Maria Telles

(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe do Departamento Provincial Feminino da Guanabara (RJ), em 1935.

FILHO, Arthur Thompson (1893-?)

(Câmara dos Quarenta)

Nascido em outubro de 1893, de família espírita, foi engenheiro da Central do Brasil, brigadeiro da milícia integralista até sua extinção. Além de membro da Câmara dos Quarenta,

foi um dos fundadores do primeiro núcleo no Rio de Janeiro, em 1933, ao lado de importantes dirigentes, como Belmiro Valverde. Por fim, pontuo sua relevante participação na revista *Anauê!*, como diretor artístico e um de seus poucos desenhistas, assinando, ao menos, seis capas do periódico.

FILHO, Cecy.

(Câmara dos Quatrocentos)

João Cecy Filho exerceu o cargo de diretor da revista integralista *Brasil Novo*. Além disso, seu nome consta entre os envolvidos, pegos em flagrante, na tentativa de golpe em março de 1938. Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional e preso em Curitiba (PR).

FINKENAUER, Oldemar

(Câmara dos Quatrocentos)

Registra-se sua participação desde os primeiros momentos do funcionamento do Núcleo de Petrópolis (RJ), em 1933. Compôs o triunvirato que primeiro chefiou o movimento: Raymundo Padilha, como Chefe Municipal; Flávio Maciel, como secretário; Oldemar Finkenauer, como tesoureiro.

FLEURY, José (1913-?)

(Câmara dos Quatrocentos)

Nasceu em Goiás, antiga capital do estado de Goiás, no dia 26 de setembro de 1913. Ingressou na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro (RJ), pela qual se formou, em 1938, especializando-se em cirurgia geral.

De volta a seu estado natal, dirigiu a Santa Casa de Goiânia e, no pleito de 1946, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa de Goiás, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Quatro anos mais tarde, elegeu-se deputado federal por seu estado, deixando, assim, a Assembleia Estadual em janeiro de 1951 para assumir, no mês seguinte, uma cadeira na Câmara dos Deputados. Cumpriu o mandato até janeiro de 1955, ocupando a liderança da bancada goiana da UDN.

A 1960, candidatou-se vice-governador, ao lado de José Ludovico de Almeida, que buscava sua reeleição pela coligação formada pelo Partido Social Progressista (PSP) e pela UDN. No entanto, foram derrotados.

Em 1965, cumpriu o cargo de Secretário de Justiça, durante a interventoria do Marechal Emílio Ribas Júnior. Após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, Fleury filiou-se à Aliança Renovadora Nacional, em cuja legenda candidatou-se ao senado nas eleições de novembro de 1966. Novamente, foi vencido.

Entre 1975 e 1979, foi Secretário do Interior e Justiça do Estado. Por fim, de 1979 a 1983, ocupou o seu último cargo público na diretoria do Banco de Desenvolvimento de Goiás.

FLEURY, Virgílio Guade

(Câmara dos Quatrocentos)

Menciono apenas que, em meados dos anos 1930, era acadêmico da Faculdade de Direito. Naquele período, colocaram-no entre as lideranças das atividades integralistas na região Centro-Oeste, no estado de Goiás.

FLORENCE, Antônio Benedito Machado
(Chefe Provincial de São Paulo)

Antes de ingressar na AIB, foi membro do PRP e, após sua dissidência, ingressou nas fileiras do Partido Constitucionalista. De 1934 a 1937, foi nomeado deputado classista, isto é, um representante de organizações profissionais (em seu caso, da imprensa), eleito por sufrágio indireto e atuante na Assembleia Nacional Constituinte, ao lado de deputados escolhidos por sufrágio universal direto.

Findos os dias da AIB e durante o governo Vargas, foi uma das lideranças que possuíam um dossiê no DOPS-SP – em seu caso, apenas seu nome consta no prontuário. Por fim, integrou a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, que se destacava frente às demais organizações criadas pelos camisas-verdes durante do Estado Novo.

FONTAINHA, Guilherme (1887-1970)
(Câmara dos Quarenta; Conselho Nacional de Belas Artes)

Nasceu em 25 de junho de 1887, em Juiz de Fora (MG), e faleceu em 1970, no Rio de Janeiro (RJ). Após iniciar os estudos de piano Instituto Nacional de Música, na capital, transferiu-se para a Europa, onde aperfeiçoou-se em Berlim e Paris. Antes de retornar ao Brasil, apresentou-se em recitais na Alemanha, Itália e Portugal.

Em 1916, passou a residir em Porto Alegre, onde dirigiu o Conservatório de Música e fundou a Sociedade de Cultura Artística, além de fundar conservatórios em diferentes municípios do Rio Grande do Sul.

Após retornar ao Rio de Janeiro, tornou-se docente do Instituto Nacional de Música e, de 1931 a 1937, foi seu diretor. Nesse ínterim, foi membro da Câmara dos Quarenta e do Conselho Nacional de Belas Artes, desde a instituição desses órgãos nas Cortes.

Entre suas principais ações está a criação do primeiro periódico de musicologia no Brasil, a *Revista Brasileira de Música* (1934), e a publicação das obras *O Ensino do piano* (1956) e *A criança e o piano* (1968).

Após o exílio de Salgado e seu retorno, Fontainha permaneceu ao lado do Chefe, atuando no Diretório Nacional do PRP.

FORTES, Herbert Parentes
(Câmara dos Quatrocentos)

O docente da Faculdade de Filosofia e do Ginásio da Bahia, Herbert Parentes Fortes, foi acusado pelo periódico *O Imparcial* e por manifestações de alunos secundaristas de propagar discursos pró-integralistas após o partido ser extinto.

FREITAS, José Madeira de (1893-1944)
(Supremo Conselho; Vice-presidente da Câmara dos Quatrocentos)

Nasceu em Alfredo Chaves (ES), no dia 3 de abril de 1893, filho do juiz João Madeira de Freitas e de Maria Elisa Madeira de Freitas. Mudou-se, em 1910, para o Distrito Federal a fim de estudar Medicina na Faculdade de Medicina do Brasil, formando-se em 1913.

Publicou, ao longo dos anos 1920, a maior parte de sua obra: *Feira livre – antologia nacional pelo método confuso* (1923), *Contos do vigário* (1923), *Doutor Voronoff* (1926) e *Ideias em zig-zag* (1928). Mais tarde, deixou a literatura humorística para se dedicar, essencialmente, à medicina.

Assim como algumas lideranças do integralismo, era membro do Centro Dom Vital e da Sociedade de Estudos Políticos. Na AIB, ocupou cargos como Chefe do Departamento Nacional de Propaganda, Chefe Provincial na Guanabara, Redator-Chefe de *A Offensiva* e colaborador da revista *Anauê!* Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de fevereiro de 1944.

G

GALLOTTI, Antônio (1906-1986) **(Secretário Nacional das Relações com o Exterior)**

Advogado, economista e sociólogo, nasceu em Tijucas (SC), no dia 29 de agosto de 1908, filho dos imigrantes italianos Beniamino Gallotti e de Francesca Angeli Gallotti, que se estabeleceram em Santa Catarina no final do século XIX. Entre seus 14 irmãos, dois exerceram importantes cargos públicos: Francisco Benjamim Gallotti, senador por Santa Catarina entre as décadas de 1940 e 1960; e Luís Gallotti, interventor do estado de 1945 a 1946 e Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1949 a 1974.

Em 1927, Gallotti mudou-se para o Distrito Federal e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, onde fundou o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos ao lado de colegas e futuros camisas-verdes como Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Thiers Martins Moreira e Hélio Viana.

Além de seu posto de direção na AIB, colaborou em *A Offensiva* e ministrou o curso de História das Doutrinas Econômicas, inaugurado pelo Departamento de Estudos Integralistas do Distrito Federal. Concorreu também, na legenda da AIB, às eleições de outubro de 1934.

De 1956 a 1974, exerceu a presidência da *Brazilian Traction, Light and Power Company*, companhia na qual atuava desde meados de 1930. Em meados da década de 1960, autorizou a *Light* a contribuir mensalmente com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Em dezembro de 1973, foi eleito pela *Visão* O Homem de Visão do Ano, homenagem concedida anualmente pela revista àquele considerado o grande nome da área empresarial. Na época, Gallotti, além de presidente da *Light*, Serviços de Eletricidade S.A., era vice-presidente da Brascan Ltda., o maior investidor estrangeiro no Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de dezembro de 1986.

GAMA, Alcebiades Delamare Nogueira da (1888-1951) **(Presidente do Conselho Jurídico)**

Filho do professor Lamartine Delamare Nogueira da Gama, fundador do Ginásio Nogueira da Gama, Alcebiades Delamare Nogueira da Gama nasceu em São Paulo, em 1888. No ano de 1910, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo; sete anos depois, doutorou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro e foi nomeado o primeiro promotor público da capital paulista.

A 1919, tornou-se professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade na qual constituiu renomado escritório de advocacia. Nos primeiros anos da década de 1920, disputou a eleição para Intendente do Conselho de Intendência da Capital Federal pelo 1º Distrito do Rio de Janeiro, sem sucesso. No entanto, por Decreto do Presidente Epitácio Pessoa, foi nomeado Fiscal dos Bancos do Rio de Janeiro e, logo depois, promovido a Subinspetor Geral de Bancos.

Desde esse período, teve atuação ativa em movimentos de cunho nacionalista e católico, sendo um dos sócios fundadores do Centro Dom Vital, em 1922. A partir de 1930, vinculou-se à Ação Imperial Patrionovista e posteriormente ao integralismo, sendo nomeado Presidente do Conselho Jurídico, em 1937. Por fim, fez parte Diretório Nacional do PRP, nos anos 1940. Faleceu em 1951, no Rio de Janeiro, capital da República.

GASPARINI, Américo.
(Câmara dos Quatrocentos)

Secretário Provincial de Finanças da Província de Minas Gerais, sem uma data exata.

GIORGI, Mário
(Câmara dos Quatrocentos)

Assim como Miguel Reale, Eduardo Graziani, Francisco Stella e Carlos Crisci, foi um dos descendentes italianos presentes na cúpula do integralismo. Em julho de 1935, foi um dos candidatos à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo eleitos e proclamados.

GOMES, Cassiano
(Câmara dos Quarenta)

Cumpriu a função de gerente do jornal carioca *A Offensiva*, lançado em maio de 1934 e extinto em março de 1938.

GONZAGA, Sálvio de Sá
(Câmara dos Quatrocentos)

Desembargador e advogado catarinense, é retratado, sem aprofundamento, como muito religioso e que possuía antecedentes de envolvimento político.

GRAÇA, Arnóbio de Souza (1910-1962)
(Câmara dos Quatrocentos)

Advogado, economista autodidata e sociólogo, nasceu em Viçosa (AL), em 29 de junho de 1910, e faleceu no ano de 1962, na cidade de Recife (PE). Desde sua juventude, entre fins dos anos 1920 até início de 1960, foi colaborador em periódicos como *Gazeta de Alagoas*, *Jornal de Alagoas* e *Diário de Pernambuco*, bem como de revistas especializadas em filosofia, ciência, história e literatura.

Bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife (PE) e atuou nas fileiras do Sigma em seu estado natal. Eleito, em 1936, vereador suplente pela capital, assumindo a vaga deixada por Gilberto Osório.

No final dos anos 1950, na Universidade Federal de Pernambuco, Graça regeu as cadeiras de Economia Política, História das Doutrinas Econômicas e Filosofia do Direito, nas Faculdades de Direito, Ciências Econômicas e Filosofia. Foi também membro do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Associação Latino-Americana de Sociologia.

GRAZIANO, Eduardo
(Câmara dos Quatrocentos)

Médico e descendente italiano, também é citado com a grafia Eduardo Graziani. Atuou no estado de São Paulo, foi gerente e encarregado do setor de finanças do jornal *Ação* durante quase toda sua existência, até 14 de janeiro de 1938. Entre 1934 e 1935, foi um dos candidatos eleitos à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo.

GREENDWALDT, Ricardo (?-1937)
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Municipal e Presidente da Câmara dos Vereadores de Jaraguá do Sul (SC). Preso em meados de 1935 por não cumprir uma portaria que proibia reuniões e desfiles dos integralistas e por incentivar o boicote a uma casa comercial – tal portaria, no entanto, foi

revogada pelo Tribunal Regional Eleitoral em agosto do mesmo ano. Dois anos mais tarde, pouco após ser nomeado para a Câmara dos Quatrocentos, Greendwaldt (ou Gruenwaldt) foi alvejado com quatro tiros pelo delegado de polícia Eucário de Almeida em um conflito com as autoridades públicas.

GRUBBE, Ottomar Rodolpho
(Câmara dos Quatrocentos)

Considerado um dos mentores do Levante em março de 1938 ocorrido em Santa Catarina. Foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional e sentenciado à pena de quatro anos de reclusão.

GUATIMOZIM, Gil
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Provincial Interino da Província de Minas Gerais e Chefe Municipal de Belo Horizonte (MG) entre os anos de 1935 e 1936.

GUERRA, Otto
(Câmara dos Quatrocentos)

Um dos estudantes autores do *Manifesto de Recife*, publicado no *Diário de Pernambuco* em novembro de 1932, em apoio ao *Manifesto de Outubro* da AIB, lançado no mês anterior. Notório por sua atuação no Rio Grande do Norte, especialmente na capital, esteve entre seus principais líderes e intelectuais católicos leigos. De 1935 a 1952, editou o periódico *A Ordem*. Além disso, chefiou o setor masculino da Ação Católica no Rio Grande do Norte.

H

HERMES, João Severiano Fonseca
(Câmara dos Quarenta)

Registro que, em meados de 1937, o diplomata e camisa-verde Fonseca Hermes dirigiu-se a Roma como portador de uma mensagem supostamente confidencial para o *Duce*. Antes disso, enquanto estava em Paris, Fonseca Hermes contactou a Embaixada Italiana e revelou-lhes o objetivo de sua missão: segundo ele, os integralistas buscavam garantias do apoio e da assessoria italianos à sua causa, especialmente para a extensão do Sigma aos países sul-americanos, além de atualizá-los acerca das atividades desenvolvidas no Brasil.

Nesse sentido, fixou a contribuição financeira na soma de cinco milhões de liras, que seriam retribuídas com a promessa de que, uma vez os integralistas no poder, estariam dispostos a fazer concessões à Itália dentro dos limites delineados pela honra do país.

J

JAPIASSU, Paulo
(Câmara dos Quatrocentos)

Assumi, em 1936, a Chefia Municipal de Juiz de Fora (MG). Até esse momento, ocupara o cargo de Secretário Municipal de Imprensa. Findos os dias da AIB, filiou-se ao PRP.

JOSETTI, Rodolfo (1888-1946)**(Secretário Nacional de Cultura Artística; Supremo Conselho)**

Nasceu em Porto Alegre (RS), em 7 de setembro de 1888. Médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Em adição, como musicólogo e violinista, cumpriu a função de Presidente da Sociedade de Cultura Artística do Rio de Janeiro e Fundador da Cadeira n. 39 da Academia Brasileira de Música.

Nas fileiras do Sigma, atuou nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Após a instauração do Estado Novo, não teve carreira político-partidária. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), a 25 de março de 1946.

JÚNIOR, Lastênio Calmon**(Câmara dos Quatrocentos)**

Chefe do núcleo de Pau-Gigante (ES). Eleito vereador do município em 1936. Nesse mesmo ano, esteve entre os camisas-verdes detidos por uma contenda entre estes e policiais às vésperas da comemoração do dia da Pátria.

JÚNIOR, Sinfrônio Broch**(Câmara dos Quatrocentos)**

Engenheiro mineiro notório pela construção da Igreja Matriz Coração de Jesus, em 1932, no município de Virginópolis (MG).

L**LACERDA, Oldemar (?-1945)****(Câmara dos Quatrocentos)**

Oldemar Maria Lacerda conhecido por, juntamente com Jacinto Guimarães, ser apontado como autor da falsificação das cartas ofensivas aos militares atribuídas a Artur Bernardes e publicadas no *Correio da Manhã*, em outubro de 1921. Faleceu em São Luís (MA), no dia 22 de abril de 1945.

LACERDA, Serafim**(Câmara dos Quatrocentos)**

Foi docente do Instituto Padre Machado, na cidade de São João del Rei (MG). A partir de janeiro de 1937, assumiu a chefia do Núcleo de Campina Grande (PB). Naquele período, também dirigiu a escola integralista Dom Vital, destinada ao ensino primário e instalada em seu Núcleo. Esteve entre os processados e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 1939, no Rio de Janeiro, por distribuir boletins subversivos junto a dois outros integralistas, Luiz Gonzaga Marques e Jader Araújo.

LAMEGO, Alberto**(Câmara dos Quatrocentos)**

Formado em Geologia na cidade de Londres (UK), dedicou-se a escrever diversas obras sobre Geografia Humana. Um dos primeiros militantes de Niterói (RJ), foi nomeado, em 1933, membro do Departamento de Estudos e Secretário Geral dessa Província ao lado de

Thiers M. Moreira, o então Chefe Provincial. Ademais, compôs a Grande Comissão do Congresso de Vitória (1934).

LANARI, Amaro (1886-1968)
(Câmara dos Quarenta)

Filho de Cassio Umberto Lanari e Maria Coleta da Silveira Lanari, nasceu em Buenos Aires (ARG), em 10 de janeiro de 1886. Seus primeiros anos escolares foram passados no Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo (MG); depois, transferindo-se para Ouro Preto (MG), estudou no Colégio Mineiro e, mais tarde, ingressou na Escola de Minas, formando-se engenheiro em 1909.

Foi, em seguida, nomeado Engenheiro do Estado. A 1912, deixou o cargo para, à frente de uma empresa particular, construir e dirigir a construção de estradas de ferro e de um ramal ferroviário nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Em 1915, após curta estadia na Europa, retornou ao Brasil disposto a instalar uma usina siderúrgica em Minas Gerais. Desse modo, associado ao coronel Sebastião Augusto de Lima e ao engenheiro Cristiano Guimarães, fundou, em 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira, instalando sua usina nas proximidades de Sabará, na região metropolitana da capital do estado.

Lanari dirigiu a empresa até dezembro de 1921, quando esta foi remodelada na atual Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. No ano seguinte, com a eleição de Raul Soares para a presidência do estado, foi nomeado Diretor de Obras Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, cargo ocupado até 1924, enquanto Soares governou Minas Gerais.

Em meados do ano de 1930, por ocasião da crise entre o governo federal e o mineiro em virtude das eleições de março, voluntariou-se para cooperar na defesa do estado, onde o governo federal concentrava tropas do Exército. Organizou, nessa conjuntura, um corpo de engenheiros para assumir o controle das estradas de ferro estaduais e dificultar a circulação de tropas federais por via férrea.

Participou também da atividade conspiratória nos meses seguintes ao afastamento da ameaça imediata de confrontação, realizando reuniões entre revolucionários civis e militares em sua residência e orientando a fabricação de armas e artefatos bélicos.

No fim de 1930, foi nomeado Secretário Estadual de Finanças enquanto empenhava-se na fundação da Legião de Outubro, ou Legião Mineira, de inspiração fascista. Após a dissolução da Legião e sua adesão às fileiras da AIB, gozava de certa proximidade com o Chefe, participando de diversas reuniões, em sua residência, no Rio de Janeiro. Após o *putsch* de maio de 1938, Lanari estava entre os detidos durante o inquérito.

De 1941 a 1943, retomou as atividades de engenheiro e dirigiu a construção de um trecho da rodovia Brasil-Bolívia. Por fim, candidatou-se ao senado por Minas Gerais na legenda da União Democrática Nacional, que estava em aliança com o PRP, mas foi derrotado. Nove anos mais tarde, foi o idealizador e presidente de honra da Fundação Gorceix, em Ouro Preto (MG), para prestar apoio à Escola de Minas daquela cidade, além de membro da Associação Brasileira de Metais e da Sociedade Mineira de Engenheiros. Em 23 de maio de 1968, faleceu no Rio de Janeiro.

LANDIM, José
(Câmara dos Quatrocentos)

Conhecido como um dos dirigentes mais importantes da Província Integralista Fluminense ao lado de seu irmão, Raul Landim. Em outubro de 1934, seu nome constava na nota oficial publicada pela Liga Eleitoral Católica do Rio de Janeiro, que apresentava um elenco aprovado pela organização dos que defendiam a causa católica na política. No ano

seguinte, participou da fundação do Centro Dom Vital na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

LEITE, Everaldo

(Chefe Provincial de São Paulo e do Mato Grosso; Supremo Conselho)

Um dos mais importantes camisas-verdes no plano nacional, foi descrito por seu correlegionário Olbiano de Melo como portador de uma inteligência viva, de precisão e rapidez notáveis, responsável por esquematizar todos os departamentos que, mais tarde, tornar-se-iam secretarias¹³⁰.

Nas fileiras do Sigma desde os primeiros anos, exerceu cargos na cúpula, conduzindo, por exemplo, a Secretaria Nacional de Organização Política e a Junta Executiva Nacional para a Campanha Eleitoral. Em 1937, esteve presente na reunião com o Presidente Vargas e o Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, para comunicar o lançamento da candidatura de Salgado.

Por fim, em 1945, esteve entre os 103 signatários da *Carta Aberta à Nação Brasileira*, ao lado de Gustavo Barroso, Olbiano de Melo, Raymundo Padilha, Raymundo Barbosa de Lima, Marcel da Silva Telles e José Loureiro Júnior.

LEITE, Hamilton

(Câmara dos Quatrocentos)

Oficial do Departamento de Milícia de Belo Horizonte (MG) entre os anos de 1935 e 1936.

LEITE, Raul (1886-1939)

(Câmara dos Quarenta)

Graduado em Farmácia e Medicina. Criador, em 1921, do Laboratório Raul Leite e Cia, que viria a ser um dos maiores representantes da indústria farmacêutica brasileira na época. O Laboratório foi criado a partir de sua insatisfação com a dependência nacional para com medicamentos de origem estrangeira, recusando-se a utilizar produtos de origem importada. A partir da década de 1930, iniciou a publicação de almanaques, produzidos em grande tiragem e destinados principalmente à saúde infantil, a fim de difundir conceitos e noções de higiene.

LIBERALLI, Carlos Henrique

(Câmara dos Quatrocentos)

Químico industrial, médico e funcionário da saúde pública do município do Rio de Janeiro (RJ). Nas fileiras do Sigma, foi Chefe da 2ª Região da Província do Rio de Janeiro e reconhecido como um dos principais envolvidos nas agitações de março de 1938.

LIMA, Antônio de Andrade (1910-1983)

(Câmara dos Quatrocentos)

Nasceu em Goiana (PE), a 8 de janeiro de 1910, e faleceu em Recife (PE), a 11 de setembro de 1983. Ainda como estudante da Faculdade de Direito de Recife, pertenceu ao

¹³⁰ MELO, 1957, p. 74 *apud* HACKENHAAR, Clayton. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938**. 2019. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 119. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199531/001101983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2023.

núcleo de seu estado e foi um dos signatários do Manifesto Integralista de Recife, lançado em 1932.

Bacharel em Direito e Ciências Econômicas, presidiu o Serviço Social contra o Mocambo durante o governo de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951). No pleito de outubro de 1950, foi o único deputado estadual eleito pelo Partido Social Trabalhista (PST) em Pernambuco.

Em 1953, tornou-se membro da Academia Pernambucana de Letras, sendo seu secretário-geral por dez anos. Em 1954, também disputou as eleições na legenda do Partido Social Democrático (PSD), obtendo suplência à Assembleia Legislativa pernambucana.

Quatro anos mais tarde, elegeu-se deputado federal pela Frente Democrática Pernambucana, uma coligação formada pelo PSD, o PST, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano Trabalhista (PRT) e o Partido Liberal (PL). Assumindo o mandato, tornou-se vice-líder do PSD na Câmara em maio de 1961.

Ademais, colaborou com a Frente Parlamentar Nacionalista, formada por deputados do PSD, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e, por conseguinte, a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No pleito de outubro de 1966, obteve uma suplência na legenda e foi convocado a assumir o mandato. Porém, após a promulgação do Ato Institucional nº 5, teve seu mandato cassado.

Naquele contexto, passou a dedicar-se às atividades da Academia Pernambucana e a escrever, como colaborador, ao *Jornal do Comércio* e ao *Diário de Pernambuco*. Além disso, foi repórter, revisor, redator e diretor de vários periódicos na capital de seu estado natal, bem como Professor Catedrático de História Econômica na Universidade Federal de Pernambuco.

Dentre suas principais obras estão *História amena de uma campanha* (1948), *Acordo Militar Brasil-Estados Unidos* (1954), *Vida, paixão e morte no Nordeste* (1962).

LIMA, Joaquim Araújo de (Chefe Provincial da Bahia)

Sua participação nas fileiras do Sigma notabiliza-se por ter sido um dos presos e processados pelo Tribunal de Segurança Nacional acusados de envolvimento em planos subversivos, em setembro de 1936. Após cinco meses detidos na Bahia, foram transferidos para o Rio de Janeiro, em janeiro de 1937, e em março do mesmo ano foram soltos, respondendo processo em liberdade. Posteriormente ao Estado Novo, integrou as fileiras do PRP.

LIMA, Raymundo Barbosa de (Chefe Provincial do Distrito Federal)

Notório por sua atuação no golpe que eclodiu em 11 de maio de 1938, sistematizado pelos remanescentes da conspiração de março, apontado por um inquérito policial do Tribunal de Segurança Nacional como um dos articuladores, ao lado de Belmiro Valverde e Francisco Caruso Gomes.

Poucos dias após o episódio, se encontrava detido na Casa de Correção, localizada em Ilha Grande, junto com o próprio Valverde; o tenente Júlio Barbosa do Nascimento; o capitão Fernando Cockrane; além dos não integralistas gerais Castro Júnior e Bertoldo Klinger.

Um ano antes do *putsch*, Barbosa de Lima foi um dos signatários da Carta Aberta à Nação Brasileira, documento no qual camisas-verdes como Gustavo Barroso, Olbiano de Mello, José Loureiro Jr., Marcel da Silva Telles, Everaldo Leite e Raymundo Padilha buscavam refutar as acusações que lhes pesava naquele contexto, fruto da campanha

divulgada durante o Estado Novo – segundo eles, de infamar o movimento e, por conseguinte, todos os que dele participaram. No pós-guerra, permaneceu adepto do Sigma, integrando o PRP, até 1955.

LINHARES, Juventino
(Câmara dos Quatrocentos)

Foi Secretário do Núcleo de Itajaí (SC) e candidato à Câmara Federal no pleito de 1934. Era proprietário do jornal *O Farol* e católico fervoroso.

LIRA, Eurico Pontes
(Câmara dos Quatrocentos)

Médico e militante do núcleo de Garanhuns (PE). Sua família, de proprietários de fazenda em Alagoas e usineiros, possuía grande influência em Pernambuco do início do século XX, tendo seus laços matrimoniais ligados à família do governador do estado.

Lira mudou-se para Garanhuns no ano de 1930, entrou para o Tiro de Guerra local e assumiu o posto de tenente do Exército. Foi escolhido como o primeiro Chefe Municipal da AIB e, posteriormente, promovido ao posto de Governador da 9ª Região da AIB-PE.

No contexto pós-1935, dividia seu tempo entre as aulas de História ministradas no Ginásio Diocesano, seu consultório médico e as atividades no integralismo. Por fim, ao ingressar nas fileiras do Sigma, Lira teve de enfrentar a oposição de alguns familiares, como o advogado e jornalista Morse Lira, autor de vários textos de caráter anti-integralista.

LIRA, João Pinheiro de Andrade
(Câmara dos Quatrocentos)

Médico e artista alagoano, foi Chefe Municipal interino da cidade de São Luiz do Quitunde (AL).

LISBOA, João Ernesto
(Câmara dos Quatrocentos)

Sua atuação na Província do Paraná é reconhecida por, desde fevereiro de 1936, iniciar um intenso trabalho para instalar a partir de Jacarezinho, núcleos nos municípios de Bandeirantes e Cornélio Procópio.

LOBO, Marinho de Souza (1887-?)
(Câmara dos Quatrocentos)

Nasceu em 11 de junho de 1887, em Campo Alegre (SC). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), em 1911, pela Faculdade de Direito de São Paulo (SP). Em seguida, exerceu a advocacia e foi promotor público no município de São Bento do Sul (SC).

Entre 1912 e 1913, foi diretor do Grupo Escolar Conselheiro Mafra e professor da Escola Complementar de Joinville (SC); e de 1913 a 1919, administrador dos Correios de Santa Catarina. No ano seguinte, foi promotor público interino da Câmara Municipal de Joinville (SC). Ademais, foi um dos primeiros diretores e fundadores do jornal *O Estado*, em 1914.

Participou ainda do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional em Santa Catarina, fundado em abril de 1917. De 1921 a 1926, substituiu interinamente Abdon Batista, seu sogro, na função de Superintendente Municipal de Joinville (atual denominação prefeito).

Integrou a 13ª Legislatura (1925-1927) como deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sendo reeleito para a 14ª Legislatura (1928-1930). Paralelamente, foi vereador

à Câmara Municipal de Joinville, entre 1927 e 1930, exercendo em seu primeiro ano de mandato da presidência do Conselho Municipal.

Em meados de 1930, foi Chefe de Polícia da cidade e deixou o cargo para ser Secretário de Estado do Interior e Justiça. Após aderir à AIB, foi seu candidato à governança do Estado. De 1935 a 1937, cumpriu a função de Desembargador da Corte de Apelação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, exonerando-se para reabrir escritório de advocacia.

LOURES, Rocha (1910-1994)
(Câmara dos Quatrocentos)

Josino Alves da Rocha Loures nasceu em Palmas (PR), no dia 5 de janeiro de 1910. Formado, em 1932, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro especializou-se em oftalmologia e otorrinolaringologia.

Em 1933, transferiu-se para a cidade de Joinville (SC), onde não somente passou a exercer a medicina, mas iniciou sua carreira política, elegendo-se vereador no mesmo ano. Nesse município, foi presidente da Sociedade Médica e da Cruz Vermelha.

A 1944, transferiu-se para Londrina (PR), onde, dois anos mais tarde, inaugurou a Casa de Saúde e Maternidade Rocha Loures. Também fundou o Partido Republicano (PR) na cidade do norte paranaense e elegeu-se vereador em dois pleitos consecutivos.

Foi diretor do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios do Paraná e fundador da Associação dos Municípios do Paraná. Colaborou na *Gazeta de Londrina* e no *Paraná do Norte*.

Em outubro de 1954, elegeu-se deputado federal pelo Paraná, na legenda do PR. Assumindo o mandato no ano seguinte, foi presidente da Comissão de Segurança Nacional, terceiro-secretário da casa e vice-líder do PR. Tentou reeleger-se em outubro de 1958, sem sucesso. Retomou, então, suas atividades profissionais, até que, em 1956, assumiu a Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Aposentou-se em 1983 como diretor do Departamento Médico do Instituto de Previdência do Estado. Faleceu em Curitiba (PR), no dia 1º de maio de 1994.

M

MACIEL, Lauro
(Câmara dos Quatrocentos)

Desde os primeiros momentos da fundação da AIB-CE, registra-se a militância de Maciel no núcleo de Fortaleza. Vale apontar também suas contribuições no periódico *A Razão*, ao lado de membros da cúpula como Jeová Mota e Ubirajara Índio do Ceará.

MAGALHÃES, Arnaldo
(Chefe Provincial do Espírito Santo)

Arnaldo Magalhães, com sua proximidade à política estadual, foi escolhido para parte do Conselho Consultivo do Estado, em inícios da década de 1930. Farmacêutico de profissão, era sócio, desde 1919, da empresa G. Roubach & Cia, que comercializava instrumental cirúrgico, perfumaria fina, entre outros. Era católico e membro da comissão responsável em angariar fundos para a construção da Catedral de Vitória.

MAISON, Eugênio La
(Câmara dos Quatrocentos)

Participou, em Porto Alegre (RS), das operações militares que deram início ao golpe de 1930, quando teria conhecido Getúlio Vargas. Era proprietário de um engenho beneficiador e exportador de erva-mate com sede em Rio Negro (PR) e filial em Mafra (SC). Possuía também o título de coronel, advindo da tradição coronelística dos detentores de engenhos. Chefe do segundo maior núcleo integralista da Província do Paraná, Rio Negro.

MANDETTA, Fulvio
(Câmara dos Quatrocentos)

Constituiu um dos expoentes dos camisas-verdes na Província do Mato Grosso, coordenando ali o movimento desde 1933.

MARTINS, Helvildo
(Câmara dos Quatrocentos)

Advogado e funcionário público maranhense, cumpriu o cargo de Secretário de Propaganda de sua Província e candidatou-se às eleições de outubro de 1934 para as Assembleias Legislativas Estadual e Federal.

MATOS, Arquimedes de
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Municipal de Mancuco (BA). Em 1936, esteve entre os processados pelo Tribunal de Segurança Nacional por envolvimento no movimento subversivo da AIB-BA. Foi acusado de fazer compra de copioso material bélico encontrado em sua fazenda, localizada em Lençóis (BA): revólveres, dinamite, cartuchos de arma de guerra, caixas de bala, balas para automática e para repetição.

MATRANGOLA, Américo
(Câmara dos Quatrocentos)

Os registros de Matrangola no DOPS-SP não assinalam uma única data de nascimento, existem discordâncias. Há menções para os dias 27 e 30 de setembro de 1897, e 30 de setembro de 1899. Em todo caso, o cinegrafista, um dos pioneiros da AIB e um dos primeiros responsáveis por registrar em vídeo suas atividades, nasceu na cidade de Sertãozinho (SP).

Em 1918, voluntariou-se como membro das tropas brasileiras enviadas à Europa durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, a Divisão Naval Brasileira, enviada no mês de maio do referido ano, só conseguiu chegar ao seu destino, o Porto de Gibraltar, às vésperas do armistício da guerra, em 11 de novembro de 1918.

Após o fim do conflito, Matrangola dirigiu-se à Itália, terra natal de sua família, onde passou por centros como Turim e Roma, conhecendo companhias e escolas de cinema, tais como a Companhia Ambrósio e a Escola Cinematográfica Azzurri. Em meados dos anos 1920, retornou ao Brasil e recebeu um convite de Arturo Carrari para fundarem uma escola de cinema em São Paulo.

Assim, nasceu a Escola *Azzurri*, reunindo filhos de imigrantes italianos e espanhóis, dentre os quais se destacam os irmãos del Picchia e o próprio Américo – este, sob o pseudônimo de Nino Ponti. A escola, no entanto, instável e escassa em recursos, encerrou suas atividades no ano de 1924. Desesperançado com o meio cinematográfico, Matrangola partiu para Joinville (SC) e abriu uma fábrica de macarrão, mas, poucos anos depois, retornou a seu estado de origem e ingressou nas fileiras do Sigma.

Integrou as decuritas da Milícia dos camisas-verdes de São Paulo, participando dos copiosos desfiles dessa organização paramilitar. Foi também membro do Departamento Artístico e auxiliou na elaboração e aprovação dos primeiros estatutos do integralismo, promulgados em 1934, no Congresso de Vitória (ES). Ademais, vale mencionar que, além de filmar os dois Congressos Nacionais, de 1934 e 1935, também, naquelas ocasiões, exibiu registros em vídeo de outros momentos marcantes dos primeiros anos da AIB.

Após o *Putsch* de 1938, considerando a apreensão de grande parte dos materiais de propaganda dos integralistas e o fato de que filmara solenidades, desfiles, paradas, viagens, concentrações e, por isto, ele próprio e outros seriam comprometidos, o cinegrafista destruiu parte significativa de suas películas.

Todavia, isso não impediu que fosse investigado e preso pela Polícia de Ordem Política e Social, em janeiro de 1939. Por fim, após sua experiência nas fileiras do Sigma, Matrangola cessou as filmagens e passou a se dedicar ao Hotel Havaí, adquirido com a venda de seus materiais cinematográficos. Por outro lado, afirma-se que ele continuou a trabalhar com cinematografia, sendo diretor da produtora *Real Filme do Brasil*, no final da década de 1940.

MEGGIOLARO, Vicente
(Câmara dos Quarenta)

De origem carioca e atuação profissional no comércio de café, permaneceu nas fileiras do Sigma como Secretário Nacional de Finanças do PRP.

MEIRELES, Alúcio
(Câmara dos Quatrocentos)

Nos registros, também citado com a grafia Aloísio Meireles, aderiu à AIB em 1933 e cumpriu o cargo de Secretário de Finanças de sua Província. Em 1935, foi Chefe dos Distritos da Penha (BA). Findos os dias da legalidade do integralismo, esteve entre os processados pelo Tribunal de Segurança de Nacional por envolvimento no movimento subversivo sob a acusação de participar de reuniões secretas realizadas pelos camisas-verdes.

MELO, Aristobolo de
(Chefe da Província do Mar)

Capitão da Marinha Mercante Nacional. Permanecendo no Brasil após o fim do integralismo, registra-se que durante a década de 1940 trocava e intermediava correspondências com Plínio Salgado, que estava em Portugal.

MELO, Olbiano de (1892-1969)
(Secretário Geral da Câmara dos Quarenta)

Olbiano Gomes de Melo nasceu no município de Teófilo Otoni (MG), em 12 de dezembro de 1892, filho do capitão José Gomes de Melo e de Ana Antônio de Sousa Melo. Formou-se em Odontologia e Farmácia no Ginásio Ouro Preto (MG) e ingressou na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que frequentou até 1916, quando interrompeu os estudos por motivo de doença.

A partir de 1925, foi diretor da Secretaria da Câmara Municipal de sua cidade natal, e membro da comissão executiva municipal do Partido Republicano Mineiro (PRM), considerado hegemônico na política mineira ao longo de toda a República Velha. Três anos depois, rompeu com o Partido e demitiu-se do cargo na Câmara.

Entre os anos de 1928 e 1930, exerceu o cargo de Inspetor Federal de Ensino em Teófilo Otoni. Coincidentemente, nesse contexto e até 1933, participava de congressos cooperativistas realizados anualmente no Rio de Janeiro. Dedicava-se ainda à leitura de textos sobre marxismo, socialismo e fascismo, proclamando-se, a partir de 1929, adepto dessa última doutrina.

Ao final de 1930, Melo publicou *A república sindicalista dos Estados Unidos do Brasil ou esboço dum Estado sindical corporativo* e, no ano seguinte, *Comunismo ou fascismo*. Nessas obras, elogiadas e de grande repercussão, defendia como solução para o problema social um regime fascista adaptado às condições nacionais.

O ano de 1932 marcou a publicação de *Levanta-te Brasil*, um manifesto que continha o programa de uma agremiação a ser fundada, o Partido Sindicalista Nacional, que teria sob seu comando milícias uniformizadas e lutaria pela implantação de um Estado sindical-corporativo.

Em março daquele ano, Plínio Salgado, de São Paulo, lhe escreveu congratulando-o pela semelhança entre suas ideias; comunicando-o da fundação da Sociedade de Estudos Políticos e sugerindo a criação em Minas de organização semelhante. A partir de então, na troca de correspondências, ficou combinado um encontro em agosto de 1932 entre Sombra, Melo e Salgado.

Na data marcada, os dois primeiros viajaram ao Rio de Janeiro, mas Salgado ficou retido na capital paulista em razão da Revolução Constitucionalista, que eclodira em agosto. Melo regressou a Teófilo Otoni e, pouco tempo depois, recebeu um telegrama do Chefe informando a fundação da AIB. Após transmitir a notícia a seus correlegionários, Olbiano dirigiu-se para São Paulo e iniciou sua respeitada participação na linha de frente do Sigma. Participou não apenas da elaboração dos estatutos, mas da escolha do uniforme da milícia, do símbolo da organização, do hino e dos juramentos.

Durante a articulação para o *putsch* de 1938, sua incumbência era comandar a revolta em Minas Gerais, iniciando a ocupação em Teófilo Otoni, Governador Valadares e rumando para o Espírito Santo e o sul da Bahia. Apesar de não ter participado de nenhuma operação, Olbiano ficou detido por 50 dias.

Até 1945, manteve-se afastado dos empreendimentos políticos, aprofundando, inclusive, sua crítica à doutrina fascista. Naquele momento, exercia o cargo de Diretor Administrativo do Instituto Paulista de Policlínicas.

Após a reestruturação decorrente do fim do Estado Novo, Olbiano foi contrário à fundação imediata do Partido de Representação Popular, filiando-se somente um ano após sua instituição. Conselheiro Nacional do PRP, candidatou-se, sem êxito, a deputado estadual em seu estado de origem. A 1948, desligou-se do partido.

Exerceu diversas funções técnico-administrativas na Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Foi ainda Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas e membro da comissão executiva do Conselho Regional das Organizações Não-Governamentais do Estado de São Paulo.

MELLO, Maurilio de **(Câmara dos Quarenta)**

Findos os dias da AIB e iniciada a fase perrepeista, Mello compôs o Grande Conselho da Confederação dos Centros Culturais da Juventude, presidido por Salgado e que reunia vários notáveis da primeira geração dos camisas-verdes.

MELLO, Rodolpho Figueira de **(Câmara dos Quatrocentos)**

Chefe do Núcleo Municipal de Petrópolis (RJ). Nas eleições municipais de 1936, foi um dos candidatos a vereador pelos integralistas, mas angariou apenas 783 votos.

MEMÓRIA, Arquimedes (1893-1960)**(Câmara dos Quarenta; Conselho Nacional de Belas Artes)**

Arquiteto, professor e diretor da Escola Nacional de Belas Artes, foi um dos maiores expoentes da arquitetura brasileira nas primeiras décadas do século XX, sendo responsável pelo projeto de importantes edificações na capital federal. Na cúpula das fileiras do Sigma, atuou na Câmara dos Quarenta e no Conselho Nacional de Belas Artes desde sua fundação, em 1936.

Filho do Desembargador Francisco de Oliveira Memória e de Josefa Madeira de Carvalho Memória, Arquimedes Memória nasceu na cidade de Ipu (CE) e faleceu em Rio de Janeiro (RJ).

Em 1911, para estudar Desenho na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), mudou-se para o Rio de Janeiro. Após uma transferência, formou-se em Arquitetura no ano de 1917, obtendo diversas distinções acadêmicas, e iniciou a vida profissional no Escritório Técnico Heitor de Mello, a primeira organização comercial de arquitetura no Brasil dedicada ao desenvolvimento de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras.

Ingressou, em 1920, no corpo docente da ENBA como professor de Desenho de Ornatos e Elementos de Arquitetura e Composição de Arquitetura. Onze anos depois, assumiu a direção da Escola, nomeado pelo Governo Provisório de Vargas, seguindo o estatuto das universidades brasileiras, que determinava que os diretores seriam escolhidos a partir de uma lista composta de três indicações de catedráticos em exercício. Nessa função, permaneceu até 1937, exercendo significativo papel na consolidação do ensino da arquitetura.

Além disso, foi responsável pelo plano urbanístico e pelo projeto de notórios edifícios como a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, a Igreja de Santa Terezinha no Túnel Novo e o Palácio Tiradentes.

MERCURI, Rômulo de Almeida**(Câmara dos Quatrocentos)**

Um dos antigos líderes integralistas baianos, foi, na década de 1940, preso no interior do estado sob acusação de possuir uniformes e material de propaganda.

MESQUITA, Alfredo Montenegro de.**(Câmara dos Quatrocentos)**

De atuação no estado de Pernambuco, registra-se sua participação desde os primeiros anos do movimento na região nordeste. Estava entre os integralistas pernambucanos que estiveram presentes na inauguração da sede da AIB-PB, em 1935.

METZLER, Wolfram (1903-1957)**(Câmara dos Quatrocentos)**

Filho de imigrantes alemães, Wolfram Metzler nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 15 de setembro de 1903. Formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, viajou duas vezes à Europa, em 1927 e 1931, a fim de especializar-se em cirurgia e clínica médica na Alemanha, na Áustria e na França.

De volta ao Rio de Grande do Sul, clinicou em Santo Cristo e, depois, em Novo Hamburgo. Em 1936, conduziu o jornal integralista alemão *Der Kampf* e, em 1939, tornou-se gerente do jornal católico *A Nação*.

Metzler além de um dos fundadores da AIB no estado, foi vereador pelo movimento em 1936 por Nova Hamburgo (RS). Em 1942, foi preso na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, sob a acusação de porte ilegal de arma, ser ex-membro integralista e identificado como

simpatizante do nazismo. Dois anos mais tarde, sofreu um processo de perda de nacionalidade brasileira.

Ao integrar o PRP, ainda constituindo uma importante liderança do Partido, elegeu-se como Deputado Estadual, de 1947 a 1951, alcançando a segunda maior votação para a Assembleia, sendo o único candidato que obteve votação em todos os municípios gaúchos. Posteriormente, foi Deputado Federal, entre 1951 e 1954. Neste mesmo ano, foi candidato a governador do estado, ainda pela legenda do PRP, mas sem sucesso.

Além disto, a 1957, assumiu a direção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, falecendo poucos dias depois de ter assumido o cargo. Por fim, vale mencionar que durante a década de 1950, destacou-se não somente por sua atuação política, mas pela divulgação do catolicismo entre os imigrantes nas regiões coloniais.

MILANO, Aristides (Câmara dos Quatrocentos)

Atuou nas frentes da AIB no Rio Grande do Sul. Findos os dias do integralismo e iniciada a empreitada do PRP, filiou-se ao Partido do antigo Chefe Nacional e candidatou-se pela legenda para a Câmara Federal em 1945.

MIRANDA, Oswaldo Rocha (Câmara dos Quarenta)

Filho do engenheiro Luis da Rocha Miranda, neto do Barão de Bananal e irmão de Renato da Rocha Miranda. Com a morte de seu pai, em 1926, o latifúndio denominado Lagoa do Sino, localizado no interior de São Paulo, foi dividido entre os irmãos: Armênio, Otávio, Sérgio, Oswaldo e Renato da Rocha Miranda. A cargo de Oswaldo, ficou a área que constituía a fazenda Santa Albertina. Vale mencionar que, a partir de 1932, nesta última e na fazenda Retiro Feliz, de Otávio, junto aos negócios agropecuários, estruturou-se uma base da AIB.

Assinala-se que a família era uma das mais prestigiosas da elite carioca no começo do século XX, proprietária de empresas e companhias agrícolas e industriais, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo.

Registra-se que seus interesses eram ligados à agropecuária, aos iates, aos aviões e às caçadas. Deste modo, nos anos 1930, passou longos períodos entre as fazendas da região de Campina do Monte Alegre (SP) e nas exposições de gado. Junto de seu irmão, Sérgio, ficaram conhecidos pelo pioneirismo na importação e no aprimoramento genético de bovinos trazidos da Índia e equinos, do Uruguai.

Notório por ser a peça principal de associação da família Rocha Miranda com a ideologia nazista e o partido integralista. Nas fazendas da família, documentos administrativos, tijolos e gado eram marcados com a suástica. Também, foi responsável, como “tutor legal”, de 50 meninos, majoritariamente negros ou pardos, transferidos de um orfanato do Rio de Janeiro para as fazendas, com idades de 9 a 12 anos.

MIRANDA, Renato Rocha (Câmara dos Quarenta)

Filho do engenheiro Luis da Rocha Miranda, neto do Barão de Bananal e irmão de Oswaldo da Rocha Miranda. Com a morte de seu pai, em 1926, o latifúndio denominado Lagoa do Sino, localizado no interior de São Paulo, foi dividido entre os irmãos: Armênio, Otávio, Sérgio, Oswaldo e Renato da Rocha Miranda. A cargo de Oswaldo, ficou a área que constituía a fazenda Santa Albertina; já para Sérgio e Renato, a fazenda Cruzeiro do Sul. Nestas, concentravam-se as mais importantes infraestruturas produtivas do latifúndio original.

Assinala-se que a família era uma das mais prestigiosas da elite carioca no começo do século XX, proprietária de empresas e companhias agrícolas e industriais, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo. Ademais, em ambas as fazendas, os irmãos investiam na importação e aprimoramento genético de gado e cavalos crioulos, com intensa atividade entre as décadas de 1930 e 1940. No entanto, a partir da década de 1960, passaram por frequentes arrendamentos, desapropriações e transferências.

Em suas documentações, Renato Rocha é constantemente designado como industrial. Ele é citado em sociedade com empresários alemães, em 1926, na produção de isoladores cerâmicos em de Carangola (MG); é sócio fundador do Rotary Clube do Rio de Janeiro, de 1922 a 1923; e diretor do Banco Nacional Brasileiro, mais tarde, nominado Casa Bancária Rocha Miranda Filho.

Dos anos 1920 a 1938, foi diretor da Companhia Carbonífera Próspera e suas jazidas em Criciúma (SC). Durante a sua gestão, é de referir que a Companhia manteve firmes relações com a empresa alemã Krupp, intermediando negociações de fornecimento de carvão para a futura siderúrgica Krupp no Brasil. Esta empresa, uma das maiores siderúrgicas do mundo, dedicava-se à fabricação de armas, da qual até mesmo o Ministério da Guerra do Estado Brasileiro era cliente e devedor em 1939.

MONTEIRO, Gaston Luiz do Rêgo (Câmara dos Quatrocentos; Procuradoria Nacional)

Foi membro da Procuradoria Nacional e da Câmara dos Quatrocentos desde 1936 e 1937, respectivamente. Um dos fundadores e membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Cultura, nome assumido pela Ação Integralista, como decorrência de sua extinção enquanto partido político e transformação em sociedade civil, em cumprimento ao decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937.

Findos os dias da AIB, manteve sua presença ao lado do outrora Chefe Nacional, compondo a “Corte Pliniana”. A Corte, assim denominada por Carlos Lacerda em *A Tribuna de Imprensa*, correspondia a uma dezena de antigos camisas-verdes que mais estavam à volta de Salgado, dentro do PRP.

Ademais, no ano de 1962, ingressou no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Neste contexto, foi um dos Conselheiros cujas intervenções marcaram a adesão da Ordem à campanha anticomunista sustentada durante todo o governo João Goulart. Rêgo Monteiro, particularmente, procurou deslegitimar o apoio popular às iniciativas de Goulart e veiculou, publicamente, sua satisfação com a “vitória da revolução de abril”.

MOREIRA, Thiers Martins (1904-1970) (Câmara dos Quarenta)

Advogado, escritor e jornalista. Thiers Martins Moreira, nasceu em 16 dezembro de 1904, em Campos (RJ), e faleceu em 19 de maio de 1970, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em 1932, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito. Diplomou-se também, em Letras Neolatinas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Atuante desde o princípio da AIB, inscreveu-se no ano de 1932, quando foi organizada no Rio de Janeiro. No ano seguinte, fundou uma sede em Niterói (RJ) e, junto ao Chefe, viajou para o nordeste, apoiando a campanha das Bandeiras. Posteriormente, cumpriu a função de Secretário e Diretor de Redação de *A Offensiva*.

Então oficial do Ministério da Educação, tornou-se um dos docentes do curso de doutrina integralista, através do seu Departamento de Doutrina da Província da Guanabara. Em outubro de 1934, candidatou-se a Deputado Federal, mas não obteve sucesso. Segundo

seu correligionário, Olbiano de Melo, Moreira pertencia à ala anti-imperialista da AIB, em oposição às alas sindicalista e burguesa.

Fundou em 1938, durante o Estado Novo, a revista *Educação e Administração Escolar*, que dirigiu até 1941. Entre os anos de 1960 e 1962, exerceu a função de adido cultural à Embaixada do Brasil em Portugal. Trabalhou, como advogado e professor universitário, além de dirigir o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e o Serviço Nacional de Teatro (SNT), ambos no Rio de Janeiro.

Ademais, foi Catedrático em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC); Catedrático em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia; e depois, pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Janeiro. Conferencista pela Escola do Estado do Estado-Maior do Exército, na qual ministrou cursos de Sociologia de Guerra, além de Presidente do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade Nacional de Filosofia e criador e Diretor do Centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa.

Dentre suas publicações destacam-se: *Camões e Fernão Lopes* (1944), a biografia *O menino e o palacete* (1954), *Quincas Borba e o pessimismo crônico* (1964), *Rui Barbosa e as letras* (1967) e *Visão em vários tempos* (1970).

MOTA, Dantas (1913-1974) **(Câmara dos Quatrocentos)**

O advogado e poeta sul-mineiro, José Dantas Mota, nasceu em 22 de março de 1913 em Carvalhos (MG), então distrito de Aiuruoca. Literariamente conhecido por José Franklin Massena de Dantas Motta ou, simplesmente, Dantas Motta. Ainda em sua juventude, vinculou-se ao grupo modernista *Revista Eléctrica*, dirigido pelo escritor Heitor Alves.

A 1932, escreveu seu primeiro livro de versos, intitulado *Surupango*. Seis anos mais tarde, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Neste período, participou da publicação da revista *Surto*, periódico que aspirava a renovação das Letras em Minas Gerais.

Após graduado, exerceu a advocacia em sua cidade natal e nas redondezas. Apesar de sempre ter vivido em Aiuruoca, manteve contato com literatos de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade e Manoel Bandeira.

Vale mencionar que, entre 1935 e 1936, chefiou o Departamento Provincial Universitário de Minas Gerais; além de exercer o cargo de Secretário Provincial de Cultura. Findos os dias da AIB, foi indicado à vaga de Deputado Federal pela União Democrática Nacional, renunciando mais tarde a tal indicação.

Por fim, dedicou-se a escrever contos, ensaios críticos e poemas, publicando considerável parte de sua produção nos suplementos literários dos jornais *Minas Gerais* e *Estado de S. Paulo*. Faleceu em 09 de fevereiro de 1974.

MOTA, Jeová (1907-1992) **(Chefe Provincial de São Paulo e do Ceará; Supremo Conselho)**

Nasceu em Maranguape (CE) no dia 12 de fevereiro de 1907, filho de Clodoaldo Mota e de Rita Machado Mota. Era sobrinho do escritor Capistrano de Abreu. Ingressou, em 1919, no Colégio Militar do Ceará, permanecendo até 1924.

Entre 1925 e 1928, fez parte da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, tendo como instrutor o então tenente Humberto de Alencar Castelo Branco, mais tarde presidente da República. Regressou, em 1929, ao Ceará para servir no 23º Batalhão de Caçadores e, no ano

seguinte, foi promovido a primeiro-tenente. Nesta estadia em seu estado natal, conheceu o tenente Severino Sombra e padre Hélder Câmara.

Partidário revolucionário do movimento que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder, em outubro de 1930, Mota encontrava-se detido em um quartel em Recife cumprindo pena sob a acusação de conspiração, quando eclodiu a revolução. Após a Revolução de 1930, participou da criação, em 1931, da Legião Cearense do Trabalho. Um ano depois, juntamente com Câmara e Sombra, iniciou correspondência com Salgado.

Após a eclosão da Revolução Constitucionalista, em 1932, Jeová Mota integrou um batalhão enviado pelo governo do Ceará, ferindo-se durante a campanha. Na ausência de Severino Sombra, assumiu, juntamente com Hélder Câmara, a responsabilidade de prosseguir os diálogos com o futuro Chefe Nacional. No pleito de maio de 1933, foi eleito Deputado à Assembleia Nacional Constituinte por seu estado com o apoio da Liga Eleitoral Católica. Notável nas fileiras do Sigma, permaneceu seu partidário durante o Partido de Representação Popular.

De 1937 a 1949, serviu no Rio de Janeiro, Ceará e Mato Grosso, entre idas e vindas. Em 1950, retornou ao Rio de Janeiro, sendo destacado para o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização. Ali, permaneceu até 1954, ano em que foi promovido a coronel.

Assumiu, no ano seguinte, o comando do 18º Regimento de Infantaria, no Rio Grande do Sul, exercendo-o até 1956. De meados da década de 1960 até meados de 1975, dedicou-se a intensas pesquisas, com vistas à publicação de um livro sobre a história do ensino no Exército, publicado em 1976, com o título *Formação do oficial do Exército*.

Durante quase toda a década de 1980, permaneceu em São João del Rei (MG). Ingressou, neste contexto, no Instituto Histórico e Biográfico de São João del Rei, do qual tornou, mais tarde, Presidente, desempenhando a função até 1987, quando, por fim, retornou ao Rio de Janeiro. Faleceu ali, em fevereiro de 1992.

MOTA, José Mayrinck de Souza (Chefe Provincial da Paraíba)

O poeta Mayrinck, partidário do integralismo desde seus primeiros anos, sempre presente nas solenidades dos Congressos Nacionais de Vitória (1934) e Petrópolis (1935), permaneceu ao lado do Chefe Nacional no contexto pós-Estado Novo, filiando-se ao PRP.

MOURÃO, Olímpio (1900-1972) (Câmara dos Quatrocentos)

Nasceu a 09 de maio de 1900, em Diamantina (MG), e faleceu em 28 de maio de 1972, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Matriculou-se em abril de 1918, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), após interromper um curso de Engenharia em Belo Horizonte (MG). Três anos mais tarde, foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria e designado para o 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte (MG).

Logo no início da AIB, estabelecida após o Congresso de Vitória (1934), foi-lhe confiada a chefia do seu Estado-Maior da Milícia. Portanto, com os conhecimentos adquiridos em sua carreira militar, organizou a Milícia dos camisas-verdes próxima aos moldes do Exército.

Paralelamente à atuação na cúpula do integralismo, foi subcomandante no 14º BC, em Florianópolis (SC), entre 1936 e 1937. Vale mencionar que, em meados de 1937, elaborou um documento que ficaria conhecido como Plano Cohen, redigido após uma conversa mantida com o Chefe Nacional.

De 1938 a 1939, Mourão Filho foi Subcomandante do 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria (RS). Posteriormente, em abril de 1943, foi promovido a Tenente-Coronel, sendo designado Comandante do 15º BC em Curitiba (PR). No ano seguinte, foi transferido para a Chefia do Gabinete da Diretoria de Recrutamento, no Rio de Janeiro (RJ).

Em fevereiro de 1945, partiu para a Itália, integrando o 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), participando da Segunda Guerra Mundial ao lado das Nações aliadas.

Em setembro de 1964, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto e, mais tarde, eleito Presidente do Tribunal para o biênio de 1967 a 1969. Aposentou-se, por fim, em maio de 1969.

MUSSI, Antônio Dib (1911-1959)
(Câmara dos Quatrocentos)

Inicialmente, à época que cursava Medicina na Universidade do Paraná, foi militante da Seção Integralista Universitária, mais tarde, denominada Departamento Universitário, em 1934. Neste ano, após formado, fixou-se em Santa Catarina, onde exerceu a Chefia Municipal de Laguna (SC). Nos anos posteriores a 1945, seguiu a carreira política como Prefeito de Orleans (SC) e Deputado na Assembleia Legislativa Estadual, pelo PSD, entre 1947 e 1951.

N

NASCIMENTO, Abdon Pacheco do (1910-2013)
(Câmara dos Quatrocentos)

Nascido na cidade de Antonina (PR), em 2 de abril de 1910. Em 1933, formou-se em Medicina pela Universidade do Paraná. Inicialmente, atuou profissionalmente em sua cidade-natal, com ativa participação na Associação Atlética 29 de Maio, da qual foi Presidente entre 1939 e 1941.

Na militância integralista, foi Chefe do Núcleo Municipal de Antonina logo após sua fundação em novembro de 1934. Pouco antes disto, participou das eleições para a Constituinte Estadual, em outubro do mesmo ano.

Foi médico do serviço previdenciário portuário durante a Segunda Guerra Mundial, não seguiu, contudo, os expedicionários na campanha na Itália, pois já era casado e tinha dois filhos. Por isto, foi inserido como Oficial da Reserva.

Exerceu, na capital do Estado, a Medicina na Santa Casa de Misericórdia e no Hospital de Clínicas, além de professor universitário na Universidade do Paraná. Foi um dos fundadores e segundo Presidente eleito do Conselho Regional de Medicina do Paraná, de 1961 a 1963. Também, auxiliou na fundação da Clínica Lar, instituição pioneira de atendimento domiciliar, e da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná, a 1952.

Ao longo de sua vida, recebeu diversas homenagens: na década de 1980, integrou o primeiro grupo de médicos contemplados com o Diploma de Mérito Ético-Profissional do Conselho de Medicina e no início dos anos 2000, recebeu especial tributo da Academia Paranaense de Medicina intitulado “O Médico do Paraná”. Faleceu a 25 de fevereiro de 2013.

NASCIMENTO, Jerônimo Furtado
(Câmara dos Quarenta)

Brigadeiro e Chefe do Estado Maior Nacional da Milícia integralista.

NASCIMENTO, José Muniz
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Distrital de Água Preta (PE). Atuou também no estado da Bahia, sendo uma das principais lideranças em Itabuna (BA). Em 1936, foi eleito vereador. Seu nome consta como um dos processados pelo Tribunal de Segurança de Nacional, por provocar desordem e agredir, armado de revólver, o subdelegado quando da apreensão do arquivo do núcleo integralista de Ilhéus (BA).

NASCIMENTO, Mário Marroquim do (1896-1975)
(Câmara dos Quatrocentos)

Natural de Água Preta (PE), nasceu em 23 de março de 1896. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (PE), ao final do ano de 1933 e, a partir do ano seguinte, iniciou a carreira como advogado no estado do Alagoas, especializando-se em causas cíveis.

No início de 1934, lançou o livro *A Língua do Nordeste*, que analisa o linguajar do Nordeste a partir de estudos realizados em Alagoas e Pernambuco. Em fevereiro do referido ano, assume a cátedra de Português da Escola Normal e, a partir de março, a direção da instituição. No jornalismo, redigiu na *Gazeta de Alagoas* a sessão *Vida Literária* e, no *Jornal de Alagoas*, a *Urbi et Orbi*.

Uma das lideranças do integralismo em Alagoas, após sua instalação em agosto de 1933, ao lado de José Lins do Rego, Moacir Pereira, Afrânio Salgado Lages. Responsável pela propaganda, lançou em maio de 1935 o vespertino *A Província*. Em julho do mesmo ano, assumiu a chefia do Núcleo em Maceió (AL), permaneceu ali um mês e foi afastado, para ser empossado no Conselho Provincial da organização.

Ademais, em setembro de 1936, concorreu ao pleito para Deputado Estadual. Em dezembro do ano seguinte, ordena-se a prisão de aproximadamente quarenta camisas-verdes fixados em Alagoas, dentre eles: o recém-chegado professor, Júlio Ferreira Caboclo; o bacharel Afrânio Lages; o engenheiro e ex-diretor da Viação e Obras Públicas do Estado, Luiz Leite Oiticica; e o próprio Mário Marroquim.

Já em 1941, foi o Primeiro Suplente de Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió (AL), exercendo tal função até fevereiro de 1947. Neste mesmo ano, disputou o mandato de Deputado Estadual pelo Partido Social Democrático. Embora não tenha obtido êxito, foi convidado para elaborar o anteprojeto da Constituição Estadual. Um ano mais tarde, aderiu ao Partido Social Trabalhista.

Por fim, foi nomeado professor da cátedra de Direito Romano, da Faculdade de Direito de Alagoas, e eleito para a Academia Alagoana de Letras. Foi também, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e presidiu a Sociedade de Cultura Artística de Alagoas. Faleceu em Maceió (AL), a 15 de março de 1975.

NETTO, Diogo José da Silva
(Câmara dos Quatrocentos)

O advogado esteve entre os camisas-verdes eleitos e proclamados pelo Tribunal Regional à Assembleia Constituinte Estadual de São Paulo, em julho de 1935.

O

OITICICA, Luiz Leite
(Chefe Provincial de Alagoas)

Diretor do efêmero jornal integralista matutino *A Província*, fundado em 1936, de circulação regional no estado de Alagoas.

OLIVEIRA, Josias Vaz de
(Câmara dos Quatrocentos)

Residia em Belo Horizonte, onde exerceu a função de Secretário Provincial de Propaganda de Minas Gerais, entre 1935 e 1936.

P

PADILHA, Raymundo (1899-1988)
(Chefe Provincial do Rio de Janeiro; Supremo Conselho)

Nascido em Fortaleza (CE), a 8 de abril de 1899, filho de José da Rocha Padilha e de Teresa da Rocha Padilha. Frequentou, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica e a Faculdade Nacional de Direito, cujos cursos não concluiu, formando-se, mais tarde, em Economia.

Filiou-se, em 1931, ao Clube 3 de Outubro, agremiação fundada em maio daquele ano, congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Em março de 1932, integrou-se na seção carioca da Sociedade de Estudos Políticos.

Já em 1933, foi um dos inauguradores da seção niteroiense da AIB, ao lado de Thiers Martins Moreira, Lamego Filho e Ataliba Lapage. Desde os primeiros momentos do integralismo, teve destacado papel, sendo membro do Conselho Nacional. Além disso, prosseguiu o trabalho de organização dos camisas-verdes no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, denominados províncias do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Depois do fracassado *putsch* de 1938 e, por conseguinte, o exílio do Chefe em Portugal, Padilha substituiu-o na chefia do movimento no Brasil, articulando-se com os chefes remanescentes, menos atingidos pelas medidas punitivas do governo, particularmente os de São Paulo.

Com o fim do Estado Novo, sistematizou e registrou o Partido de Representação Popular, formado por remanescentes da AIB. Assim, em 1950, elegeu-se primeiro suplente para a Câmara Federal pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do PRP.

No pleito de outubro de 1954, disputou aliado à legenda da União Democrática Nacional, conseguindo novo mandato na Câmara Federal pelo estado do Rio. Caracterizou-se no Congresso Nacional pela frequência que aludia a infiltração comunista nas forças armadas e na administração pública do governo Kubitschek.

A 1958, reelegeu-se Deputado Federal pela União e presidiu a Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Quatro anos depois, em seu novo mandato, foi um dos parlamentares que mais combateram as tentativas de restauração de relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

Forte opositor de João Goulart, defensor e porta-voz do movimento militar de março de 1964. Por fim, eleito pela Assembleia Legislativa Fluminense Governador do estado do Rio de Janeiro, cargo ocupado até março de 1975, quando houve a fusão dos estados do Rio e da Guanabara. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 19 de setembro de 1988.

PAMPLONA, Artidonio (1880-1968)
(Câmara dos Quarenta)

Nasceu em 22 de outubro de 1880, na cidade de Niterói (RJ), filho de Luiz Pamplona Corte-Real e D. Maria de Castro Corte-Real. Doutorou-se Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1903.

De 1918 até sua aposentadoria, exerceu o cargo de Professor Catedrático da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, na Cadeira de Farmacologia, Toxicologia e Arte de Formular. Além disto, foi Diretor da Escola entre 1927 e 1933.

Professor Fundador da Faculdade Fluminense de Medicina, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, na Cadeira de Farmacologia, na qual tornou-se Professor Emérito. Atuou também, como Professor Catedrático de Terapeuta, Clínica Médica e História da Medicina, na Clínica da Escola de Medicina e Cirurgia, e como membro de conselhos e comissões examinadoras para magistério superior, sociedades e associações nacionais, como a Comissão de Farmacopeia Brasileira.

Eleito, em 1919, Membro Titular na Academia Nacional de Medicina. Até 1945, quando se tornou Membro Emérito, exerceu os cargos de 2º Secretário, de 1922 a 1925, e Presidente da Seção de Medicina Geral, entre 1938 e 1939.

Em sua especialidade, publicou vários trabalhos, por exemplo: “*Do uso terapêutico do choque colloidoclasico*” (1922), “*A vacinoterapia nas colites crônicas*” (1924) e “*O tratamento da epilepsia*” (1925). Faleceu em 25 de janeiro de 1968.

PEIXOTO, Abdul Sayol de Sá (1912-1976) (Câmara dos Quatrocentos)

Filho do Desembargador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e Maria Sayol, nasceu em 3 de agosto de 1912. Em 1932, no Rio de Janeiro (RJ), tornou-se Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Ottati e, sete anos mais tarde, Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após graduado, advogou e exerceu o cargo de Procurador Fiscal do Município de Manaus. Na década de 1940, foi eleito Deputado Estadual Constituinte do Amazonas, pela UDN, para os anos de 1947 a 1950. Pela mesma legenda, elegeu-se Suplente de Deputado Federal nas eleições de 1954 e 1958.

Foi nomeado Professor Catedrático Interino da cadeira de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito do Amazonas, através do Decreto Presidencial de 10 de abril de 1950. Cinco anos mais tarde, 1955 foi nomeado como Professor Catedrático vitalício da cadeira de Direito Internacional Privado, tendo colado grau como Doutor em Direito em agosto de 1955.

Posteriormente, entre 1959 e 1963 foi Secretário da Educação e Cultura do Amazonas e Presidente do Conselho Estadual de Educação. Em 1961, foi designado Diretor da Faculdade de Direito; eleito e reeleito Vice-Reitor pelo Conselho Diretor da recém-criada Fundação Universidade do Amazonas, nas sessões de setembro de 1966 e de junho de 1967.

Ao longo da vida, também cumpriu os cargos de Procurador de 3ª Categoria dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP); superintendente de Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara; Consultor Jurídico do Ministério da Justiça; Representante do Ministério da Justiça na Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. Faleceu em 21 de março de 1976 na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

PEIXOTO, Attila Sayol de Sá (Chefe Provincial do Amazonas)

Mencionado como figura conhecida nos meios criminalísticos e forenses da antiga capital da República, após a desarticulação da AIB, exerceu o cargo de Quarto Procurador-Geral de Justiça, nomeado em agosto de 1963 e exonerado, a pedido, abril do ano seguinte. Em 1965, integrou a delegação de Brasília na OAB.

PENA, Belisário (1868-1939)**(Câmara dos Quarenta)**

Nasceu a 29 de novembro de 1868, na cidade de Barbacena (MG), e faleceu a 4 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro (RJ). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atuou como Médico Sanitarista e jornalista.

Doutorou-se em 1890, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Eleito, em 1903, vereador pelo município de Juiz de Fora (MG), onde clinicava.

Em 1928, foi Chefe Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Dois anos mais tarde, assumiu a chefia do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em substituição a Clementino Fraga, que se exonerara devido à vitória da Revolução de 1930.

Ocupou interinamente, por dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, o Ministério de Educação e Saúde. Ao final de 1932, exonerou-se do DNSP e filiou-se à AIB, da qual permaneceu simpatizante até seu falecimento.

Registra-se sua atuação, de modo especial, nos estados de Minas Gerais, Bahia Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

PENEDO, Dalton (1909-2012)**(Câmara dos Quatrocentos)**

Nasceu a 21 de janeiro de 1909, em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Formou-se em Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se em Ginecologia e Obstetrícia. Após formado, retornou à sua cidade natal, exerceu cargos administrativos na Santa Casa.

Registra-se que sua adesão ao integralismo se justificou por seu entusiasmo para com o programa educacional da AIB. Em 1936, foi eleito para o cargo de vereador em Cachoeiro de Itapemirim. Por fim, seu nome consta nos documentos da antiga DOPS/ES, como um dos camisas-verdes detidos a partir de maio de 1938. Passou dois dias preso e, após rápida passagem pelo presídio de Roda D'água, foi encaminhado para a enfermaria do quartel da Polícia Militar.

PEREIRA, Darcy**(Câmara dos Quatrocentos)**

Funcionário da Agência Vivácqua-Vieira S/A, um dos fundadores e Chefe do Núcleo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (ES). Assim como Dalton Penedo, é nomeado nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo, como um dos dirigentes capixabas presos e encaminhados para a Chefatura de Polícia, em Vitória (ES).

PEREIRA, Jayme Regalo**(Chefe Arqui-Provincial da 1ª Circunscrição Nacional; Supremo Conselho)**

Médico farmacologista e Professor Catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Registros afirmam que era católico. Foi ele quem avisou a Salgado sobre o ataque ao Palácio da Guanabara, antes do determinado.

Durante a AIB, atuou, majoritariamente, no estado de São Paulo. Após 1938, não desenvolveu carreira político-partidária. Neste contexto, esteve entre os integralistas que possuíam um dossiê próprio de investigação do DOPS paulista.

PEREIRA, Ulisses da Rocha**(Câmara dos Quatrocentos)**

Registros indicam que aderiu à AIB em 1935, um dos acusados pelo Tribunal Nacional por atividade subversiva ao participar de reuniões secretas que arremataram militares para a AIB-BA.

PERES, Nilza**(Câmara dos Quatrocentos)**

Blusa-verde carioca e redatora da seção feminina da revista *Anauê!*, intitulada Senhora. Nesta, Peres veiculava não apenas assuntos como moda, beleza e saúde, mas também trazia a figura da mulher como matriarca da família, e como ativa no sustento do lar.

PINHEIRO, Jorge (1873-?)**(Câmara dos Quarenta)**

Nascido em março de 1873, Francisco Jorge Pinheiro foi Coronel do Exército e comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Belo Horizonte (MG). Combateu a Revolução Constitucionalista deflagrada em junho de 1932, em São Paulo (SP), como General recém-promovido. Ademais, publicou a obra *A cultura da energia* (1922).

PINHO, Demóstenes Madureira de (1911-1973)**(Conselho Jurídico)**

Nasceu em Salvador (BA) em 1911 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1973. Advogado, jurista, professor universitário, empresário, memorialista, orador e Comendador da Ordem do Mérito Militar do Brasil – em razão de tal formação, foi membro do Conselho Jurídico, desde sua incorporação às Cortes do Sigma, a 1936.

Ademais, fez parte da Congregação da Faculdade Nacional de Direito e, também, da Escola Nina Rodrigues, um esforço conjugado de médicos e juristas para desenvolver pesquisas de antropologia criminal aliadas a teorias neolombrosianas.

Recebeu diversas condecorações como medalhas comemorativas do Centenário de Rui Barbosa, do Atlântico Sul, do Pacificador e de Maria Quitéria. Suas obras publicadas reconhecidas são Conferências (1958), junto com Edith Abreu, e Carrossel da Vida (*in memoriam*, 1974).

PONTUAL, Telmo Amorim**(Câmara dos Quatrocentos)**

Advogado, atuou na região nordeste, no estado de Pernambuco.

PORTO, Genelísio Marques (1900-1968)**(Câmara dos Quatrocentos)**

Genelício (ou Genelísio) Marques Porto Filho nasceu em 1900, na Bahia. Durante sua juventude, mudou-se para Santos (SP) e, depois, para Paranaguá (PR), onde chegou a 1926. Nesta cidade, foi despachante aduaneiro e jornalista, além de se envolver em agremiações ligadas ao esporte, como presidente de um time de futebol e presidente de uma liga parnanguara de futebol. Foi também diretor de instituições filantrópicas, ligadas à Maçonaria.

Menciona-se que Porto participou do núcleo integralista local desde sua fundação. Em 1934, *A Offensiva* o aponta como coordenador do movimento e, posteriormente, é nomeado responsável pela biblioteca integralista no município. Vale ressaltar que, apesar de integralista, ele era membro da Loja Perseverança de Paranaguá, reconhecida por sua militância contra a AIB. Por isto, em 1935, o camisa-verde foi expulso da instituição. Por fim, em 1968, ano de sua morte, recebeu o título de cidadão honorário de Paranaguá.

PRADO, Bento de Almeida**(Câmara dos Quatrocentos)**

Um dos investigados pelo DOPS-SP. Seu dossiê, contudo, consta apenas seu nome, sem informações adicionais.

PRADO, Sílvio do Couto
(Câmara dos Quatrocentos)

De acordo com os documentos da antiga DOPS-ES, foi um dos dirigentes camisas-verdes presos a partir de maio de 1938, em Vitória (ES), juntamente com José Cola, Dalton Penedo, Darcy Pereira e Pery Quintaes.

PRESSERBELO, Ruy
(Câmara dos Quatrocentos)

Mencionado como um dos participantes do Levante de 1938.

PUJOL, Victor
(Câmara dos Quarenta)

Em julho de 1935, foi um dos eleitos e proclamados à Assembleia Constituinte do estado de São Paulo pelo Tribunal Regional. Reconhecido por chefiar, em meados de 1938, um grupo de oficiais da Marinha em uma reunião com Miguel Reale e Gustavo Barroso, para alvidrar um levante armado, que teria como principal alvo o palácio Guanabara.

R

REALE, Miguel (1910-2006)
(Secretário Nacional de Doutrina e Estudos; Supremo Conselho)

Filho de Brás Giordano Reale e de Felicidade Vieira da Rosa Góis Chiaradia Reale, nasceu em São Bento do Sapucaí (SP) no dia 6 de novembro de 1910. Realizou seus primeiros estudos em Itajubá (MG), mudando-se depois para São Paulo, onde cursou o secundário no Instituto Médio Dante Alighieri e ingressou, a 1930, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pela qual se formou em 1933.

Na Faculdade, participou ativamente da política e demais atividades extracurriculares desenvolvidas pelos estudantes. Filiado à Ação Integralista desde 1932, dedicou seus estudos à questão do Estado, que concebia como tutor da vida social, opondo-se ao liberalismo e se identificando com a visão fascista. Responsável pelo Departamento Nacional de Doutrina, era um dos encarregados da supervisão e da censura a todos os artigos, livros, críticas, discursos e textos. Organizou também, cursos de doutrina integralista e publicou distintos artigos em *A Offensiva*; além de, em julho de 1935, estar entre os camisas-verdes eleitos e proclamados pelo Tribunal Regional à Assembleia Constituinte do estado de São Paulo. Após a implantação do Estado Novo e, por consequência, a instituição da Associação Brasileira de Cultura, da qual Reale tornou-se diretor de pesquisa.

Filósofo, jurista e educador, depois de desvincular-se da AIB, conquistou, por concurso, a cátedra de Filosofia do Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1941, com a tese *Fundamentos do direito*. Ademais, integrou o Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, de 1942 a 1945.

Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945 e a reorganização política do país, Reale participou da comissão diretora do Partido Popular Sindicalista (PPS). Quatro anos mais tarde, foi um dos fundadores e tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, entidade responsável pela edição da *Revista Brasileira de Filosofia*.

Ainda em 1949, tornou-se reitor da Universidade de São Paulo (USP), exercendo o cargo até o ano seguinte. Em 1950 candidatou-se, sem êxito, ao Senado, apoiado por uma dissidência do PSP e pelo Partido Trabalhista Nacional, ao qual se filiou no ano seguinte.

Em 1962, após intensa atividade no Partido Social Progressista, do qual foi Vice-Presidente, foi novamente Secretário da Justiça de São Paulo em 1964. Foi reeleito reitor da USP, de 1969 a 1973.

Durante sua longa trajetória intelectual, com vasta produção nos campos de ciência política, direito e filosofia, participou de variados congressos no Brasil e no exterior. Por fim, foi membro Conselho Federal de Cultura, do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, entre outros. Faleceu em São Paulo (SP), no dia 14 de abril de 2006.

REZENDE, Amarílio
(Câmara dos Quatrocentos)

Atuou no estado do Paraná, aderindo à AIB em 1935, possivelmente na cidade de Guarapuava (PR). Dedicou-se a realizar uma efervescente propaganda do Sigma na cidade e nos arredores.

Entre 1935 e 1936, compôs a redação do periódico integralista *Brasilidade*. Em 1937, inaugurou, juntamente com Antônio Lustosa de Oliveira, o *Folha do Oeste*, jornal que iniciou suas atividades fazendo propaganda do integralismo.

RIBEIRO, Heráclito Carneiro
(Câmara dos Quatrocentos)

Natural da Bahia, foi desembargador, é considerado um dos fundadores do curso de direito da Faculdade de Direito de Santa Catarina e, em 1932, foi Presidente do Superior Tribunal de Santa Catarina.

É de referir que sua adesão ao integralismo foi noticiada na capa do periódico *Flamma Verde*, em fevereiro de 1937. Foi o advogado responsável pela defesa dos catarinenses indiciados por participação nas movimentações subversivas de março de 1938 em seu estado.

RODRIGUES, Nestor Contreiras
(Chefe Provincial do Rio Grande do Sul)

Cirurgião-dentista, formado pela Universidade de Quebec, e técnico agrícola, pela Faculdade de Paris, Nestor Contreiras Rodrigues, foi um importante membro da AIB, responsável por fundar o núcleo, em 1933, no Rio Grande do Sul e, posteriormente, ocupou a posição de primeiro inspetor da Região do Rio de Janeiro.

Antes de aderir à causa do Sigma, fundou e liderou a chamada Coluna Contreiras, formada em sua maioria por gaúchos empregados seus que, durante a Revolução de 1930, saíram do Sul e rumaram à Minas Gerais, onde o conflito se desencadeava.

Quando da tentativa de golpe em maio de 1938, foi julgado e condenado por porte ilegal de armas de guerra em sua fazenda, Santa Therezinha de Monte Alegre, no município de Rezende (RJ). O material bélico, apreendido menos de vinte e quatro horas após o fracassado *putsch*, se encontrava em um porão nas dependências da fazenda, e incluía cartuchos de munição, mosquetões, estopins e fuzis.

Contreiras, que já não se encontrava na propriedade, permaneceu foragido até outubro 1942. A partir de 1938, por ser casado com uma uruguaia, exilou-se no país vizinho, junto com o Chefe Provincial fluminense, Raymundo Barbosa Lima.

Registra-se, neste contexto, a possibilidade de seu envolvimento com integrantes do Partido Nazista na Argentina, participando de uma reunião com outros simpatizantes que preparavam uma revolta para depor o governo Vargas.

Consta ainda, sua ligação, em companhia de outros camisas-verdes como Jair Tavares (Câmara dos Quatrocentos) e o Major do Exército Jayme Ferreira da Silva (futuro Presidente

da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa), ao Grupo de Oficiais Unidos (GOU), grupo de oficiais militares simpatizantes do Eixo que, em 1943, derrubou o governo constitucional argentino. Também Flores da Cunha, exilado em Montevideu, fez parte do círculo de Contreiras Rodrigues de articulações com expatriados e setores político-militares. Vale mencionar que, durante os primeiros anos do Estado Novo, foi registrado e acompanhado pela polícia política de São Paulo.

Por fim, quase quatro anos após sua condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional, o camisa-verde foi capturado na Argentina e recolhido a Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro. Através de uma apelação interposta por seu advogado, conseguiu atenuar a pena, inicialmente de dois anos e seis meses, para apenas um ano. Liberto, participou das eleições, em 1954, para o Senado Federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do Partido de Representação Popular (PRP).

ROLAND, Raimundo Ribeiro
(Câmara dos Quatrocentos)

Camisa-verde candidato à Câmara Municipal de São Luís (MA), 1937.

ROSA, José Vieira da (1869-1957)
(Câmara dos Quarenta; Chefe Arqui-Provincial da 7ª Circunscrição Nacional)

Cartógrafo, sertanista e escritor, filho de um Capitão da Guarda Nacional, o General José Vieira da Rosa nasceu em São José (SC), em 1º de setembro de 1869. Em 1887, sentou praça na Companhia de Infantaria de Santa Catarina, cursando nos anos seguintes a Escola Militar do Rio Grande do Sul e a Escola Militar do Rio de Janeiro.

Em 1893, por ordem do Ministro da Guerra, e tomou parte nos combates travados no Sul de Santa Catarina durante a Revolução Federalista. A 1914, seguiu com o 54º Batalhão de Caçadores para a região do Contestado, assistindo os combates de Taquaruçu e Caraguatá.

Parte do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Instituto de Geologia Brasileiro, deixou ampla produção sobre a geografia e a história de seu Estado natal. Entre essas, destaca-se *Corografia de Santa Catarina* (1905), na qual empreende um estudo minucioso de levantamento de dados sobre população, origem étnica, vegetação, geologia, entre outros aspectos. Sobre a Guerra do Contestado, possui a obra *Reminiscências da Campanha do Contestado*, publicada no jornal catarinense Terra Livre, no ano de 1918, jamais editada em livro; além de um manuscrito de suas memórias

Na década de 1920, envolveu-se no episódio da Reação Republicana, no Rio Grande do Sul, e no Movimento de 1924, sendo aprisionado após se ferir em um acidente de automóvel na estrada para Curitiba.

Em 1930, mudou-se para a Capital Federal. Nesta conjuntura, aderiu à AIB, em 1935. É possível que sua figura tenha se destacado nas fileiras do Sigma, uma vez que, em 1936, passou a integrar a Câmara dos Quarenta e, no ano seguinte, assumir a Chefia Arqui-Provincial da 7ª Circunscrição Nacional.

A 1945, a pedido do Marechal Rondon, chefiou a expedição ao Tapirapé, afluente do Araguaia, na zona do Roncador. Dois anos mais tarde, candidatou-se, sem vitória, ao Senado pelo PRP. Por fim, faleceu no Rio de Janeiro em 1957.

ROSA, Paulo Vieira da
(Câmara dos Quatrocentos)

Esteve entre os envolvidos nas chamadas movimentações subversivas em Santa Catarina, em março de 1938.

RUSCHI, Eurico Hildebrando Rurelio
(Câmara dos Quatrocentos)

Eleito, pela AIB, em dezembro de 1935, Prefeito da cidade de Santa Teresa (ES).

S

SALDANHA, Levy
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Municipal da Lapa (PR). Em 1937, durante as portarias proibitivas à AIB, Saldanha foi preso e enviado a Curitiba, por fazer um comício público. Em maio do ano seguinte, foi novamente detido, juntamente com José Ottmann, que mantinha em sua residência o arquivo no Núcleo Integralista da Lapa.

SALLES, Francisco Luiz de Almeida (1912-1996)
(Secretário Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais)

Advogado, crítico de cinema e gestor de instituições culturais, nasceu na cidade de Jundiá (SP), em 1912. Com breve atuação no estado de Minas Gerais, foi chefe da Província, de fins 1935 a meados de 1936. Findos os dias da AIB, ministrou aula de Cinema na USP, foi um dos fundadores da Comissão de Teatro do Governo do Estado e colaborou como jornalista da TV Excelsior.

Ademais, foi um dos nomes fundamentais no princípio da Cinemateca Brasileira, sediada em São Paulo, fundada a 1940, bem como do Museu de Arte Moderna e do Museu da Imagem e do Som, inaugurados em 1948 e 1970, respectivamente. Faleceu em São Paulo (SP), a 30 de agosto de 1996.

SAMPAIO, Francisco
(Chefe Provincial do Pará)

Cirurgião-dentista de formação e parte da cúpula do núcleo do movimento no Pará desde o princípio, foi, em um primeiro momento, responsável pelo Departamento de Cultura Artística. Também, é de referir que concorreu às eleições de outubro de 1934, para Deputado Estadual, juntamente com outras personalidades do estado, pela legenda integralista “Deus, Pátria e Família”.

SAMPAIO, Pio (1904-?)
(Câmara dos Quatrocentos)

Filho de José de Sá Barreto Sampaio e de Maria Costa Sampaio, Pio Sampaio nasceu no dia 26 de maio de 1904. Após realizar seus estudos preparatórios no Liceu do Ceará, partiu para Salvador (BA) a fim de ingressar na Faculdade de Medicina. Ali, passou três anos e foi transferido para a Universidade do Rio de Janeiro, na qual concluiu seu curso no ano de 1928.

Após a conclusão do curso, retorna para sua cidade natal, Barbalha (CE), Barbalha para clinicar ao lado de seu irmão mais velho, Leão Sampaio. Por pertencer a uma família tradicional, desde jovem participou ativamente da vida política de seu município. De fato, sua opção pela doutrina do Sigma justificou-se pela aproximação à tradição conservadora e católica, que acompanhavam sua família e a si próprio.

Para além de sua participação na Câmara dos Quatrocentos, foi também Chefe Municipal de sua cidade, além de Inspetor Regional e membro do Conselho Provincial. Esteve também, entre os camisas-verdes perseguidos pela polícia estadual. Findos os dias da

AIB, foi eleito Vereador no pleito de março de 1950, e Deputado Estadual em 1958, ambas vezes pelo PRP.

Já na década de 1960 ocupou cargos importantes na esfera do poder estadual: foi Secretário Adjunto da Administração do Estado do Ceará de 1963 a 1965, e assumiu o serviço público como médico do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

SANTOS, Lucio José dos (1875-1944)

(Câmara dos Quarenta)

Nascido em 1875, no distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto (MG), Lúcio José dos Santos formou-se em Engenharia e Direito pela Escola de Minas de Ouro Preto e Faculdade de Direito de São Paulo, respectivamente. Além disso, obteve notoriedade como educador e historiador, publicando mais de 700 estudos, especificamente acerca de religião, educação, história e engenharia.

Em 1896, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto, e em 1908 cumpriu os cargos de Presidente da Câmara e agente executivo do município de Ouro Preto, hoje correspondente à função de prefeito. Antes de unir-se à AIB, atuou no Partido Republicano Mineiro.

Lecionou em escolas de nível secundário como o Liceu Mineiro e Colégio Arnaldo, além de ocupar cadeiras docentes na Escola de Minas, Escola de Engenharia de Belo Horizonte e Universidade de Minas Gerais, da qual foi reitor de 1931 a 1933. Participou ativamente de organizações do laicato católico, como o Círculo Operário Católico, a União de Moços Católicos e a filial mineira do Centro Dom Vital, além de ter sido um dos fundadores da Ação Católica da Arquidiocese de Belo Horizonte. Seu comprometimento foi gratificado com uma condecoração da Santa Sé, entregue durante o pontificado do Papa Pio XI.

Naquele contexto de expressiva atuação educacional e religiosa, produziu a obra *A inconfidência Mineira – Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, resultado de pesquisas realizadas nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* e em bibliografias diversas, apresentando-a em 1922, no I Congresso Internacional de História da América, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Integrou também a Sociedade Mineira de Engenheiros, Academia de Ciências de Minas Gerais e a Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Santos foi sócio correspondente e contribuiu realizando conferências. Faleceu no ano de 1944.

SANTOS, Manuel Adolfo dos

(Câmara dos Quatrocentos)

Listado entre os processados Tribunal de Segurança de Nacional sob a acusação de arregimentar militantes para a AIB-BA.

SANTOS, Otaviano

(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Municipal do Núcleo de Domingos Martins (ES), também eleito prefeito do município, através das eleições que ocorreram entre novembro de 1935 e fevereiro de 1936.

SANTOS, Ponciano Stenzel dos (1902-1987)

(Câmara dos Quatrocentos)

Padre Ponciano Stenzel dos Santos nasceu em Conceição do Arroio, atual município de Osório (RS), no dia 30 de julho de 1902, filho de Avelino dos Santos Stenzel e de Maria

Cecília Stenzel. Kursou o Seminário Provincial do Rio Grande do Sul, em São Leopoldo (RS) e, após ordenado, lecionou Filosofia do Instituto Rio-Grandense de Letras.

Depois, transferiu-se para Vitória (ES) e iniciou sua vida política em 1934, como vereador pela AIB. Em 1947, foi eleito novamente como vereador às câmaras municipais de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e de Vitória (ES). Em outubro de 1950, na legenda da Coligação Democrática formada pelo Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Rural Trabalhista (PRT) e o Partido de Representação Popular (PRP), assumiu o mandato com deputado federal pelo Espírito Santo.

Nesse período, foi líder do PRP entre março de 1952 e abril de 1953, quando passou a vice-líder do Partido. No pleito de outubro de 1954, foi reeleito deputado federal, na mesma legenda.

O pleito de outubro de 1962 marcou sua última participação eleitoral, quando se candidatou a deputado federal pelo estado capixaba, pela legenda da Aliança Partidária formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). No entanto, obteve apenas uma suplência.

A partir de então, passou a dedicar-se ao estudo da psicologia e ao sacerdócio, em Piedade (RJ). Faleceu no Rio de Janeiro (RJ), em 14 de novembro de 1987.

SEABRA, Miguel (1910-1993) **(Câmara dos Quatrocentos)**

Miguel Seabra Fagundes nasceu em Natal (RN), em 30 de junho de 1910. Aos 17 anos de idade, transferiu-se para Recife (PE), onde chegou a cursar o primeiro ano da Faculdade de Medicina. Deixou-a no ano seguinte para ingressar na Faculdade de Direito da mesma cidade.

Naquele contexto, entusiasmado com a campanha da Aliança Liberal, em 1929, participou ativamente do Centro Acadêmico de sua Faculdade, destacando-se por seus discursos em defesa do movimento aliancista. Após as eleições de 1930 e a vitória de Júlio Prestes, Seabra Fagundes apoiou a revolução deflagrada em outubro seguinte. Ainda estudante, foi, em novembro de 1930, nomeado oficial-de-gabinete de Irineu Joffily, interventor federal no Rio Grande do Norte.

De volta a Recife (PE), bacharelou-se em março de 1932. Findos os dias na AIB, em novembro de 1945, foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte. No ano seguinte, tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça do estado, mas logo se afastou para assumir o cargo de consultor-geral da República, para o qual fora nomeado pelo presidente recém-eleito, Eurico Gaspar Dutra.

Mais tarde, em 1949, participou da organização da Faculdade de Direito de seu estado e, em 1950, transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi contratado como assessor jurídico do Conselho Rodoviário Nacional. Em 1952, integrou o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Um ano depois, tornou-se membro do Conselho Secional da OAB no Distrito Federal. De 1954 a 1955, foi Ministro da Justiça.

Durante toda a década de 1980, continuou a exercer a advocacia e proferir palestras e conferências. Envolveu-se nas discussões nacionais a respeito da Constituição de 1988, em sua fase de elaboração. Ainda ligado às atividades da OAB, participou da decisão de apresentar o pedido de abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor à Câmara, em setembro de 1992. Morreu no Rio de Janeiro (RJ), em 29 de abril de 1993.

SERRANO, Agostinho **(Câmara dos Quatrocentos)**

Em meados de 1937, assumiu a chefia provincial da AIB-PB, substituindo José Mayrink. Serrano, comerciante residente em João Pessoa (PB), seria o último Chefe dessa Província.

SILVA, Arthur Nunes da
(Câmara dos Quarenta; Conselho Jurídico)

Advogado, professor da Faculdade de Direito de Niterói. Findos os dias da AIB, manteve sua presença ao lado de Salgado, nas fileiras do PRP, participando do Grande Conselho da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), criada em outubro de 1952, que congregava vários nomes da primeira geração integralista.

SILVA, José Esteves Leitão da
(Câmara dos Quatrocentos)

Partidário desde 1935. No ano seguinte, foi nomeado Secretário Provincial de Propaganda da AIB-BA. Por fim, foi processado pelo Tribunal de Segurança por envolvimento subversivo ao ceder sua residência para articulação dos camisas-verdes.

SILVA, Sergio
(Câmara dos Quarenta)

Jornalista e diretor das empresas *Fon-fon* e *Selecta* Sociedades Anônimas. Em específico, a revista ilustrada carioca semanal, *Fon-fon*, fundada em 1907, também contava, ao lado do diretor Silva, com Gustavo Barroso, na função de redator-chefe, na década de 1930.

SILVARES, Alberto
(Câmara dos Quatrocentos)

Reconhecido por aproximar, de certa forma, o movimento kadercista ao integralismo. No ano de 1937, Silvares, ex-intendente municipal e Secretário de Propaganda de Andaraí (RJ), publicou o livro *O Comunismo e seu contraveneno*, dedicando-o a Deus, ao Chefe Nacional e a Alan Kardec.

SOUZA, Arsênio Alves de
(Câmara dos Quatrocentos)

Tenente da Polícia Militar da Bahia, aderiu ao integralismo em 1936. Nesse mesmo ano, foi um dos processados pelo Tribunal de Segurança de Nacional sob a acusação de arregimentar militares para o movimento do Sigma.

SPINELLI, (Dona) Caetano
(Câmara dos Quatrocentos)

Viúva do “mártir integralista”, Caetano Spinelli, morto na Praça da Sé, em São Paulo (SP), em 23 de novembro de 1934.

T

TAVARES, Jayr
(Câmara dos Quatrocentos)

Mencionado como participante das articulações para os Levantes de 1938. Naquele episódio, Tavares teria como missão a chefia do ataque e tomada da Rádio Mayrink Veiga. Após o primeiro fracasso, foi-lhe designado liderar o comando de milicianos que permaneceria entrincheirado no pavimento térreo do edifício em construção da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Após a derrota do movimento, o camisa-verde pediu asilo à

embaixada na Itália. Por fim, foi membro do Conselho Nacional do PRP, e seu desligamento dos quadros é indicado por conta de supostas negações dos princípios integralistas pelo partido.

TAVARES, Osolino
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe de Corporações e Arregimentação Eleitoral da Província de Minas Gerais. Em 1934, foi Secretário do Departamento Provincial de Organização Política. Entre 1935 e 1936, cumpriu a função de Chefe Provincial Interino – atuando, desse modo, majoritariamente na capital do estado.

TEIXEIRA, Antônio Procópio
(Câmara dos Quatrocentos)

Chefe Municipal de Juiz de Fora (MG) em 1936.

TELLES, Goffredo da Silva
(Câmara dos Quatrocentos)

Assim como Miguel Reale e Loureiro Júnior, era um dos que, ainda estudante, filiou-se à AIB. Em julho de 1935, foi eleito para a Assembleia Constituinte do estado de São Paulo.

Findos os dias da AIB, enquanto era professor da Faculdade de Direito, participou da solenidade de instalação da União de Resistência Nacional (URN), entidade fundada na capital paulista em setembro de 1945 e alvo de investigação do DOPS-SP.

Além disso, foi militante do PRP, eleito nas eleições legislativas de 1945 como deputado federal constituinte pelo estado de São Paulo. Em julho de 1957, na capital paulista, participou do III Congresso Nacional de Líderes Águias Brancas, vinculado à CCCJ e ao próprio PRP. Ao lado de Silva Telles, estiveram também presentes o então Deputado José Loureiro Júnior e Plínio Salgado, presidente de honra da Confederação.

Finalmente, apesar de apoiar o golpe de 1964, rompeu com o regime e publicou em 1977, a *Carta aos Brasileiros*, repudiando-o. Após a redemocratização, tornou-se simpatizante da esquerda e do Partido dos Trabalhadores (PT).

TELLES, Marcel da Silva
(Chefe Arqui-Provincial da 6ª Circunscrição Nacional; Chefe Provincial de São Paulo)

Após o fim da AIB, Telles permaneceu na cúpula dos quadros do Sigma, agora no PRP. Em 1946, foi eleito como membro do Diretório Estadual do Partido. No ano seguinte, foi um dos trinta e seis candidatos lançados ao pleito da Assembleia Legislativa Estadual, em São Paulo. Sua atuação chamou a atenção a ponto de ser listado nas investigações no DOPS-SP.

TELLES, Maurício da Silva
(Câmara dos Quarenta)

Durante o período perrequista, foi um dos integralistas e lideranças intermediárias que participou do Diretório Nacional.

V

VALVERDE, Belmiro de Lima (1884-1963)
(Secretário Nacional de Finanças; Supremo Conselho)

Nascido em Alagoinha (BA) no dia 22 de abril de 1884, filho de Antônio Henrique de Lima Valverde e de Maria da Glória Pinto Valverde. Em sua família destacou-se dom Miguel de Lima Valverde, arcebispo de Olinda e Recife entre 1922 e 1951.

Formou-se, em 1906, pela Faculdade de Medicina da Bahia e transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi premiado pela Academia Nacional de Medicina em 1921, da qual tornou-se membro. Participou também da Academia Paulista de Medicina e da *Société Belge d'Urologie*.

Suas primeiras empreitadas políticas datam de 1924, quando combateu o governo de Artur Bernardes, tendo, em consequência, de exilar-se na Europa. Cinco anos mais tarde, de volta à pátria cooperou com o esquema de segurança destinado a proteger Antônio de Siqueira Campos, exilado desde 1927 e, naquele contexto, de visita clandestina ao Brasil. Em 1932, apoiou a Revolução Constitucionalista.

A adesão de Valverde à AIB data do início de 1933, um dos primeiros e principais dirigentes do primeiro núcleo integralista, fundado na Capital. A partir do ano seguinte, chefiou o Departamento Nacional de Finanças e, posteriormente, a Secretaria Nacional de Finanças. Foi responsável por diversas campanhas destinadas a angariar fundos para a organização, tais como as da Taxa do Sigma, Pelo bem do Brasil e Campanha do Ouro.

No mês de setembro de 1936, após a invasão da sede da AIB na Bahia, foi detido no Rio e teve seu consultório revistado, sendo nele apreendidas armas e munições. Após interrogado, foi liberto.

Com a extinção da AIB, após a decretação do Estado Novo, Valverde pertencia a esta última, que passou a conspirar visando à derrubada de Getúlio Vargas. Embora não tivesse participado de nenhuma ação armada, com o fracasso do movimento decidiu refugiar-se no interior do país. No entanto, foi localizado e condenado a dezesseis anos e meio de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, dos quais cumpriu apenas sete – parte na ilha de Fernando de Noronha e parte em ilha Grande. Por fim, foi posto em liberdade em abril de 1945, quando da decretação da anistia política, e passou a dedicar-se, exclusivamente, a seu consultório.

Dentre suas publicações, mencionamos *A lepra no Brasil* (1921) e *Aspectos da vida do Brasil; verdade, justiça, moral* (1946). Faleceu em novembro de 1963.

VAZ, J. da Rocha
(Câmara dos Quarenta)

Designado, em 1937, Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

VILAR, Frederico
(Câmara dos Quarenta)

Na década de 1940, como Capitão de Mar e Guerra, colaborou com publicações no periódico *Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros*, que circulou de 1941 a 1943.

VITALI, Jacob
(Câmara dos Quatrocentos)

Industrial catarinense, e um dos candidatos para a Assembleia Constituinte Estadual em 1934.

VIVACQUA, Arquiláo
(Câmara dos Quatrocentos)

Atuou nas frentes da AIB no Espírito Santo. Eleito vereador no município de Castello (ES), em 1936.

VIVEIROS, Custódio de
(Câmara dos Quarenta, Conselho Nacional de Belas Artes)

Jornalista e destacado líder do movimento carioca, Chefe do Departamento de Imprensa, Secretário Nacional de Propaganda e, posteriormente, nas Cortes do Sigma, atuou na Câmara dos Quarenta e no Conselho Nacional de Belas Artes desde sua instituição. Foi colaborador e responsável pela avaliação dos artigos publicados na revista *Anauê!*.

Em seus escritos, fez apologia ao regime de Mussolini, elogiando-o e descrevendo-o enquanto uma das individualidades mais empolgantes do mundo moderno, cuja obra salvou a humanidade. Ademais, dos aproximadamente 49 livros publicados por camisas-verdes, 37 foram idealizados por cinco intelectuais: Gustavo Barroso (treze), Plínio Salgado (doze), Miguel Reale (sete), Custódio de Viveiros (três) e Olbiano de Melo (dois). No contexto pós-Estado Novo e pós-Guerra, permaneceu junto ao Chefe nas fileiras e formação do PRP.